

**ATA DA CENTÉSIMA SEXAGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DO  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.**

Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, às nove horas, reuniu-se o Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, em sua sede, no prédio da Reitoria II, na Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, em Barão Geraldo, Campinas, sob a presidência do MAGNÍFICO REITOR, Professor Doutor MARCELO KNOBEL, e com o comparecimento dos seguintes conselheiros: Adilton Dorival Leite, Adriana Nunes Ferreira, Alberto Luiz Serpa, Álvaro de Oliveira D’Antona, Alvaro Gabriel Bianchi Mendez, Anderson de Rezende Rocha, André Martins Biancarelli, André Victor Lucci Freitas, Angel Pontin Garcia, Anna Christina Bentes da Silva, Antonio Gonçalves de Oliveira Filho, Antônio José de Almeida Meirelles, Claudia Maria Bauzer Medeiros, Daniel de Carvalho Moreira, Diego Machado de Assis, Dirce Djanira Pacheco e Zan, Edson Tomaz, Eduardo Gurgel do Amaral, Eduardo Hiroshi Tikazawa, Elaine dos Santos José, Eliana Martorano Amaral, Fátima Regina Rodrigues Évora, Fernando Antônio Santos Coelho, Fernando Augusto de Almeida Hashimoto, Fernando Cendes, Francisco de Assis Magalhães Gomes Neto, Francisco Haiter Neto, Francisco Hideo Aoki, Gláucia Maria Pastore, Guilherme Gonçalves Capovilla, Harian Pires Braga, Heloise Oliveira Pastore, Iuriatan Felipe Muniz, Jefferson Cano, João Ernesto de Carvalho, João Frederico da Costa Azevedo Meyer, João Raimundo Mendonça de Souza, José Alexandre Diniz, José Luis Pio Romera, Leandro Camargo de Oliveira, Lucas Marques de Almeida, Luis Fernando Mercier Franco, Luiz Carlos Zeferino, Marco Aurélio Zezzi Arruda, Maria Helena Baena de Moraes Lopes, Marisa Masumi Beppu, Mirna Lúcia Gigante, Nancy Lopes Garcia, Orival Andries Júnior, Osvaldir Pereira Taranto, Pascoal José Giglio Pagliuso, Patrícia Kawaguchi Cesar, Paulo Adriano Ronqui, Paulo Cesar Montagner, Paulo Régis Caron Ruffino, Rachel Meneguello, Renato Falcão Dantas, Sávio Machado Cavalcante, Sérgio Luiz Monteiro Salles Filho, Silvia Maria Santiago e Teresa Dib Zambon Atvars. Como convidados especiais, compareceram os professores: Cláudia Regina Cavaglieri, José Antônio Rocha Gontijo, Mariano Francisco Laplane, Newton Cesario Frateschi, Peter Alexander Bleinroth Schulz, Rodrigo Spina de Oliveira Castro, Shirlei Maria Recco Pimentel, Teresa Celina Meloni Rosa e Wagner de Melo Romão; os doutores Andrei Vinicius Gomes Narcizo e Octacílio Machado Ribeiro; os senhores Clayton Bianchini Levy, Gilmar Dias da Silva, Marcílio Ventura e Thiago Baldini da Silva; e o acadêmico Matheus Alves Albino. Justificaram ausência à Sessão o Pró-Reitor de Pesquisa, Munir Salomão Skaf, e os seguintes conselheiros: Alberto Luiz Francato, sendo substituído pelo conselheiro Daniel de Carvalho Moreira; Mirna Lúcia Gigante, sendo substituída pelo conselheiro Julian Martínez; Erich Vinicius de Paula, sendo substituído pelo conselheiro Luis Fernando Mercier Franco; Alexandre Leite Rodrigues de Oliveira, sendo substituído pela conselheira Silvia Maria Santiago; Samuel Rocha de Oliveira, sendo substituído pela conselheira Fátima Regina Rodrigues Évora; Cláudio José Servato, sendo substituído pelo conselheiro José Luis Pio Romera; Alexandre Oliveira da Silva, sendo substituído pelo conselheiro Guilherme Gonçalves Capovilla; Fausto Augusto Junior; Zenaide Honório; Ignacio Maria Poveda Velasco; Vanderlan da Silva Bolzani; Claudiney Rodrigues

1 Carrasco e Carmino Antonio de Souza. Havendo número legal, o MAGNÍFICO REITOR dá  
2 início à Centésima Sexagésima Quarta Sessão Ordinária do Conselho Universitário da  
3 Universidade Estadual de Campinas, informando que está disponível nos *notebooks* o parecer  
4 CLN referente ao item 01 do Adendo à Ordem do Dia. Informa também que o processo nº 01-  
5 P-7426/1990, retirado de pauta da 162ª Sessão do Consu, que trata de Proposta de Deliberação  
6 Consu que dispõe sobre o Programa de Professor Colaborador e Pesquisador Colaborador,  
7 revogando a Deliberação Consu-A-06/06, não retornou por ainda serem necessárias  
8 providências pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria GR-74/2019. Em seguida, submete  
9 à apreciação a Ata da Centésima Sexagésima Terceira Sessão Ordinária, realizada em 24 de  
10 setembro de 2019. Consulta se há observações. Não havendo, submete à votação a referida Ata,  
11 que é aprovada com 03 abstenções. Também submete à votação a Ata da Terceira Sessão  
12 Extraordinária, realizada em 8 de outubro de 2019. Consulta se há observações. Não havendo,  
13 submete à votação a referida Ata, que é aprovada com 03 abstenções. Passa à Ordem do Dia,  
14 com 31 itens, informando que estão destacados o item 01 – Proc. nº 01-P-1300/1967 –, proposta  
15 de deliberação Consu, e item 2 – Proc. nº 17-P-25194/2018, do Instituto de Artes, porque  
16 precisam de 2/3, e o item 4 – item 4 – Proc. nº 01-P-17672/2017 –, proposta de deliberação  
17 Consu. Consulta se há destaques por parte dos conselheiros. O Conselheiro LEANDRO  
18 CAMARGO DE OLIVEIRA destaca o item 05 da Ordem do Dia – Proc. nº 01-P-15629/2019  
19 –, proposta de deliberação Consu. O Conselheiro IURIATAN FELIPE MUNIZ diz que possui  
20 uma questão de ordem para que o plenário aprecie a possibilidade de passar o Expediente para  
21 o início da Sessão, tendo em vista que há assuntos de urgente demanda por parte dos  
22 funcionários, existe uma concentração na porta do prédio e possuem urgências na Alesp  
23 relativas à iniciativa do governador e a questão da previdência, que vai esvaziar um pouco a  
24 bancada dos servidores até o final da reunião. O MAGNÍFICO REITOR observa que existem  
25 dois itens que precisam de dois terços para aprovação, então acha que não será possível. Mas  
26 acredita que conseguirão vencer rapidamente a pauta. O Conselheiro JOÃO RAIMUNDO  
27 MENDONÇA DE SOUZA reforça a sugestão do conselheiro Iuriatan, e pergunta se não podem  
28 iniciar o Expediente na sequência dos itens que exigem os dois terços. O MAGNÍFICO  
29 REITOR diz que a pauta possui um assunto que é mais longo, que provavelmente vai gerar um  
30 pouco mais de discussão, que é a política de inovação, mas acredita que na parte da manhã  
31 consigam terminar. Não havendo outros destaques, submete à votação todos os itens não  
32 destacados da Ordem do Dia e do Adendo à Ordem do Dia, sendo aprovados, com 01 abstenção,  
33 os pareceres que subsidiaram os seguintes processos: C – Composição do Conselho  
34 Universitário – Eleições da Representação Discente da Graduação junto ao Consu e CCG –  
35 Para Aprovação – 03) Proc. nº 01-P-13218/2019 – Eleições da representação discente da  
36 graduação junto ao Consu e CCG, realizadas nos dias 08 a 10.10.19, para mandato de 01 (um)  
37 ano, a partir de 1º.01.20 – Parecer PG-2786/2019. F – Regimento – Para Aprovação – 06) Proc.  
38 nº 01-P-1438/1990, do Centro de Ensino de Línguas – Proposta de alteração do caput do artigo  
39 13 da Deliberação Consu-A-14/2004, que dispõe sobre o Regimento Interno do Centro de  
40 Ensino de Línguas – Aprovada pelo Conselho Deliberativo em 04.03.16 – Pareceres PG-

1 2671/2019 e CLN-39/2019. 07) Proc. nº 01-P-17145/2017, da Diretoria Executiva da Área da  
2 Saúde – Proposta de Deliberação Consu que institui a Diretoria Executiva da Área da Saúde e  
3 dispõe sobre seu Regimento Interno – Pareceres PG-2504/2019 e CLN-46/2019. 08) Proc. nº  
4 01-P-952/1967, da Faculdade de Odontologia de Piracicaba – Proposta de Deliberação Consu  
5 que dispõe sobre o Regimento Interno da Faculdade de Odontologia de Piracicaba – Aprovada  
6 pela Congregação em 05.06.19 – Pareceres PG-2579/2019 e CLN-40/2019. 09) Proc. nº 01-E-  
7 26489/2006, do Hospital de Clínicas – Proposta de alteração do artigo 9º da Deliberação Consu-  
8 A-10/2006, que dispõe sobre o Regimento do Hospital de Clínicas da Universidade Estadual de  
9 Campinas – Aprovada pelo Conselho Superior do HC em 21.10.19 – Pareceres PG-2137/2019  
10 e CLN-42/2019. 10) Proc. nº 01-P-5514/1988, do Instituto de Estudos da Linguagem – Proposta  
11 de alteração do *caput* do artigo 16 da Deliberação Consu-A-26/2003, que dispõe sobre o  
12 Regimento Interno da Congregação do Instituto de Estudos da Linguagem – Aprovada pela  
13 Congregação em 07.05.15 – Pareceres PG-2380/2019 e CLN-41/2019. 11) Proc. nº 01-P-  
14 3995/1991, do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação – Proposta de alteração da  
15 Deliberação Consu-A-09/2002, que dispõe sobre o Regimento Interno do Nepa – Aprovada  
16 pelo Conselho Superior em 07.10.19 – Pareceres PG-2286/2019 e CLN-43/2019. 12) Proc. nº  
17 01-P-3993/1991, do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – Proposta de inclusão da alínea  
18 “e” no inciso IV do artigo 14 da Deliberação Consu-A-09/2013, que dispõe sobre o Regimento  
19 Interno do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – Aprovada pelo Conselho Superior em  
20 08.11.18 – Deliberação CAI/Consu-12/2018 – Pareceres PG-2283/2019 e CLN-44/2019. G –  
21 Carreira do Magistério Superior - Perfil Acadêmico – Para Aprovação – 13) Proc. nº 01-P-  
22 9742/1997, do Instituto de Computação – Proposta de Deliberação Consu que dispõe sobre o  
23 Perfil Acadêmico de Professor Doutor II (MS-3.2), Professor Associado I (MS-5.1), Professor  
24 Associado II (MS-5.2), Professor Associado III (MS-5.3) e Professor Titular (MS-6) da Carreira  
25 do Magistério Superior (MS) e para obtenção do Título de Livre-Docente do Instituto de  
26 Computação, revogando a Deliberação Consu-A-008/2011 – Parecer CIDD-397/2019 e  
27 Despacho CCRH-406/2019. H – Congregações – Para Homologação – 14) Proc. nº 39-P-  
28 5949/2016, da Faculdade de Ciências Farmacêuticas – Homologação da aprovação dada *ad*  
29 *referendum* pelo Magnífico Reitor para o resultado das eleições da representação discente  
30 (graduação e pós-graduação), realizadas pelo Centro Acadêmico no dia 04.06.19 –  
31 Homologadas pela Congregação em 30.08.19. 15) Proc. nº 01-P-332/1986, da Faculdade de  
32 Engenharia Agrícola – Eleições da representação docente (MS-6 – mandato complementar), da  
33 representação dos servidores técnico-administrativos (mandato complementar) e da  
34 representação discente (graduação e pós-graduação – mandato complementar), realizadas nos  
35 dias 02 e 03.10.19 – Homologadas pela Congregação em 16.10.19. 16) Proc. nº 38-P-  
36 21380/2014, da Faculdade de Enfermagem – Eleições da representação docente (MS-3 e MS-5  
37 – mandato complementar) e da representação discente (graduação e pós-graduação), realizadas  
38 nos dias 23 a 26.08.19 – Homologadas pela Congregação em 30.08.19. 17) Proc. nº 23-P-  
39 15899/1995, da Faculdade de Educação Física – Eleições da representação dos servidores  
40 técnico-administrativos (mandato tampão – titular) e da representação discente (graduação e

1 pós-graduação), realizadas nos dias 15 e 16.10.19 – Homologadas pela Congregação em  
2 23.10.19. 18) Proc. nº 37-P-22130/2014, da Faculdade de Tecnologia – Eleições da  
3 representação dos servidores técnico-administrativos, realizadas nos dias 03 e 04.10.19 e da  
4 representação discente (graduação e pós-graduação), realizadas nos dias 25 a 30.09.19 –  
5 Aprovadas pela Congregação em 10.10.19. 19) Proc. nº 01-P-5745/1984, do Instituto de  
6 Geociências – Eleições da representação discente (graduação e pós-graduação), realizadas nos  
7 dias 05 e 06.06.19 – Homologadas pela Congregação em 26.06.19. 20) Proc. nº 11-P-  
8 25956/2013, do Instituto de Química – Eleições da representação docente (complementários –  
9 independente de nível), da representação dos servidores técnico-administrativos e da  
10 representação discente (graduação e pós-graduação), realizadas no dia 30.09.19 – Ciência da  
11 Congregação em 30.10.19. I – Pós-Graduação – Para Aprovação – 21) Proc. nº 02-P-  
12 14028/2019, da Faculdade de Ciências Médicas – Proposta de Criação e Oferecimento do Curso  
13 de Especialização em Arteterapia – Aprovado pela Congregação em 28.06.19 e CCPG em  
14 11.09.19 – Parecer Cepe-19/2019. 22) Proc. nº 02-P-14031/2019, da Faculdade de Ciências  
15 Médicas – Proposta de Criação e Oferecimento do Curso de Especialização em Psicoterapias  
16 de Base Comportamental e Terapias Afins – Aprovado pela Congregação em 28.06.19 e CCPG  
17 em 11.09.19 – Parecer Cepe-20/2019. 23) Proc. nº 02-P-14032/2019, da Faculdade de Ciências  
18 Médicas – Proposta de Criação e Oferecimento do Curso de Especialização em Neuropsicologia  
19 e Avaliações Psicológicas em Transtornos Mentais – Aprovado pela Congregação em 28.06.19  
20 e CCPG em 11.09.19 – Parecer Cepe-21/2019. 24) Proc. nº 02-P-32293/2013, da Faculdade de  
21 Ciências Médicas – Proposta de alteração da nomenclatura do Mestrado Profissional em  
22 Assistência ao Paciente Oncológico – para: Mestrado Profissional em Oncologia – Aprovada  
23 pela Congregação em 30.08.19 e CCPG em 09.10.19 – Parecer Cepe-22/2019. J – Áreas de  
24 Prestação de Serviços – Para Aprovação – a) Proposta de Consolidação de Área – 25) Proc. nº  
25 07-P-22808/2013, do Instituto de Biologia – Proposta de consolidação da Área de Prestação de  
26 Serviços “Fonoteca Neotropical Jacques Vielliard (FNJV) e Laboratório Multidisciplinar do  
27 Bioacústica (LMBio)”, cujo objetivo é contribuir com a edição e manutenção de registros  
28 audiovisuais oriundos da gravação de animais na natureza ou em laboratório, participação e  
29 elaboração de exposições, oficinas e atividades interativas relacionadas à biologia, bioacústica  
30 e conservação, trabalhar em conjunto com museu de artes, músicos, produtoras de cinema e  
31 televisão visando a disseminação do conhecimento sobre a diversidade animal e estimular a  
32 observação da natureza, formação de recursos humanos nas áreas relacionadas ao tratamento  
33 de arquivos audiovisuais, e como atividades adicionais objetiva a contratação de expedições  
34 para gravar áudios ou vídeos de animais em atividade selvagem em campo, com posterior  
35 catalogação do material audiovisual captado, e instalação e monitoria de exposições em temas  
36 relacionados às coleções, bioacústica e materiais audiovisuais – Aprovação pela Congregação  
37 em 25.10.19 – Pareceres PG-2288/18, 2243/19, Conex e CAD-21/2019. b) Encerramento – 26)  
38 Proc. nº 02-P-4497/1999, da Faculdade de Ciências Médicas – Área de prestação de serviços  
39 “Genética Molecular” – Aprovação pela Congregação da FCM em 28.06.19 – Parecer CAD-  
40 19/2019. 27) Proc. nº 18-P-21931/2000, da Faculdade de Engenharia Química – Área de

1 prestação de serviços “Laboratório de Análise, Simulação e Síntese de Processos Químicos” –  
2 Aprovação pela Congregação da FEQ em 26.04.19 – Parecer CAD-20/2019. 28) Proc. nº 08-P-  
3 16968/2002, do Instituto de Física “Gleb Wataghin” – Área de prestação de serviços  
4 “Termocronologia de Minerais” – Aprovação pela Congregação do IFGW em 13.09.19 –  
5 Parecer CAD-22/2019. K – Convênios - A ser celebrados – 29) Proc. nº 29-P-18235/2019, da  
6 Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação – Convênio nº 01/2019 – Partes:  
7 Unicamp/Funcamp e Ericsson Telecomunicações S.A. – Executores: Christian Rodolfo Esteve  
8 Rothenberg e Ricardo Ribeiro Gudwin – Vigência: 12 meses – Recursos: R\$318.167,74 –  
9 Resumo do Objeto: executar o projeto de pesquisa e desenvolvimento “Aplicações de Controle  
10 em Comutadores Programáveis de Redes de Borda” envolvendo atividades de pesquisa  
11 versando sobre projeto e implementação de funções controle de aplicações em elementos de  
12 redes de borda usando plano de dados programável no contexto de redes de pacotes definidas  
13 por software para serviços 5G – Parecer: Cacc. 30) Proc. nº 29-P-18234/2019, da Faculdade de  
14 Engenharia Elétrica e de Computação – Convênio nº 02/2019 – Partes: Unicamp/Funcamp e  
15 Ericsson Telecomunicações S.A. – Executores: Christian Rodolfo Esteve Rothenberg e Ricardo  
16 Ribeiro Gudwin – Vigência: 12 meses – Recursos: R\$318.064,52 – Resumo do Objeto: executar  
17 o projeto de pesquisa e desenvolvimento “Arquitetura de laço de controle de redes orientada a  
18 aprendizado de máquina” envolvendo atividades de pesquisa versando sobre arquiteturas de  
19 redes de comunicação baseadas em abordagens de redes definidas por *software* e virtualização  
20 para prover mecanismos de controle inteligente para aumento da qualidade de experiência de  
21 serviços utilizando técnicas de aprendizado de máquina – Parecer: Cacc. 31) Proc. nº 29-P-  
22 21057/2019, da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação – Convênio nº 03/2019 –  
23 Partes: Unicamp/Funcamp e Ericsson Telecomunicações S.A. – Executores: Ricardo Ribeiro  
24 Gudwin e Christian Rodolfo Esteve Rothenberg – Vigência: 12 meses – Recursos:  
25 R\$322.494,00 – Resumo do Objeto: executar o projeto de pesquisa e desenvolvimento  
26 “TROCA 2.0 - Robôs Transportadores com Arquiteturas Cognitivas” envolvendo atividades de  
27 pesquisa e desenvolvimento de um sistema de controle autônomo de robôs transportadores  
28 utilizando a arquitetura cognitiva MECA, aplicados a um robô real, visando a navegação do  
29 robô em um ambiente dinâmico (e.g. uma fábrica), mantendo a segurança de seres humanos e  
30 do próprio robô – Parecer: Cacc. Adendo à Ordem do Dia: A – Minuta de Deliberação Consu  
31 que altera a Deliberação Consu-A-19/2018 – Para Aprovação – 01) Proc. nº 01-P-19980/2018  
32 – Proposta de alteração do inciso I do artigo 1º da Deliberação Consu-A-19/2018 que dispõe  
33 sobre o processo de promoção por mérito para o nível de Professor Associado I da Carreira do  
34 Magistério Superior (MS) – Parecer PG-3124/2019. O MAGNÍFICO REITOR passa ao item  
35 01 – Proc. nº 01-P-1300/1967 –, que trata da proposta de Deliberação Consu que altera os  
36 artigos 48 e 50 dos Estatutos da Unicamp, os artigos 83 e 85 do Regimento Geral da Unicamp  
37 e os artigos 8º e 10 do Regimento Interno do Conselho Universitário. Solicita à professora  
38 Teresa que faça os esclarecimentos iniciais e lembrando que o assunto necessita de dois terços  
39 dos votos para aprovação, pois trata-se de uma alteração estatutária. A Conselheira TERESA  
40 DIB ZAMBON ATVARS diz que é uma alteração estatutária muito simples, decorrente de

1 vários estudos que estão sendo feitos no âmbito da CGU relativos à desburocratização da  
2 Universidade. Hoje a incorporação de bens ao patrimônio da Unicamp é discutida no Conselho  
3 Universitário, e os que são conselheiros já há muito tempo nunca olharam para esse assunto. A  
4 ideia é que isso passe para deliberação final na CAD naqueles casos em que a doação envolva  
5 aporte de recursos para encargo e outras coisas. Para os casos em que não haja aporte de  
6 recursos, que isso fique ou no âmbito das congregações etc. Isso exige uma mudança estatutária,  
7 retirando do Conselho Universitário e delegando à CAD essa atribuição. E, claro, mudanças  
8 estatutárias rebatem no Regimento Geral, então estão trazendo as duas alterações em conjunto.  
9 Não havendo mais observações, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação a matéria, que é  
10 aprovada por unanimidade. Passa ao item 02 – Proc. nº 17-P-25194/2018 –, que trata da  
11 proposta de criação do curso de graduação em Licenciatura em Teatro, no Instituto de Artes,  
12 no período noturno, com 25 vagas. Solicita que o professor Paulo Ronqui, do IA, faça os  
13 comentários iniciais. O Conselheiro PAULO ADRIANO RONQUI diz que o assunto trata de  
14 deliberarem sobre parecer realizado pela comissão de especialistas, que analisou o processo de  
15 criação do curso de licenciatura noturno, o primeiro curso noturno do IA. O Instituto auxilia no  
16 curso de Arquitetura noturno na FEC, mas esse seria o primeiro curso originalmente noturno  
17 do IA. A comissão de especialistas manifestou-se favoravelmente e fez dois apontamentos: o  
18 projeto pedagógico, que foi minuciosamente elaborado, e a relevância da criação do curso para  
19 a formação de novas gerações, tanto na Região Metropolitana de Campinas, quanto no país. O  
20 GT, constituído pela portaria da CCG, destacou o fato de ser uma proposta no período noturno,  
21 que intensifica a ocupação do *campus*, e a consonância com a lei 13.278/2016, que inclui o  
22 Teatro como componente curricular da educação básica juntamente com a Música, Artes  
23 Visuais e a Dança. Para elucidar possíveis questionamentos, convidou para esta Sessão o  
24 professor Rodrigo Spina, que acompanha toda tramitação dessa proposta desde o início. O  
25 MAGNÍFICO REITOR diz que é sempre muito bem-vinda a aprovação de novas vagas na  
26 graduação, ainda mais em curso de licenciatura, e ainda mais em curso noturno. Portanto, é  
27 difícil ter algo mais positivo na Universidade. Nos tempos em que vivem, de muitas  
28 dificuldades orçamentárias para contratações etc., a solicitação de novos docentes, novos  
29 funcionários é bastante modesta e bastante espaçada, então considera uma proposta espetacular,  
30 em todos os itens. Acha que essa sua opinião reflete o sentimento do Conselho Universitário e  
31 desde já parabeniza o Instituto de Artes pela iniciativa. Não havendo mais observações, submete  
32 à votação a matéria, que é aprovada com 54 votos favoráveis e 01 abstenção. Em dias normais  
33 talvez houvesse várias manifestações, mas hoje foi mais breve porque estão querendo adiantar  
34 a discussão até a chegada do expediente, mas certamente é muito importante essa iniciativa.  
35 Passa ao item 04 – Proc. nº 01-P-17672/2017 –, que trata da proposta de Deliberação Consu  
36 que aprova a Política Institucional de Inovação da Unicamp. O assunto foi retirado de pauta na  
37 reunião anterior, para uma discussão mais aprofundada nas unidades, na Universidade, com  
38 toda a comunidade, e foi exatamente o que foi feito. Além da comissão, o professor Newton  
39 Frateschi, diretor da Inova, empenhou-se pessoalmente em realizar essa discussão em toda a  
40 Universidade, e acha que ela avançou bastante, a ponto de poderem fazer uma discussão um

1 pouco mais fundamentada nesta reunião. Agradece ao professor Newton pela dedicação, pela  
2 conversa feita em diversas unidades e na ADunicamp, que acredita que tenha sido muito  
3 proveitosa. Ontem conversou um pouco com o professor Wagner, da ADunicamp, e possuem  
4 algumas ideias e alguns aprimoramentos que podem melhorar a proposta. Passa a palavra ao  
5 professor Wagner. O Professor WAGNER DE MELO ROMÃO agradece ao professor Newton  
6 pela atividade realizada na ADunicamp, da qual infelizmente poucas pessoas conseguiram  
7 participar. Escreveu um texto, em conjunto com o professor Renato Dagnino, a respeito da  
8 proposta, foi divulgado na página da ADunicamp e enviado por e-mail aos seus membros, além  
9 de ter havido alguma divulgação no contexto da Universidade. O professor Frateschi esmerou-  
10 se nesse último mês e meio para apresentar essa proposta, mas pelo menos por enquanto  
11 possuem uma sugestão de emenda ao texto, e há uma série de elementos que foram tratados  
12 tanto pelo documento que os representantes discentes da pós-graduação circularam, como  
13 também por conversas que teve com uma parte dos colegas da bancada docente, que indicam  
14 que seria importante haver um amadurecimento ainda maior dessa proposta. Na opinião dos  
15 membros da diretoria da ADunicamp, a política de inovação proposta espelha muito aquilo que  
16 a Inova já vem fazendo, que é bastante positivo para a Universidade, mas quando se  
17 regulamenta uma política de inovação, entendem que é preciso tentar dar conta daquilo que é o  
18 regime preferencial de permanência dos docentes na Universidade, o RDIDP. Ainda há muitas  
19 dúvidas com relação a isso, que não sabe se poderão ser sanadas quando da regulamentação da  
20 deliberação Consu, portanto seria importante que tivessem um bom debate aqui para identificar  
21 isso. Além disso, no momento oportuno pretendem apresentar emendas no sentido de que a  
22 política de inovação possa também não só refletir essa relação preferencial e legítima que a  
23 Inova tem feito com as empresas filhas da Unicamp, com as *startups*, as empresas que recorrem  
24 ao conhecimento produzido na Universidade para se colocarem em melhores condições no  
25 mercado, mas também a pelo menos dois outros campos muito importantes de pesquisa, de  
26 inovação, de relação da Universidade com a sociedade. O primeiro campo é representado pela  
27 Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, a ITCP, que está em plena atividade no  
28 âmbito da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Por outro lado, há um conjunto de ações que têm  
29 sido realizadas de maneira individualizada, em determinados departamentos, em centros de  
30 pesquisa, núcleos de pesquisa, que são as ações referentes às políticas públicas, a todo campo  
31 de pesquisa, desenvolvimento, inovação em políticas públicas, que também deveria estar  
32 contemplado no campo da política de inovação. O professor Frateschi sempre se posiciona no  
33 sentido de que essa proposta também contempla esses campos, mas uma análise mais acurada  
34 sobre a proposta indica que o elemento preferencial dessa política são as empresas privadas.  
35 Inclusive o parque científico e tecnológico da Universidade deveria ser ocupado também por  
36 iniciativas que articulem o campo da sociedade civil, o campo daquelas iniciativas em conjunto  
37 com os poderes públicos. Estão vivendo hoje um período de extremo enfraquecimento do  
38 Estado, que se tornou o grande inimigo da sociedade, infelizmente. A Universidade, por ser  
39 uma instituição pública, financiada por recursos públicos, tem uma missão importante de se  
40 colocar à disposição e de articular o seu próprio conhecimento para tornar a sociedade brasileira

1 mais igual, menos injusta. Essa é a indicação inicial da ADunicamp, mas deseja ouvir os  
2 conselheiros e conselheiras para que possam formular uma opinião mais embasada, acreditando  
3 que esse debate será muito rico. O MAGNÍFICO REITOR diz que leu o texto proposto e o  
4 considerou adequado; se o professor Wagner desejar, pode solicitar à Secretaria Geral que copie  
5 e passe para os conselheiros, mas acha que poderiam perfeitamente embutir essas duas questões,  
6 que aprimoram a proposta de uma maneira muito efetiva. O Professor NEWTON CESÁRIO  
7 FRATESCHI diz que tem comentado que, implicitamente, todas as ações de inovação estão  
8 contempladas na política. A Inova tem feito um esforço bastante grande de se aproximar dessas  
9 outras modalidades de inovação. Conversam muito com a ITCP, têm direcionado muitas  
10 demandas que chegam na Inova para lá também. Viram que existe ali uma estrutura que já  
11 funciona há bastante tempo, e que não há por que não trabalhem juntos. É fundamental estar  
12 incluída a inovação em políticas públicas, com impacto social. Na política de inovação,  
13 obviamente está a parte de trazer o marco legal para a Universidade, já um pouco mais feito  
14 para essa inovação, tal como a Inova já faz, e que atende boa parte da Universidade na sua  
15 missão de parte do conhecimento ser transformado, de tal forma que a Universidade e o Estado  
16 se apropriem um pouco mais daquilo que ele cria, através de criação de empresas, com a  
17 transferência de tecnologia, com a criação de sistemas que veem muito claramente  
18 estabelecidos particularmente pelas empresas filhas. O parque científico e tecnológico hoje tem  
19 336 postos de trabalho, 278 na área de projetos de pesquisa de desenvolvimento. Há 18  
20 empresas sendo incubadas ali dentro, 12 *startups*, sete grandes empresas. Em todas as ações,  
21 inclusive de cultura, que a Unicamp vem fazendo ela já treinou milhares de pessoas nessas  
22 áreas. Do ponto de vista da ação da Inova, essa política explicitamente está clara. Outras formas  
23 de inovação são muito importantes, porque possibilitam que o Estado e a Universidade  
24 colaborem para levar maior benefício para a sociedade como um todo. Viu que o texto coloca  
25 explicitamente essas ações. Outra coisa que considera muito importante, que conversou com o  
26 professor Wagner também, é que a política de inovação realmente não bloqueia nenhuma dessas  
27 ações. Ela, na verdade, legaliza, regulamenta muitas coisas que já são feitas, e pode  
28 regulamentar outras que talvez possam fazer, ou que fazem sem muita segurança jurídica.  
29 Incluir isso nas diretrizes mostra que a Universidade está preocupada com um conceito de  
30 inovação mais abrangente. Também viu no texto a criação de dois grupos de trabalho; essa  
31 incubadora e outras ações acontecem de forma um pouco espalhadas, e seria interessante  
32 estudar de que forma se poderia incentivar a criação desse tipo de atividade de uma forma mais  
33 estruturada. O grupo de trabalho pode atender a isso, da mesma forma que a política hoje está  
34 atendendo ações que já existem na imensa maioria das unidades. Concorda também com a  
35 criação do outro grupo de trabalho, na área de políticas públicas, que vai permear o que podem  
36 fazer em prol de uma sociedade com pessoas com mais empregos, com mais qualidade de vida,  
37 com mais participação nas suas próprias vidas. Considera, portanto, a proposta bastante  
38 adequada. Há questionamentos, por exemplo, sobre o RDIDP, mas não vê nada na política de  
39 inovação que de alguma forma mexa com questões ligadas ao RDIDP, nada que se sobreponha  
40 a qualquer órgão colegiado. Questões relativas ao RDIDP são reguladas pela CPDI, são



1 reguladas pelos relatórios periódicos que as pessoas têm de fazer, e os departamentos, as  
2 congregações, a Cepe, o Consu, possuem o papel de monitorar e observar. Da mesma forma,  
3 não há nenhuma ação proposta que não tenha de ser aprovada em cada uma das unidades.  
4 Portanto, está bastante tranquilo quanto a isso, e fica satisfeito que tenham conseguido essa  
5 proposta abrangente, que considera inovadora para a Unicamp, que toca desde a parte do acordo  
6 direto com as empresas, como a Inova já vem fazendo há muito tempo, e traz essa outra face  
7 que ela vem tentando ter, e que pela falta de grupos de trabalho como esse, que ajudem na  
8 estruturação, tem sentido dificuldade de alcançar. O Conselheiro IURIATAN FELIPE MUNIZ  
9 diz que a medida inclui cessão de funcionários, podendo então alterar diretamente a rotina de  
10 trabalho de um funcionário da Unicamp. Observa que, pelo que sabe, os funcionários não  
11 receberam nenhum convite para participar da ampliação do debate, portanto não estão tão por  
12 dentro assim do que está sendo proposto, nem estão entendendo se é bom ou ruim. Entendem  
13 que o principal fio condutor da pesquisa no Brasil é o Estado. Não que ele faça isso, obviamente,  
14 mas tem mais condições de orientar a pesquisa para o interesse social. Acredita que as empresas  
15 mais pujantes e que têm mais condição de desenvolver essa pesquisa são, em geral, grandes,  
16 baseadas em centros de decisão estrangeiros, e que vão acabar orientando o interesse de suas  
17 pesquisas para fins que não são exatamente os problemas vivenciados pela sociedade brasileira.  
18 Então, quando falam em aproximar essa produção científica da dinâmica de investimento e  
19 pesquisa das empresas, acha que estão distanciando o foco da produção científica da Unicamp  
20 do interesse social. Surgem notícias mostrando que o Estado brasileiro não está querendo  
21 pesquisar mais, muito menos pesquisar o interesse da sociedade brasileira. Para quem não tem  
22 uma presença forte na academia, às vezes não tem nem condições de estudar e vive problemas  
23 sérios relacionados à realidade brasileira, é cada vez mais difícil ter seu interesse representado  
24 nas pesquisas. Então é por isso, não é por nenhum preconceito que recebem de uma forma muito  
25 cautelosa o anúncio de que a Unicamp vai passar a pesquisar na dinâmica dos convênios e vai  
26 oferecer sua estrutura para as empresas interessadas. Acha que isso pode vir a coadunar com o  
27 interesse que o Estado brasileiro tem de diminuir a quantidade e a qualidade de pesquisas,  
28 quando começam a organizar a sua capacidade de pesquisa junto à iniciativa das empresas.  
29 Nesse sentido, acha que essa recomendação da CPI a Unicamp não deveria estar seguindo, há  
30 outras recomendações mais interessantes. O item que envolve a cessão de pesquisadores e  
31 docentes define que eles podem se afastar do cargo com prejuízo de vencimento para iniciativa  
32 tecnológica etc., não sabe por que o funcionário não pode. A proposta discrimina o funcionário  
33 como um ser incapaz de propor inovação, de contribuir com o espalhamento da ciência, com a  
34 transferência de tecnologia. Observa que os docentes e pesquisadores também são funcionários,  
35 e um trabalhador Paepe, que às vezes é a maior autoridade em determinado equipamento ou  
36 procedimento de laboratório, tem sua participação descartada. Coloca essas questões, tendo em  
37 vista que não teve muita oportunidade de discutir isso antes, e justifica sua posição contrária. O  
38 Conselheiro SÁVIO MACHADO CAVALCANTE diz que recebeu as mensagens das  
39 atividades que foram feitas pela Inova, mas observa que esse é o período mais pesado das  
40 atividades docentes. Tentou participar de alguns debates, mas não conseguiu. Não concorda

1 com o fato de marcarem uma reunião em novembro, com alguns dias de antecedência, e  
2 imaginar que isso possa gerar uma discussão ampla. Gostaria de ter discutido muitos pontos,  
3 de saber como foi a reação nas unidades, a reação das pessoas presentes, que tipo de demandas  
4 houve. Há um item a respeito de educação empreendedora, e gostaria de saber quais são os  
5 trabalhos científicos que se baseiam nisso, o que a Faculdade de Educação elaborou a respeito,  
6 e muitas outras informações que não teve tempo de buscar em razão da agenda do fim do ano,  
7 com aulas, bancas, eventos. Acha que é uma mudança estrutural que envolve inúmeras  
8 dimensões da atividade docente de pesquisa, que envolve a questão já mencionada aqui dos  
9 servidores técnico-administrativos, e precisa ser encarada com um pouco mais de calma.  
10 Discorda da avaliação de que essa discussão tenha sido feita a contento, haja vista que já há  
11 algumas considerações extremamente preocupantes sobre a questão da flexibilização do  
12 RDIDP. Vai se reinscrever depois, porque possui bastante coisa para falar sobre esse tema. Mas,  
13 por exemplo, gostaria que todos tivessem acesso agora à questão mencionada pelo professor  
14 Wagner, para que possam fazer a leitura e não ficar discutindo com base em algo que nem todos  
15 conhecem. O MAGNÍFICO REITOR diz que o professor Wagner tem o texto, e se desejar  
16 distribuir, a Secretaria Geral o fará. O Conselheiro JOÃO RAIMUNDO MENDONÇA DE  
17 SOUZA diz que quando esse texto foi apresentado pela primeira vez, já havia levantado  
18 algumas preocupações. O professor Newton teve uma atuação importante em discutir o tema,  
19 ele inclusive pediu para que conversassem e se manifestassem, mas acabaram não tendo  
20 sintonia para fazer uma agenda. Viu alguns documentos que a ADunicamp produziu, e tem  
21 bastante acordo com as preocupações colocadas naqueles documentos. Já existe a política da  
22 Inova, e de certa forma estão aqui construindo um marco regulatório da política de inovação da  
23 Unicamp, que é uma questão que demanda um debate mais profundo, porque a própria proposta  
24 traz considerações sobre a política de inovação e sua regulação, traz elementos que não  
25 fornecem segurança do ponto de vista da relação que a Universidade e os membros da  
26 comunidade vão estabelecer com essa política. São coisas que precisam ser mais aprofundadas,  
27 se a Unicamp vai fazer parte do capital social da empresa, se ela vai poder injetar recursos,  
28 existe uma relação associativa, uma relação de comprometimento profissional de docentes,  
29 pesquisadores, funcionários, questões mais técnicas, cujas dúvidas precisam ser resolvidas. É  
30 favorável a um marco regulatório da política de inovação da Universidade, mas acha que  
31 precisam discutir mais isso. Outra questão, que de alguma forma está explicitada no documento  
32 que o professor Wagner mencionou, diz respeito a como se democratiza isso, com as  
33 incubadoras, com as políticas públicas, até porque essa visão empresarial prioriza algumas áreas  
34 e acaba deixando de lado outras que são fundamentais também, do ponto de vista da formação,  
35 e mesmo das políticas públicas, como a discussão da própria educação, do esporte, das artes.  
36 Pergunta como é essa relação do ponto de vista de uma política de inovação. Precisam constituir  
37 um marco que leve em consideração a contrapartida para essas áreas também. Não observou  
38 isso na proposta, a relação fica muito empresarial. Então talvez esses elementos precisassem  
39 ser aprofundados, e sugere inclusive que essa proposta seja votada depois de um seminário  
40 dirigido a um debate específico, para que construíssem uma visão mais homogênea na

1 Universidade, e que não pairasse dúvida sobre isso. Esta semana leu a notícia divulgada na  
2 página da Unicamp de alguns jovens que descobriram uma técnica para apressar a cura de  
3 feridas de diabéticos. É algo inovador e importante, e eles estão muito preocupados em vincular  
4 essa inovação ao SUS. Pergunta onde isso entra na política de inovação da Unicamp. A questão  
5 de incorporar políticas públicas, incorporar áreas em que a relação necessariamente não é  
6 empresarial, mas que precisam também discutir a inovação; é preciso um amadurecimento  
7 disso, mas valorizando a iniciativa de ter um marco regulatório. A Conselheira PATRÍCIA  
8 KAWAGUCHI CÉSAR diz que, assim como já mencionou o professor Sávio, novembro é um  
9 período bastante complicado também para os estudantes, fim de semestre, os alunos da pós-  
10 graduação possuem relatório de qualificação, congressos etc. Apesar dessas dificuldades,  
11 criaram um GT estudantil e fizeram uma revisão da literatura. A partir da revisão na plataforma  
12 Capes, avaliaram que é preciso ter cautela ao encorajar o empreendedorismo dentro da  
13 Universidade, porque a lógica empresarial reduz educadores a prestadores de serviços e insere  
14 a lógica da produção em larga escala na academia. Elaboraram um relatório, que consta no item  
15 02 da pauta do Expediente, e também algumas emendas e sugestões que consideram  
16 interessante trazer para a discussão. Acredita que o professor Frateschi já deva ter visto, porque  
17 ele os procurou para conversar na semana passada, mas infelizmente tiveram um choque de  
18 datas e não conseguiram fazer essa conversa antes. Conseguiu comparecer a duas apresentações  
19 da Inova, bastante interessantes, sobre essa proposta de inovação tecnológica, e as sugestões  
20 que o GT apresenta como contrapartida são as seguintes: propõem que o tempo de licença de  
21 professores e funcionários seja acrescido de um tempo igual de cursos de extensão gratuitos na  
22 unidade; que a destinação de uma porcentagem dos lucros das patentes e parcerias gerados  
23 sejam distribuídos entre as unidades; que sejam assegurados os direitos trabalhistas dos  
24 servidores; que sejam acrescentados itens sobre ressarcimento; que haja descentralização das  
25 decisões da Inova para uma comissão paritária de professores, estudantes e funcionários; que  
26 se acrescentem instrumentos de transparência; que se diferenciem os tipos de empresa – MEI,  
27 pequena empresa, grandes empresas, *startups*, spin-offs, por definição e função. São alguns  
28 itens que consideram que deveriam estar contemplados por escrito na proposta, em vez de talvez  
29 tentar trazer toda essa discussão para os órgãos colegiados e avaliar caso a caso. Acreditam que  
30 algumas coisas deveriam já estar escritas. O Conselheiro FERNANDO ANTÔNIO SANTOS  
31 COELHO diz que leu o documento com cuidado, e em vários aspectos ele reproduz muitas  
32 coisas que a Inova já faz, de forma bastante competente. Mas ficou com mais dúvidas do que  
33 respostas. Cumprimenta o professor Frateschi pelo trabalho que ele teve, em conversar com  
34 todas as unidades, mas ainda acha que esse trabalho não é suficiente, e dará um exemplo muito  
35 simples. Ontem participou de uma reunião com 15 colegas docentes que estão organizando um  
36 curso para 2020, e no meio da conversa perguntou se eles haviam visto alguma coisa sobre  
37 política de inovação. Os 15 responderam que não sabiam do que se tratava, o que indica que  
38 precisam conversar com mais cuidado a respeito dessa política. Não entendeu como a proposta  
39 vai se desenrolar, especificamente em dois aspectos: o primeiro está relacionado ao fato de a  
40 Universidade participar como sócia minoritária de atividades em que eventualmente tenha

1 interesse. No item 2.3.1.2 da norma, às folhas 51, consta que ela pode “participar de forma  
2 indireta e por meio de fundos de investimento constituído com recursos próprios, ou de terceiros  
3 para essa finalidade”. Pergunta que recursos próprios são esses, de onde eles vêm, de que  
4 maneira isso vai ser feito, quem define o que é importante para se transformar em sócio ou não.  
5 Há uma série de questões que precisam rever com muito cuidado. A proposta apresentada pelo  
6 professor Wagner foi muito interessante, acha que a Universidade tem de se debruçar sobre  
7 questões de natureza social, de políticas públicas, mas também ficou bastante preocupado com  
8 um outro aspecto. A partir do momento que a Universidade permite e deixa claro que as pessoas  
9 podem eventualmente se licenciar para poder tocar assuntos do seu interesse, montar empresas  
10 e coisas desse tipo, imagina que vai ser muito complicado que as congregações neguem isso,  
11 porque faz parte de uma política da Universidade. As unidades são muito diferentes, algumas  
12 possuem mais uma vertente de aplicação em cima das pesquisas que fazem do que outras. Fica  
13 imaginando qual será o impacto em uma unidade, por exemplo, com cinco ou seis professores  
14 que queiram abrir as suas empresas, peçam licença para fazer esse tipo de atividade, em relação  
15 à carga de ensino e pesquisa. Não está escrito em lugar nenhum que a Universidade vai colocar  
16 professores substitutos no lugar, portanto quem fica será impactado. Dentro dessas unidades  
17 haverá muitos professores que fazem pesquisa sem uma vertente comercial imediata, e eles  
18 terão de fazer o trabalho daquele docente que está afastado temporariamente. Está preocupado,  
19 acha que o assunto precisa de mais tempo para ser discutido; ele, por exemplo, é chefe de  
20 departamento e o seu departamento não discutiu isso. Entre os colegas com quem estava  
21 conversando ontem, alguns têm posição, outros não, mas ficou muito claro que as pessoas não  
22 estão entendendo muito bem do que trata a proposta. Então, é importante que discutam mais  
23 devagar, para que possam dar um passo em uma direção que seja mais segura. O Conselheiro  
24 IURIATAN FELIPE MUNIZ pergunta se o professor Coelho também encaminha no sentido de  
25 retirar de pauta. O Conselheiro FERNANDO ANTÔNIO SANTOS COELHO diz que não está  
26 pensando em encaminhamento; gostaria de escutar o que as pessoas têm a dizer a respeito da  
27 proposta. O Conselheiro PAULO REGIS CARON RUFFINO diz que as pessoas estão  
28 colocando pontos que, com algumas pequenas alterações, fariam com que a proposta chegasse  
29 onde precisa, mas não estão indo ao cerne da questão, que é colocar a Universidade em um  
30 patamar diferente. Discorda do professor Fernando, pois se a Universidade deseja os melhores  
31 cientistas, as melhores cabeças, as pessoas mais criativas, ela terá de conviver com pessoas  
32 entrando e saindo, porque se ela bloqueia a saída de uma pessoa genial, de um inventor, se ela  
33 fica colocando empecilhos, ele vai embora da Universidade. Então é simplesmente reconhecer  
34 que não é questão de, nas palavras dele, vertente comercial; acha que existe também impacto  
35 social quando a Inova está relacionada hoje com 36 mil ou 40 mil salários, portanto estão  
36 falando de 40 mil famílias que são alimentadas com salários vindos de empresas direta ou  
37 indiretamente ligadas à Inova. É uma vertente que está criando ciência e tecnologia, aplicações,  
38 e está devolvendo benefícios para a sociedade. Então, a despeito de questões menores que  
39 podem discutir aqui, não foram ainda ao cerne da questão, que é olhar o impacto do que está  
40 sendo feito em termos de tecnologia dentro da Universidade. Isso é uma prestação de contas

1 que a Universidade tem de fazer para a sociedade. Muitas das questões colocadas aqui já foram  
2 respondidas pelo professor Newton nos encontros que ele teve nas unidades. Talvez ele pudesse  
3 falar um pouco mais, ele tem alguns slides que mostram bem como esse ecossistema funciona  
4 em relação à entrada e saída de dinheiro, de ideias, de ciência e tecnologia ligado a isso. Acha  
5 que possuem a obrigação de reconhecer isso, de se desligar de um modelo e estar preparado  
6 para um modelo novo que presta ainda mais contas à sociedade do que vêm fazendo hoje. Não  
7 se refere à capitalização completa da Universidade, à privatização, muito pelo contrário.  
8 Concorda com a afirmação de vários conselheiros de que há certas áreas de pesquisa que  
9 possuem conflito de interesse com a iniciativa privada, então precisam receber recursos do  
10 estado. Mas não significa que em áreas de inovação não possam tirar proveito disso; na verdade,  
11 devem tirar proveito. Parabeniza a Inova, na figura do professor Newton Frateschi, pelo  
12 trabalho que fez, pelo texto, extenso e muito bem articulado, de uma pessoa que conhece muito  
13 bem como se dá essa interface entre a Universidade e a sociedade civil. Fica aqui o exemplo  
14 também de outras universidades, se não Estados Unidos e Europa, ou Europa Ocidental,  
15 universidades do leste europeu, universidades chinesas que fazem inovação, que têm um pé de  
16 tecnologia dentro e um pé de tecnologia fora da universidade. Então que fique essa reflexão do  
17 cerne da questão que acha importante amadurecerem e irem em direção à uma universidade  
18 mais aberta, mais moderna, que beneficia ainda mais a sociedade. A Conselheira ANNA  
19 CHRISTINA BENTES DA SILVA diz que considera o documento da política de inovação um  
20 esforço institucional importante, de forma a tentar dar conta da diversidade de atividades  
21 existentes aqui dentro. No entanto, acredita que estão longe de ter neste documento  
22 contemplada toda a diversidade da universidade pública. Nesse sentido, admira-se de que ao  
23 longo deste documento não apareça nenhuma vez a expressão “tecnologia social”. Na  
24 Wikipedia, esse conceito importante, que está sim vinculado ao sistema produtivo, é descrito  
25 como “todo produto, método, processo ou técnica criada para solucionar algum tipo de  
26 problema social, atendendo a questões, a quesitos de simplicidade, baixo custo, fácil  
27 aplicabilidade e reapplicabilidade e impacto social comprovado. É um conceito contemporâneo  
28 formado após inúmeros debates entre ONGs e o Instituto de Tecnologia Social (ITS Brasil) nos  
29 primeiros anos da década de 2000, que remete a propostas inovadoras de desenvolvimento  
30 (econômico, social ou ambiental), baseadas na disseminação de soluções para problemas  
31 essenciais como demanda de água potável, alimentação, educação, energia, habitação, renda,  
32 saúde e meio ambiente, entre outras, além de promover a inclusão socioprodutiva”. Portanto,  
33 acha que não estão preparados para propor uma política de inovação na Universidade sem uma  
34 inclusão séria e discutida sobre tecnologia social. Não podem enviar a política de inovação  
35 da Universidade como um todo apenas para um lado do setor produtivo, que é a ideia de  
36 indústria e de empresa. E um lado enviado que tem a ver com o fato de que estão esquecendo  
37 o caráter público da Universidade. Também gostaria que tivessem discutido um pouco mais a  
38 política de inovação de outras unidades da federação, que são institutos de pesquisa públicos.  
39 Cita o exemplo dos princípios gerais da política de inovação da Fiocruz. O Brasil tem  
40 desenvolvido muitas formas de a ciência e a Universidade darem conta dos problemas sociais

1 brasileiros, e isso implica uma relação com o setor produtivo. Não é possível que a política de  
2 uma das melhores instituições do país esteja enviesada. Não tem dúvidas de que essa é uma  
3 parte importante da sociedade, falar da relação com empresas é importante, mas ela não é a  
4 única relação com a sociedade civil. Substituir e restringir a sociedade civil a empresas ou  
5 indústrias é um erro do ponto de vista da visão que devem ter de sociedade. Colocar a palavra  
6 “sociedade” na política de inovação não significa que estão contemplando a sociedade. Toda  
7 política de inovação da Unicamp está enviesada em relação à ideia de empreendedorismo, e  
8 essa é uma ideia que precisam discutir; ela não precisaria estar na construção da política de uma  
9 universidade pública. “Princípios gerais da Fiocruz, da sua política de inovação: as atividades  
10 de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e inovação na Fiocruz deverão ser  
11 orientadas pelos seguintes princípios: ‘a garantia da supremacia do interesse público e o  
12 benefício da saúde pública brasileira; o estímulo ao desenvolvimento de inovações que  
13 contribuam para a solução de problemas da saúde pública nacional e global, bem como para o  
14 enfrentamento de situações emergenciais na área de saúde; o reconhecimento da inovação como  
15 elemento transversal que permeia as atividades da Fiocruz; a otimização e articulação de  
16 competências instaladas, plataformas tecnológicas, serviços e expertises institucionais para o  
17 desenvolvimento de soluções inovadoras em saúde”’. O documento completo está na página da  
18 Fiocruz. Bastaria que fizessem um levantamento importante sobre as políticas de inovação no  
19 Brasil e no exterior, para entenderem que a política de inovação, infelizmente tem só um viés.  
20 Não está dizendo que a política apresentada neste documento está inteiramente equivocada,  
21 mas que precisam ter um documento que contemple a comunidade acadêmica como um todo,  
22 que contemple o caráter público da Universidade. Nesse sentido, não é possível fazer emendas,  
23 retoques, porque o que está em jogo aqui é o problema dos princípios, não é o problema de cada  
24 um dos itens que vêm depois, porque o que vem depois está articulado aos princípios que estão  
25 colocados. Uma pesquisa básica sobre o que acontece em termos de políticas de inovação das  
26 universidades públicas, de uma forma mais geral, poderia colocar a Unicamp em um outro  
27 patamar de discussão. Também existe o problema do encaminhamento desse assunto, que não  
28 foi discutido profundamente por nenhuma unidade, apenas comunicado. Essa política de  
29 inovação tem impacto sobre a estrutura orçamentária da Universidade, assim como sobre sua  
30 estrutura profissional, na carreira docente e na carreira de funcionários. Portanto, não é possível  
31 que façam uma discussão que mexa na estrutura da Universidade sem que ela tenha, no mínimo,  
32 uma grande parte de consenso. Nesse sentido, acha que não estão contemplados com esse  
33 documento, muito menos áreas que não são empreendedoras. A Conselheira HELOISE DE  
34 OLIVEIRA PASTORE cumprimenta o professor Frateschi pelo documento e lembra que ele  
35 deve ter ido a várias congregações. Na congregação do Instituto de Química ele esteve e  
36 explicou amplamente o documento, ouviu as opiniões, não somente comunicou. Surpreende-se  
37 bastante com os comentários que ouviu até agora, porque a sensação que tem é que não há  
38 debate que seja longo o suficiente a ponto de satisfazer todas as necessidades aqui elencadas.  
39 Sob a pena ainda de esvaziar uma proposta que lhe parece, salvo melhor juízo, perfeita para ir  
40 à votação. Essa proposta não está congelada, ela não é definitiva e não é imutável. Acha que

1 uma vez aplicada, entendidas as suas falhas, ela pode ser consertada, emendada, reescrita, ou  
2 pode ser revogada e uma outra ser escrita. Mas acha que precisam, neste momento, colocá-la  
3 em prática. No entanto, considera que o nível de detalhe que está sendo exigido nessa proposta  
4 é um pouco irreal. Por exemplo, podem ter 10 docentes saindo com uma licença para formar  
5 suas próprias empresas. Quando possuem colegas que saem para o pós-doutorado, fazem  
6 escalonamento, então pergunta se também não poderiam fazer nesse caso e se realmente  
7 precisam desse nível de detalhe nessa proposta. Uma outra questão é o docente poder sair para  
8 abrir a sua própria empresa, ou para ajudar a formação de uma empresa; observa que já podem  
9 fazer isso. Não está entendendo qual é a estranheza. Os docentes podem se afastar por até dois  
10 anos sem vencimentos, assim como os funcionários. No Instituto de Química, há um  
11 funcionário se preparando para sair, recolhendo seus apoios etc. O Conselheiro JOSÉ LUIS  
12 PIO ROMERA observa que a CVND não permite. Como membro, tem votado pelo afastamento  
13 de funcionário, mas a CVND não autoriza afastamento. A Conselheira TERESA DIB  
14 ZAMBON ATVARS diz que a CVND não autoriza nem deixa de autorizar, não é sua atribuição  
15 fazê-lo. Ela autoriza ou não reposições, quando pertinentes. A Conselheira HELOISE DE  
16 OLIVEIRA PASTORE diz que não há quantidade de discussão que vá fazer ser interessante  
17 aos empresários áreas que não são interessantes. Ou elas se tornam interessantes de alguma  
18 maneira, e não sabe como fazer isso, ou elas não vão ser. É natural que o desenvolvimento da  
19 tecnologia, o desenvolvimento de drogas para doenças negligenciadas, e há pelo menos dois  
20 grupos do Instituto de Química que fazem isso, sejam financiadas, sejam de interesse. Isso é  
21 um serviço à sociedade. Foi criticado aqui que a Universidade vai se tornar uma prestadora de  
22 serviços, mas isso também é um serviço à sociedade. Então, áreas que se sentem  
23 desinteressantes para a iniciativa privada devem se tornem interessantes, mas não podem proibir  
24 ou coibir quem já é interessante de fazer um trabalho que é perfeitamente relevante e lícito. É  
25 isso o que essa proposta vem fazer. Ela não proíbe ninguém, ela não força ninguém a fazer isso.  
26 Ela permite que as pessoas que conseguem fazer esse tipo de coisa façam. Hoje em dia fazem  
27 convênios com indústrias, e em cada convênio cerca de 22% do que recebem fica em taxas, 8%  
28 das taxas é o PIDS. O PIDS serve para o reitor fazer várias atividades; por força de outro GT,  
29 verificou o que o PIDS pode financiar: 15% dele tem de ser aplicado no desenvolvimento dos  
30 funcionários, dos servidores não docentes. Isso está fixo, e é uma taxa paga em cada convênio  
31 que celebram. Dizer que não estão fazendo serviço para a sociedade e para a Universidade  
32 chega a ser ofensivo. O Conselheiro MARCO AURÉLIO ZEZZI ARRUDA diz que estão  
33 escutando bastante aqui que o assunto não foi discutido, que não tiveram tempo etc. O tempo é  
34 curto para todos, não só para alunos, mas também para docentes e funcionários. Dentro do  
35 Instituto de Química, a proposta foi discutida, muito gentilmente o professor Newton  
36 compareceu no dia 21 de outubro e ali discutiu toda essa questão durante mais de duas horas.  
37 Os docentes que estavam presentes, inclusive do IFGW e do IB também, já que divulgaram  
38 também para essas unidades, saíram de lá realmente bastante contentes com essa política de  
39 inovação. Concorda plenamente com a professora Heloise, se há certas arestas a serem  
40 amparadas, isso pode ser feito, sem sombra de dúvida. Caso contrário, ficarão discutindo isso

1 *ad infinitum* e não implementarão algo muito importante para o desenvolvimento da  
2 Universidade. Está mais do que na hora de pensarem “fora da caixa”. Ressalta que o Instituto  
3 de Química discutiu muito; não houve discussões dentro dos departamentos, mas foi convidada  
4 toda a comunidade para comparecer ao auditório para discussão, e isso aconteceu. A  
5 Conselheira DIRCE DJANIRA PACHECO E ZAN diz que está ouvindo atentamente os vários  
6 posicionamentos e agora ouvindo a professora Heloise, quando ela diz que o que está previsto  
7 no documento já existe na Universidade, já é feito, e pergunta onde está o problema; responderia  
8 a ela que o problema está exatamente nos princípios que orientam o documento. Também  
9 cumprimenta o professor Newton, que foi até a Faculdade de Educação discutir o documento e  
10 ouviu um pouco do que tinham a dizer sobre a questão. Em relação aos princípios, tende a  
11 concordar com a professora Anna que esse documento causa estranheza quando se começa a  
12 ler, porque ele pouco se aproxima dos ideais de universidade pública. Já há algum tempo que  
13 no campo educacional, da educação básica, pelo menos desde os anos 1990, vem ocorrendo a  
14 mudança no currículo, em que cada vez mais ganha espaço um tema como empreendedorismo  
15 e perdem espaço temáticas fundamentais da relação social e coletiva, como meio ambiente,  
16 como a questão de gênero, que foi retirada do último documento curricular. Isso a leva a pensar  
17 quando começaram a substituir o compromisso social da universidade pública pela ideia de  
18 empreendedorismo. Essa noção de inovação, que é quase como sinônimo de inovação  
19 tecnológica e de empreendedorismo, que é essa aproximação com o setor privado, vai se  
20 distanciando muito daquilo que sempre moveu a Unicamp desde a sua origem, com relação ao  
21 seu compromisso social. O professor Paulo mencionou que “a ação inovadora é a criação de  
22 ciência, tecnologia e desenvolvimento para a sociedade”, com o que concorda, mas isso sempre  
23 foi feito aqui. A grande questão desse documento é quando, por exemplo, nos princípios coloca:  
24 “Promover e disseminar a capacitação contínua de recursos humanos e empreendedorismo,  
25 gestão e inovação”; pergunta o que isso quer dizer. Consta também no documento “Promover  
26 e estimular o empreendedorismo na Unicamp”; observa que “empreendedorismo” não é uma  
27 palavra qualquer, é um conceito impregnado de sentido sobre qual é a ação, qual é o rumo que  
28 desejam dar à ação da universidade pública. Portanto, se já acontece tudo o que está previsto  
29 aqui, não estão impedindo que siga acontecendo, mas acha que precisam amadurecer sim quais  
30 são os princípios que deverão nortear a ação da Unicamp, e nessa aproximação. Observa que a  
31 Faculdade de Educação, por exemplo, é extremamente atrativa para o mercado empresarial e  
32 privado. No entanto, a Faculdade tem princípio claro de qual é o seu compromisso dentro de  
33 uma universidade pública. Sabem muito bem que as fundações e as empresas educacionais têm  
34 muito mais a ganhar em parcerias com a Unicamp do que a Universidade. São eles que estão  
35 loucos pelo logotipo da Unicamp carimbando e legitimando políticas educacionais que vão ao  
36 contrário daquilo que entendem como projetos de educação pública voltados para a maioria da  
37 população brasileira. Então, nesse sentido, o problema está nos princípios, e precisam sim de  
38 mais tempo para amadurecer a discussão. Se as ações aqui previstas já acontecem, que sigam  
39 acontecendo. Não se trata de querer inibir ou coibir esse tipo de ação e de parcerias de  
40 pesquisadores e de institutos de pesquisa com o setor privado, mas sim de definir como a



1 Unicamp entra nessa relação com a empresa privada. O Conselheiro JOSÉ ALEXANDRE  
2 DINIZ diz que na Feec discutiram o documento dentro dos departamentos, e no conselho  
3 interdepartamental decidiram apoiar essa política de inovação. Participou de duas reuniões com  
4 o professor Newton, fazendo apresentações para os diretores, uma delas mais específica para  
5 os diretores da área tecnológica e de exatas, e observa que a Unicamp já faz isso, a Unicamp  
6 tem inovação. O que precisam fazer é colocar em prática essa política de inovação e depois  
7 ajustar. A Universidade possui mais de 600 empresas filhas, com mais de 30 mil empregos, e  
8 quase todas as unidades já têm essa questão de inovação, de empresas filhas. Depois de ouvir  
9 as manifestações feitas aqui, o professor Newton poderia fazer a apresentação para tentar  
10 esclarecer todas essas questões que ficaram, especialmente a parte do social, de RDIDP, de  
11 sociedade em empresa, o que deixaria os conselheiros mais prontos para a votação. O  
12 Conselheiro LUCAS MARQUES DE ALMEIDA diz que essa é a segunda ou terceira reunião  
13 em que intervém em defesa da universidade pública, em função de certas decisões que vêm  
14 tomando aqui, ou encaminham para tomar, que na sua opinião ameaçam em alguma medida o  
15 caráter da Universidade. Vivem um cenário no qual tanto o governo federal quanto o estadual  
16 vêm ameaçando gravemente a autonomia universitária, a gratuidade do ensino etc. A CPI das  
17 universidades estaduais terminou com parecer de cobrança de mensalidades nas universidades  
18 estaduais, e cita também o projeto “Future-se” do governo federal, entre outros temas, como o  
19 contingenciamento de verbas para pesquisa. Esse é o cenário que sempre precisa nortear  
20 qualquer discussão desse tipo, mas estão caminhando para uma série de decisões que, na sua  
21 opinião, colocam isso em xeque. São decisões que vão se somando e colocam uma preocupação  
22 muito grande para a Universidade. O tema do fundo patrimonial, esse da política institucional  
23 de inovação, a possibilidade de cobrança de mensalidades em cursos de pós-graduação *lato*  
24 *sensu*, na sua opinião, são medidas que se somam e tendem a colocar um cenário bastante  
25 preocupante. A bancada discente vem reivindicando, e inclusive isso gerou a assembleia  
26 universitária em outubro, tomando medidas importantes no sentido da defesa da universidade  
27 pública, socialmente referenciada, gratuita, laica etc., e da autonomia universitária. Mas o  
28 preocupa o fato de que defendam esses temas, mas ao mesmo tempo olhem para trás daqui a  
29 alguns anos e vejam que o que sobrou da Universidade, em certa medida, é uma caricatura do  
30 que ela já foi. Entrando propriamente no tema, observa que possui muitas ressalvas, e alguns  
31 professores colocaram com bastante acerto o tema principal da discussão, que são os princípios  
32 dessa política institucional de inovação. Tem bastante desacordo a respeito do tema do  
33 empreendedorismo enquanto norteador central da política institucional da Unicamp em relação  
34 ao desenvolvimento de inovação e tecnologia. Mas, de qualquer forma, acha que essa discussão  
35 carece de uma justificativa. Não lhe parece que esteja suficientemente claro o porquê da adoção  
36 desse viés para a política institucional de inovação, nem que exista uma justificativa do ponto  
37 de vista de experiências concretas que aconteceram, ou da efetividade dessa diretriz para o  
38 desenvolvimento de uma política institucional de inovação. Então, por mais que haja uma  
39 reivindicação a respeito do trabalho que a Unicamp já faz, que a Inova já faz com a incubação  
40 de empresas *startups* etc., não fica claro que esse deva ser o norte da política institucional de

1 inovação, na medida em que não sabem qual será o impacto a longo prazo dessa orientação para  
2 o desenvolvimento da política de inovação. Os princípios da proposta priorizam e hierarquizam  
3 o tema da relação com as empresas privadas, que a professora Anna colocou com bastante  
4 clareza, que são uma visão unilateral do que é a relação com a sociedade civil, e sequer  
5 mencionam outros tipos de relação. Do ponto de vista de uma política que busca englobar, em  
6 sua totalidade, a política institucional de inovação do conjunto da Universidade, ela está não só  
7 incompleta, mas com uma hierarquia e uma diretriz bastante equivocadas, porque quando  
8 priorizam a relação entre a Universidade e as empresas privadas, não podem perder de vista  
9 qual a função social da Universidade e qual a função social das empresas privadas. É uma  
10 obviedade que existe uma diferença muito grande entre o fim desses dois tipos de organização;  
11 se a universidade pública tem como função o desenvolvimento de pesquisas a serviço da  
12 sociedade, as empresas têm como fim obtenção de lucro. Acha que isso entra em conflito em  
13 99% das vezes em que precisam tomar uma decisão. Portanto, quando propõem uma política  
14 de inovação pautada na relação com empresas privadas, pergunta o quanto essa relação vai ser  
15 determinante na orientação do desenvolvimento de pesquisas dentro da Unicamp. Como  
16 estudante de Humanas, pergunta como entram em uma política dessas pensando a totalidade do  
17 desenvolvimento de pesquisa na Universidade. É uma dúvida que demonstra uma limitação  
18 muito grande do ponto de vista dos princípios e da diretriz central dessa política de Inovação.  
19 O fato de o tema da tecnologia social, por exemplo, nem aparecer, mostra a limitação e a  
20 debilidade dessa elaboração. Colocará algumas preocupações mais específicas, principalmente  
21 em relação ao tema da carreira docente, que é uma preocupação grave que possui, porque estão  
22 trabalhando com uma defasagem salarial de cerca de 15% da carreira docente dos últimos anos.  
23 E estão discutindo aqui a possibilidade de a Universidade, enquanto plataforma, ir para uma  
24 lógica de docência voltada ao empreendedorismo. Pergunta o que significa, na prática, um  
25 docente poder tirar licença, em um cenário de defasagem salarial e precarização da carreira  
26 docente, para desenvolver pesquisa aplicada, fundando empresas ou trabalhando para uma  
27 empresa. Acha que isso causará um potencial esvaziamento da carreira docente dentro da lógica  
28 da universidade pública, e tem uma preocupação muito grande de como isso vai se desdobrar  
29 na prática. Não é menor a preocupação do que significam as congregações terem de lidar com  
30 o cenário no qual a carreira docente precarizada faz com que o mercado privado seja mais  
31 interessante, mais sedutor, pensando que a universidade também pode servir como plataforma  
32 para o desenvolvimento de pesquisa. Isso se distancia muito pouco da lógica do docente  
33 empreendedor presente no programa “Future-se” do governo Bolsonaro. Isso é uma  
34 preocupação grave. Pergunta o que isso vai gerar para o futuro da Universidade, que disputará  
35 os cérebros dos professores e dos pesquisadores com o mercado. E se fortalecerão a carreira  
36 docente ou entregarão a Universidade como plataforma de desenvolvimento de  
37 empreendedorismo. Essa questão de ser uma política institucional de inovação, que cada um  
38 adere se quiser, ninguém é forçado a isso, também é uma lógica que não se distancia do “Future-  
39 se”. Em um cenário de contingenciamento de financiamento, de precarização da carreira  
40 docente, vai haver opção prática, adesão ou não adesão dessa política, sendo que ela vai nortear

1 todo o desenvolvimento de inovação na Universidade. Não acha que é o caso de aparar arestas,  
2 mas de reelaborar a política em conjunto, para contemplar de fato o que deve ser a função social  
3 da Universidade e da pesquisa, tecnologia e desenvolvimento a serviço da sociedade, e não do  
4 lucro de um punhado de empresas que sabem o que priorizam. Um tema que apareceu aqui foi  
5 o licenciamento de funcionários para cumprir outras tarefas ou funções, e lembra um caso  
6 bastante grave que ocorreu com um funcionário do IFCH, que conseguiu uma bolsa de pós-  
7 graduação em Harvard, na New School for Social Research, e não teve o seu licenciamento  
8 aprovado pela Universidade. Portanto, existe uma desigualdade muito grande em como esse  
9 tema vai entrar, e por tudo isso solicita a retirada de pauta. O Conselheiro ANTÔNIO JOSÉ DE  
10 ALMEIDA MEIRELLES diz que ouviram aqui várias intervenções e elas têm muitas nuances.  
11 Parabeniza o professor Newton e a Inova, pois é necessário que tenham uma política de  
12 inovação, é uma iniciativa importante. Tem a impressão de que por trás dela existe uma visão  
13 interessante no que se refere à inovação mais tecnológica, pois a Universidade gera  
14 conhecimento, gera ciência e tecnologia, e isso é a base da inovação. É correto que se apropriem  
15 de uma parcela desses rendimentos, o que já é feito hoje por meio do licenciamento de patentes,  
16 mas existem outras possibilidades e em princípio não vê isso como incorreto. Mas acha que  
17 essa questão não é exatamente manter o *status quo*. Se estão desejando fazer uma política de  
18 inovação, é porque querem gerar algo diferente em sua própria ação política, dar mais  
19 amplitude, aprofundar elementos dela, então se espanta um pouco com algumas manifestações  
20 que dizem que é mais ou menos legitimar o que já é feito. Não é verdade, ela tem um impacto  
21 no futuro da Universidade e pode ser um impacto grande. Talvez tenham de avaliar o  
22 significado disso. Várias pessoas vêm expressando preocupação com o impacto disso na  
23 Universidade e avaliando que essa discussão não foi feita da forma profunda como é necessário.  
24 Há questionamento sobre qual é o impacto disso no RDIDP, sobre como será administrada essa  
25 verba, hoje qual o grau de vinculação da Universidade com a gestão dos recursos na Inova, ou  
26 com a gestão dos recursos de convênio. São fatores que preocupam, principalmente se isso vai  
27 ser ampliado em termos de participação orçamentária na Universidade. A Unicamp sempre teve  
28 a virtude de lidar bem com uma tensão entre uma ação mais empresarial, uma proximidade com  
29 o mundo mais empresarial típica das áreas mais *hard* da ciência, e lidar com questões de visão  
30 geral do Brasil, de políticas públicas, que obviamente calam mais profundamente nas áreas de  
31 Humanas. A dúvida que possui é se estão fazendo bem isso hoje. Tiveram recentemente um  
32 experimento, que foi discutir algo bastante complicado para a história da Universidade, a  
33 questão das cotas, e sabem que isso criou uma tensão razoável dentro da Universidade. Mas a  
34 solução foi muito boa, foram capazes de estabelecer um processo de discussão que gerou um  
35 consenso razoável da comunidade, em vez de aprofundar uma fratura. Então, às vezes precisam  
36 pensar que não se trata apenas de a política estar certa, ela tem de ser também capaz de  
37 convencer e de construir elos, consensos, maiorias. E para fazer isso, o procedimento não é uma  
38 questão secundária. Algumas pessoas afirmaram que a proposta foi bem discutida, e ficam  
39 sempre naquela lógica binária: quem é contrário à proposta, quer retirá-la de pauta e protelar a  
40 aprovação; quem é favorável, quer aprovar agora. Não sabe se esse é o melhor caminho para

1 solucionar o problema, porque estão sempre raciocinando nos extremos das possibilidades.  
2 Pergunta por que não é possível discutir mais, qual a pressa. Se continuarão fazendo o que já  
3 fazem e não há nada de inovador, se ser sócio em uma empresa não é uma coisa nova, pergunta  
4 por que precisam aprovar tão rapidamente. São questões que devem fazer e ver se é possível  
5 estabelecer um nível de diálogo que não precisa ser algo que dure dois, três anos, pode ser algo  
6 para o semestre que vem, mas que seja capaz também de construir um consenso mínimo. Há  
7 dois pontos em discussão: se é válido ou não a Unicamp desejar se apropriar dos conhecimentos  
8 que fundamentam a inovação, ao que pessoalmente acha que é válido, lidando com o mundo  
9 empresarial, ao que também não é contra. No entanto, a Unicamp é um ser autônomo, e a  
10 questão não é só, por exemplo, quando a ADunicamp propõe incorporar inovações sociais,  
11 porque não se trata somente disso. Pergunta se isso faz parte concreta da política, porque  
12 política é algo que agem para fazer e que exige recurso. Pergunta ainda se parte do recurso que  
13 vem dessas empresas vai ser colocado na política de inovação. Essa é uma questão relevante, e  
14 se esperam que isso funcione, precisam decidir se parte desse recurso vai estar voltado, por  
15 exemplo, ao que já ouviu falar sobre discutir política de relações trabalhistas para funcionários  
16 do Uber ou do iFood. Sabem que hoje as relações trabalhistas estão sendo destruídas por  
17 inovações tecnológicas. Não é contrário a inovações, mas a Unicamp tem autonomia para se  
18 expressar, para definir como lidar com essa situação de precarização do trabalho. Isso deveria  
19 estar expresso na política de inovação também. De alguma forma deveriam ser capazes de  
20 socializar internamente os benefícios de uma política de inovação, e tem dúvida se isso consta  
21 no documento. Valeria a pena, pelo impacto que pode ter não só na Unicamp, mas em termos  
22 de exemplos para outras universidades brasileiras, serem capazes de fazer essa discussão de  
23 forma mais profunda. Não consegue ver qual é a urgência disso, no sentido de aprovar hoje, se  
24 existe uma parcela da comunidade que considera que isso afeta a vida interna da Universidade.  
25 Acha que precisa haver um calendário e que é possível fazer uma discussão um pouco mais  
26 profunda desse assunto. Na FEA, ele não foi discutido, e não está culpando ninguém, porque  
27 acabaram priorizando na Faculdade a discussão sobre os cursos *lato sensu*, que imaginaram que  
28 iria entrar em pauta. Imagina que várias outras unidades não discutiram isso profundamente.  
29 Não é só aqui que precisam fazer essa discussão, e acha que do ponto de vista da estrutura  
30 universitária interna, construir algum nível de consenso entre as várias visões é algo mais  
31 positivo, inclusive para o sucesso da proposta. O MAGNÍFICO REITOR diz que em relação a  
32 aprofundar o debate, houve uma discussão de um grupo de trabalho, que durou mais de um ano,  
33 depois o assunto foi para a PG e ficou lá por um certo tempo, depois voltou e foi mais debatido.  
34 Dessa forma, já vem sendo discutido na Universidade há pelo menos três anos. Sua importância  
35 é regularizar algumas questões que muitas vezes são feitas sem a regularização adequada,  
36 causando uma insegurança jurídica daqueles que as realizam. Há professores que fizeram  
37 descobertas, patentes, coisas de grande impacto, como a descoberta de uma droga nova, que  
38 pode ter muito peso para a Universidade. Esse foi o caso da descoberta do Viagra, que foi algo  
39 completamente ao acaso e que resultou em *royalties* imensos. A Unicamp tem essa  
40 possibilidade, com professores que têm disposição e vontade de fazer contratos exclusivos com

1 certas empresas etc. Além disso, possuem o marco. A ideia é adaptar a política da Universidade  
2 à questão do empreendedorismo e inovação, assim como foi o marco regulatório em ciência,  
3 tecnologia e inovação de 2016. São três anos de algo que foi implementado, amplamente  
4 discutido, ainda no governo Dilma, e depois recolocado no âmbito do governo estadual em  
5 2017. O marco regulatório permite certas inovações, que muitas universidades federais já  
6 fizeram, e nem por isso deixaram de ser universidades públicas, nem por isso deixaram de ser  
7 perseguidas, nem por isso se colocaram contra o “Future-se”, e tantas coisas mais. Portanto, é  
8 simplesmente adaptação de uma realidade já colocada e que está prevista no marco regulatório  
9 de ciência e tecnologia federal e estadual. Destaca ainda que não estão propondo mudar o  
10 RDIDP, nem o PIDS, nem o AIU. A questão de convênios e contratos, como são colocados  
11 recursos, nem aparece no documento, porque não está sendo modificado absolutamente nada  
12 das normas que já existem na Universidade. A questão do regime de trabalho dos professores  
13 já está prevista, só estão ali deixando claras algumas normas. Concorde plenamente que a  
14 discussão tem de ser mais profunda, mas observa que o argumento de que não houve tempo  
15 porque é fim de ano, se retirarem de pauta, a discussão passa para o início do ano, quando dirão  
16 que não houve tempo de discutir porque foi fim de ano, foi natal, depois não houve tempo  
17 porque foi o início do semestre, depois em julho diz que é porque foi em julho, e assim por  
18 diante. O professor Newton se dispôs a ir às unidades, o conselheiro João Raimundo disse que  
19 ele também se dispôs a ir ao sindicato, também ligou para os estudantes, portanto com qualquer  
20 conselheiro que quisesse discutir ele estava disposto. Fez vídeos na internet, fez todo tipo de  
21 divulgação possível sobre o assunto. Se colocarem essa discussão por mais tempo, vai acontecer  
22 exatamente a mesma coisa. A questão que se coloca sobre outras inovações ou outras  
23 possibilidades da inovação é importante, concorda com isso, e está escrito claramente que “A  
24 política de inovação da Unicamp é orientada pelos seguintes princípios, consoante com a  
25 missão, valores e normas que regem a Unicamp e orientam a sua ação com a sociedade”, ou  
26 seja, a Universidade mantém a sua missão e os seus princípios intactos, e toda a política de  
27 inovação está a partir disso. Entretanto, o professor Wagner trouxe uma proposta para incluir  
28 nos princípios essas outras questões de maneira explícita, que foi distribuída e que acredita que  
29 atenda a essa questão de maneira muito efetiva. Não havendo mais observações, submete à  
30 votação a retirada de pauta proposta pelo conselheiro Lucas, que é rejeitada com 30 votos  
31 contrários, 25 favoráveis e 05 abstenções. O Conselheiro LEANDRO CAMARGO DE  
32 OLIVEIRA diz que, passada a votação da retirada de pauta, falta votarem as alterações que  
33 consideram necessárias no texto. Considera que o afastamento dos docentes é uma das  
34 principais questões que têm norteado o debate, e que têm sido a razão de muita discordância  
35 dentro do escopo da nova política de inovação. Acha muito preocupante a saída dos professores,  
36 ainda mais em um contexto em que eles podem sair para atuar no desenvolvimento de pesquisas  
37 em grandes empresas. A proposta de alteração no artigo 244 que fará não visa impedir essa  
38 liberação, mas nortear as áreas onde esses professores poderiam atuar. Isso vem muito da sua  
39 compreensão de como viu o debate que foi feito na ADunicamp, assistiu aos vídeos ontem e  
40 ficou pensando muito nessa constituição do ecossistema a que o professor Newton se referiu,

1 que engloba as grandes empresas, mas que deve favorecer as pequenas empresas, as *startups* e  
2 *spin-offs* que podem gerar algo novo, gerar empregos novos e ter um sucesso mais vinculado à  
3 Unicamp. Então, a proposta de alteração é a seguinte: “Artigo 244: O afastamento e licença de  
4 docentes e servidores da Unicamp somente ocorrerá em favor da criação e desenvolvimento de  
5 pesquisas em novas *startups*, *spinoffs*, pequenas empresas privadas e no setor público. Caberá  
6 à Unicamp instituir regulamentação própria para concessão de bolsa estímulo inovação,  
7 afastamento e licença”. A Conselheira TERESA DIB ZAMBON ATVARS diz que esse assunto  
8 foi colocado em pauta do Conselho Universitário após o grupo de trabalho redigir uma primeira  
9 versão. Todos os membros do GT são da comunidade, indicados pelas unidades, e obviamente  
10 são pessoas que circulam e atuam na academia. Feito isso, o assunto foi discutido no âmbito  
11 jurídico, voltou para o grupo de trabalho, foi colocado em pauta do Conselho Universitário e,  
12 portanto, é de domínio público. Foi retirado de pauta em setembro, o professor Newton se  
13 dispôs a ir nos lugares onde foi convidado, discutiu, procurou outros segmentos e não teve  
14 sucesso, portanto não podem dizer que faltou discussão. Não encontra no texto os elementos  
15 aqui citados que distanciarão a proposta do engajamento da Universidade com seus  
16 compromissos sociais, expressos na missão, nos valores e em todas as normas da sociedade. O  
17 princípio número 1 do texto estabelece: “Engajar-se com o desenvolvimento local, regional e  
18 nacional, contribuindo para a criação de um ambiente favorável à criação do novo  
19 conhecimento e a sua transferência para a sociedade”. Pergunta se isso é distanciamento com  
20 os aspectos sociais, falta de compromisso da Universidade com a sociedade. Talvez ele não  
21 esteja redigido da forma como cada um individualmente ache que deva ser, mas não há dúvida  
22 de que o primeiro princípio expressa o compromisso social e a necessidade de estarem em  
23 diálogo permanente com o local, o regional e o nacional. A partir daí, todas as outras coisas  
24 decorrem um pouco alinhadas com o marco regulatório da lei da inovação. Acha que as leituras  
25 e as interpretações são feitas de acordo com a formação e os pré-conceitos de cada um, mas o  
26 compromisso da Universidade com a sociedade brasileira está claramente expresso no primeiro  
27 princípio, e os outros assuntos são decorrentes. Considera muito boa a proposta apresentada  
28 pelo professor Wagner, de adicionar alguns princípios. Ela fortalece o primeiro princípio, talvez  
29 explicitando melhor a relação com outros arranjos produtivos, como está no texto, e com a  
30 economia solidária. Mas pessoalmente considera que isso está embutido, porque está de acordo  
31 com a missão, com os valores que a Unicamp tem, o seu compromisso social de amplo espectro.  
32 E é nessa direção que encaminha, de se incorporar isso à proposta coordenada pela Inova, fruto  
33 do trabalho do GT. Destaca que é importante ter uma aprovação rápida dessa proposta, porque  
34 a experiência mostra que é na execução que acabam identificando lacunas ou defeitos, ou  
35 necessidades de complementação de requisitos normativos que eventualmente não tenham.  
36 Portanto, é bom aprovar na reunião de hoje justamente para que testem na prática o texto  
37 apresentado, com toda a clareza de que muito provavelmente precisarão retomar para corrigir  
38 alguma falha eventual que o texto tenha. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO diz que sua  
39 fala está razoavelmente superada pela votação da retirada de pauta, que perdeu, mas o professor  
40 Antonio falou bastante o que tinha em mente sobre o texto da política de inovação. Não é

1 contrária à política de inovação, pois a Universidade tem de acompanhar mudanças. Precisam  
2 se adaptar ao que o marco regulatório de ciência e tecnologia coloca, mas podem ir além para  
3 poder expressar o que a Unicamp vem fazendo há mais de 50 anos. Surpreendeu-se com a fala  
4 que foi feita aqui de que precisam pensar “fora da caixa”, pois já fazem isso há muito tempo. O  
5 risco que esse texto correu, e tanto é que já chegaram a votar a própria retirada de pauta, é o de  
6 apresentar-se como hegemônico, em uma universidade tão diversa, tão distinta e com ideias tão  
7 diferentes, que parecem não estar aqui colocadas. No princípio primeiro, acha que não custaria  
8 explicitar um pouco mais tudo aquilo que essa política pode fazer para as outras áreas. A ideia  
9 de retirar de pauta seria para aperfeiçoar o texto naquilo que essa política pode apresentar para  
10 as outras áreas da Universidade, porque o que ela está propondo é muito positivo, mas para as  
11 outras áreas da Universidade não fica explícito. Sabe que o professor Newton fez um esforço  
12 de discussão, mas há pontos que podem ser aperfeiçoados. Não sabe se é possível aperfeiçoar  
13 agora no texto aquilo que pode vir a ter um impacto sobre o trabalho docente, pois não adianta  
14 dizer que pode ser facilmente escalonado dentro de um departamento o que os professores  
15 devem fazer. Acha que o modelo da Unicamp é muito bem-sucedido em ensino e pesquisa, não  
16 precisam se desligar desse modelo, mas aperfeiçoá-lo. Se ele terá um impacto mais ou menos  
17 negativo, só a aplicação vai dizer, mas sugere que incluam a proposta apresentada pelo  
18 professor Wagner ao texto, e pergunta se é possível fazer alguma documentação adicional para  
19 aperfeiçoar alguns pontos que pudessem dar alguma segurança para a comunidade sobre o  
20 quanto esse modelo pode impactar no trabalho docente. O Conselheiro FERNANDO  
21 ANTÔNIO SANTOS COELHO diz que em nenhum momento mencionou que a Universidade  
22 deve proibir alguém de se ausentar para fazer trabalhos externos. Disse apenas que isso poderia  
23 causar um impacto no dia a dia das pessoas. Continua achando que precisariam realmente  
24 discutir um pouco mais, mas isso já é ponto vencido. Já que será encaminhado para aprovação,  
25 no item 2.3.1, que define sobre investimentos que a Universidade pode fazer, gostaria que  
26 fossem muito bem explicitados o que são recursos próprios, de onde vêm esses recursos  
27 mencionados pelo parágrafo único do item 2.3.1.2: “A Unicamp poderá realizar o investimento:  
28 I - de forma direta (...); II- de forma indireta, por meio de fundos de investimentos constituídos  
29 com recursos próprios ou de terceiros para essa finalidade”. Solicita que esse item seja mais  
30 bem explicitado, já que é um documento que está propondo uma política institucional, que fosse  
31 muito claro se é um recurso que vem de orçamento, ou se é extraorçamentário, ou ainda se é  
32 um recurso de alguém que vai dar um dinheiro para a Universidade, vai construir um fundo e é  
33 desse fundo que esse recurso vai sair. Na sequência do documento, é definido que: “O  
34 investimento deverá fundar-se em relevante interesse de áreas estratégicas, ou que envolvam  
35 autonomia tecnológica ou soberania nacional”; pergunta quem define o que é área estratégica,  
36 se haverá uma comissão, se isso vai ser feito pela Inova, de que maneira essas coisas vão ser  
37 feitas. O Conselheiro SÁVIO MACHADO CAVALCANTE diz que iniciará já fazendo uma  
38 proposta e depois justificará, dado o momento da discussão. Há um pedido de incorporação  
39 feito pelo professor Wagner, explicitando de uma maneira mais direta a questão de outras  
40 finalidades, de relações com a sociedade, e outros que foram feitos pelos estudantes da pós-

1 graduação, importantes também. Não acha que esse tipo de adição possa ser feito de forma  
2 responsável agora, analisando item por item. Sua proposta é que seja reunido um grupo de  
3 trabalho para apresentar uma proposta para o primeiro Conselho Universitário de 2020, que  
4 contemple as questões que estão aparecendo aqui. Agradece ao professor Newton, a outros  
5 professores também com quem teve contato, conversou sobre isso na Copei, professor  
6 Anderson, professor Marco Aurélio, professor Antonio Meirelles também, com quem teve uma  
7 conversa muito importante nesse sentido. Sua avaliação é que essa mudança que está  
8 acontecendo não é tão simples assim, porque alguns nomes, alguns conceitos, têm sentidos mais  
9 amplos do que gostariam. Não adianta achar que só existe um, existem mais. A primeira  
10 questão, e não deseja ser mal compreendido, é a relação da Unicamp com empresas;  
11 evidentemente é algo legítimo, não discute isso. Na verdade, as origens da Unicamp foram  
12 exatamente essas, dotar de formação técnica, quadros técnicos, principalmente as pequenas e  
13 médias empresas nacionais. A Universidade surgiu com esse projeto, mas isso não significa que  
14 beneficiar a sociedade seja necessariamente fazer a relação com a empresa. É um caminho  
15 indireto que tem certos obstáculos a serem vencidos, ou seja, quando pensam em como fazer o  
16 retorno com a sociedade, um dos caminhos possíveis é a relação com as empresas, não é o  
17 único. Acha que essa política privilegiou e focou essa parte, por isso observa que é preciso ter  
18 uma discussão para apresentar uma nova proposta para dizer como a outra parte vai ser  
19 vinculada a essa. Certamente a Unicamp precisa ser mais bem retribuída pela formação dos  
20 quadros técnicos, da força de trabalho, mas não sabe se essa é a única forma de isso ser feito.  
21 Pode ser muito importante e que também tem as suas outras consequências, na medida em que  
22 ela poderá se tornar sócia, ainda que minoritária, pergunta de que maneira isso pode ter  
23 repercussões negativas, a depender das empresas com as quais irá se relacionar. Pergunta quais  
24 são os riscos e se alguém já fez algum estudo de quanto vale a marca Unicamp, já que no mundo  
25 corporativo é disso que se trata. Pergunta como vão chegar em uma mesa de negociação, com  
26 pessoas que estão discutindo com o mercado financeiro, qual será a proposta da Unicamp e  
27 como ela fará valer seus recursos humanos, quem serão os negociadores. Seria muita  
28 ingenuidade entrar no mundo corporativo pressupondo a boa intenção de todos os que estão ali.  
29 O ponto principal a que quer chegar, que tem relação com sua área de pesquisa, e é onde acha  
30 que está o cerne da questão, e onde talvez precisem incorporar dois sentidos distintos é:  
31 empreendedorismo significa várias coisas, entre elas pensar de maneira criativa, desenvolver  
32 produtos inovadores, desenvolver modelos de negócio que possam resultar em riqueza e  
33 eficiência para a sociedade. Mas também significa – não adianta dizer que não – uma forma  
34 alternativa ao formato de empregos que se constitui de maneira formal, de acordo com a  
35 legislação trabalhista vigente, e muitos dos modelos de negócio que pensam o  
36 empreendedorismo o fazem como forma de contornar legislações que prezam direitos sociais e  
37 direitos trabalhistas. Deseja encontrar uma forma que responda o que a Unicamp tem a oferecer  
38 nessa disputa tão grande de coisas que parecem opostas, como ela pode se inserir nessa questão.  
39 Pesquisa isso há muito tempo, inclusive no final de semana passado esteve em um evento de  
40 inovação e cultura empreendedora em São Paulo, e lá ouviu CEOs, *startups*, ouviu aqueles que



1 estão trabalhando com empreendedorismo social. Sua conclusão é a seguinte: primeiro, esse  
2 tipo de evento tem um caráter motivacional, de inspiração, tem uma coisa que não é tanto do  
3 que fazem, mas naquilo que fazem percebeu o esforço para incorporação de demandas sociais,  
4 a questão da diversidade, como fazer com que aquilo gere um produto que não signifique apenas  
5 a retribuição financeira para quem teve a ideia, mas como aquilo possa ser pensado de uma  
6 forma mais coletiva e solidária. A Universidade tem uma oportunidade muito grande de fazer  
7 isso, de discutir, de pegar essa demanda que foi feita pela ADunicamp, assim como a que foi  
8 feita pelos estudantes da pós-graduação, conversar com todos os envolvidos e trazer uma nova  
9 proposta no primeiro Consu de 2020. Haverá tempo para isso. É muito preocupante imaginar  
10 que se a Unicamp se tornar corporativa dessa maneira, e pensar dessa maneira, muita coisa ela  
11 pode ganhar, mas muita coisa também pode perder, e é disso que, ao longo do tempo, podem ir  
12 conversando. Fica assustado com declarações de que quem não é atrativo para as empresas que  
13 se torne. Isso vai minar o sentido público da universidade, que tão duramente foi construído e  
14 está sendo conquistado. Imagina que tenham algo a oferecer a esse debate, imagina que é  
15 preciso levar em consideração que quando falam, por exemplo, de uma educação que se vincule  
16 a esses valores vão precisar discutir muito bem quais são os princípios que estão nessa palavra  
17 e, para tanto, imagina que essa proposta que fez possa contemplar a complexidade desses  
18 fenômenos. Acha que possuem condição de fazer isso agora. A Conselheira ADRIANA  
19 NUNES FERREIRA diz que sua fala já foi em parte superada, porque iria defender a retirada  
20 de pauta, mas tem algumas considerações a fazer. Acha que a proposta possui méritos  
21 importantes. Essa reflexão sobre aproximação do marco legal federal, estadual, a  
22 institucionalização de práticas que já existem, essa ideia de dar maior segurança jurídica, foi  
23 uma linha de argumentos bastante importante. Acha que há méritos também mais substantivos,  
24 ideias de procurar mecanismos para trazer para a Unicamp recursos que hoje são oriundos direta  
25 ou indiretamente da Universidade, que hoje são inteiramente apropriados pelo setor privado,  
26 pensando para além das patentes. É uma fonte de recursos, vivem no capitalismo, uma  
27 economia de ativos, então em princípio não é contrária à participação societária. A questão é  
28 que, como o professor Antonio Meirelles já mencionou, quando se procura desenhar a política  
29 de inovação da Unicamp, estão fazendo mais do que institucionalizar práticas que já existem  
30 etc., e então precisam realmente desse esforço de conciliação de diferentes visões. Concorda  
31 com a ideia de que o conceito de inovação presente na proposta é um conceito muito centrado  
32 na relação entre universidade e empresa, portanto apoia plenamente a proposta do professor  
33 Wagner de explicitar que o conceito de inovação do qual se parte aqui é muito mais amplo,  
34 contemplando outras formas de arranjos produtivos, contemplando concepção de políticas  
35 públicas. Apareceram várias preocupações que compartilha, como nesse mesmo ponto da  
36 participação societária, em que disse que em princípio não é contra, mas isso condicionado a  
37 uma regulamentação de como isso vai acontecer. Teve oportunidade de dizer ao professor  
38 Frateschi, a quem agradece pelas discussões, que essa metodologia de primeiro aprovar e depois  
39 regulamentar, ver como vai ser, isso está causando muito incômodo. A participação societária  
40 é potencialmente positiva, mas também pode ser muito perigosa, dependendo de como vai ser,

1 como será feita essa regulamentação. Como vai ser a destinação desses recursos, por exemplo,  
2 isso não está discutido. Outro ponto, impacto sobre carreira docente, que já foi colocado aqui,  
3 essa ampliação da possibilidade de afastamento. Em relação às ações estruturantes que constam  
4 na proposta, é preciso constituir grupos de trabalho para estudo e análise de modelos,  
5 possibilidade de participação da Unicamp em capital social de empresas, estudo sobre o impacto  
6 dessas medidas. É complicado primeiro aprovar e depois fazer o estudo, por isso talvez seja  
7 adequada a proposta colocada pelo professor Sávio, de avançar visando à incorporação no texto  
8 de alguns princípios, de algumas diretrizes, e fazer uma proposta já para o primeiro Consu de  
9 2020. Sabe que já houve um GT, que foi fruto de uma discussão mais ampla, mas o assunto  
10 vem à tona mesmo quando chega no Consu. É assim que sempre ocorre, e agora precisam pensar  
11 em como gerar consensos, como disse o professor Antonio Meirelles. Precisam pensar em como  
12 gerar consensos. Não adianta procurar agora ir para um embate sem pensar em como chegar a  
13 uma aproximação das diferentes visões. A Conselheira GLÁUCIA MARIA PASTORE diz que  
14 a FEA possui uma intensa relação com a Inova, em especial o laboratório, e também saúda o  
15 professor Newton e os colegas que trabalharam nisso por todo esse esforço. Mas em um olhar  
16 atento, mais aprofundado ao documento, chama a atenção, pela escrita toda e pela configuração,  
17 que o importante passa a ser a relação com o aproveitamento do trabalho, da pesquisa, para o  
18 setor produtivo, industrial. Mas, na verdade, acha que valeria a pena deixar explícito aquilo que  
19 a Unicamp tem feito com imensa competência, que é a consolidação da pesquisa inovadora, da  
20 pesquisa de ponta, de excelência, que ela tem feito dentro do ambiente que construiu, de  
21 pesquisa, que não é uma coisa simples, não é fácil, e que desponta no Brasil com uma  
22 qualificação excepcional. Então, se não considerarem a fundamentação, a priorização, ou o  
23 engajamento realmente no item pesquisa, qualquer inovação se perde e passa a ser talvez  
24 meramente uma inovação incremental. Inovação incremental é aquilo, por exemplo, na área de  
25 Alimentos, se há uma maionese e nela é colocada uma azeitona no processo, isso é uma  
26 inovação incremental. Mas a inovação de fato, aquela que é originária de uma usina de ideias,  
27 da discussão de ideias, do pensamento autônomo e independente, isso tem que ser privilégio e  
28 tem de ficar destacado. Mais importante talvez do que dizer se essa ação social será para  
29 unidades que tenham um certo aspecto de função ou não, é deixar claro que essa questão da  
30 regulamentação, sistematização da inovação dentro da Universidade não deixa de lado, muito  
31 pelo contrário, o item pesquisa no sentido de fortalecimento. Talvez pudessem ter um item que  
32 deixasse explícito que os recursos oriundos desse envolvimento todo com a inovação deveriam,  
33 parte deles, ser descrito mesmo, fortemente, como apoio à pesquisa. Isso porque a pesquisa da  
34 Unicamp, como todos sabem, também sofre ameaças, como falta de funcionários altamente  
35 especializados. Há vários problemas em várias unidades, várias áreas em que esse profissional  
36 não foi repostado ou não se abriu essa vaga, não se consegue abrir essa vaga. A outra ameaça é  
37 justamente a infraestrutura, os equipamentos modernos, a infraestrutura predial efetivamente, e  
38 se não cuidarem disso, não conseguirão manter a liderança que a Unicamp tem tido ao longo  
39 de 50 anos. Não foi aprovada a retirada de pauta, mas essa seria também sua sugestão para  
40 colocar esse olhar mais crítico. Portanto, precisam tomar muito cuidado, e sua proposta agora

1 talvez fosse aprovar a ideia, mas não aprovar o documento hoje, de tal forma que pudessem  
2 contemplar as sugestões e a vivência das pessoas nesse período. O Conselheiro ANDERSON  
3 DE REZENDE ROCHA inicia agradecendo à Inova e aos professores que compuseram o GT.  
4 Acha que esse documento serve como uma boa base de início para as discussões e ouviu  
5 atentamente aqui as colocações dos colegas. Concorde que é uma política que seria importante  
6 que as pessoas entendessem melhor. Gostou bastante da apresentação do professor Newton feita  
7 em alguns momentos, e acredita que boa parte das dúvidas que aqui foram levantadas poderia  
8 ter sido esclarecida com essa apresentação. No entanto, já avançaram na discussão sem essa  
9 apresentação feita aqui. Na opinião de alguns colegas, há alguns elementos que demandam um  
10 pouco mais de discussão, e indo na direção das últimas duas falas, pessoalmente acha que seria  
11 muito importante na reunião de hoje avaliarem a política como ela está colocada. Mas podem  
12 fazer um meio termo em que podem avaliar a política como ela está colocada e fazer algumas  
13 ressalvas em relação a determinados itens, se for entendimento da maioria dos colegas. Por  
14 exemplo, se os colegas entenderem que o item 2.3.1, que é justamente o item de investimento  
15 por parte da Unicamp, precisa de uma discussão maior, podem solicitar que ele volte ao  
16 próximo Consu com uma explicação maior e já com uma possibilidade de proposta de como  
17 ele seria executado. Na sua opinião, esse é o item mais sensível, foi mencionado por vários  
18 colegas, que é a possibilidade de a Unicamp participar como uma das investidoras. Em  
19 discussão com vários colegas diretores e com o próprio professor Newton, entendeu o item e  
20 acha que talvez esse entendimento por parte dos colegas possa clarificar como ele funcionaria,  
21 porque é muito difícil avaliar um item sem conhecê-lo. Portanto, talvez um caminho razoável  
22 seria votar a proposta com destaque para esse item 2.3.1 e os relacionados a ele, revisitar esse  
23 item em algum momento futuro, possivelmente no primeiro Consu do ano que vem, se esse for  
24 o entendimento dos colegas. Faz essa proposta porque acha que é muito importante, depois de  
25 três anos de estudos, olharem a proposta como um todo; vários reconhecem que ela é um  
26 avanço, e se há alguns itens pontuais que precisam ser mais discutidos, podem tratar deles em  
27 seguida à avaliação da proposta como um todo. Essa proposta como um todo coloca de forma  
28 bem clara várias das ações já sendo feitas na Universidade, ações de inovação. É importante  
29 destacar que a Unicamp tem essa veia empreendedora, são mais de 800 empresas filhas,  
30 formadas por alunos e ex-alunos. No último relatório da Inova, consta que foram mais de R\$8  
31 bilhões em recursos gerados por essas empresas filhas. É muito importante sempre ter isso em  
32 mente, e acha que essa política de inovação também dá um recado de que estão alinhando várias  
33 políticas que hoje podem estar separadas em uma política como um todo. E isso não exclui,  
34 claro, a necessidade de discutir certos itens com um pouco mais de detalhes. Anotou dois, um  
35 deles é o 2.3.1 e os relacionados a ele em relação a investimento, e outro é sobre o impacto da  
36 carreira docente, mas nesse em particular não vê tanto problema na forma como está colocado  
37 na proposta, porque hoje os funcionários e docentes já podem se ausentar para participar de  
38 empresas para ter várias ações nesse sentido. No entanto, como agora está colocado na política,  
39 isso pode levantar a preocupação de como fica a Universidade quando um, dois, três, quatro  
40 docentes resolvem sair. Isso aconteceu no Instituto de Computação, é natural. Computação,

1 como é uma área que está bastante em alta no momento, é bastante procurada por empresas,  
2 principalmente por profissionais em pesquisa, e com isso o Instituto perdeu seis professores. O  
3 que fazem é tentar resolver o problema, procurando repor esses professores que pedem  
4 exoneração, e à medida que está sendo possível, a Reitoria tem apoiado o IC nesse sentido.  
5 Acredita que isso seja algo inevitável; se o docente é procurado pelo mercado para fazer alguma  
6 participação, não cabe à Universidade impedir que isso aconteça. É algo que deve fluir da forma  
7 mais natural possível. A política de inovação não vem incentivar isso ou acabar com os quadros  
8 da Universidade, ela vem possibilitar que pessoas que tiverem ideias inovadoras e queiram  
9 investir seu tempo junto a empresas para colocar essa ideia como benefício da sociedade, o  
10 façam. Então, mais uma vez agradece a proposta dessa política, foram três anos de trabalhos  
11 intensos, com apresentações e discussões bem interessantes conduzidas pelo professor Newton.  
12 É claro que sempre podem discutir mais, principalmente alguns itens como esses que  
13 mencionou, do investimento por parte da Unicamp. Se os colegas entenderem que esse item  
14 realmente causa muita preocupação e que deveriam avaliar a proposta sem ele, talvez possam  
15 tratá-lo separadamente. O Professor WAGNER DE MELO ROMÃO diz que sua proposta foi  
16 uma atitude quase desesperada de conseguir incluir esses dois aspectos principais a respeito do  
17 que já se faz na Universidade, mas que, infelizmente, não tiveram ainda o tempo, a maturidade,  
18 isso faz parte da vida da Universidade, para conseguir colocar isso na proposta. Tem muito  
19 acordo com a visão de que esses princípios que estão indicando não resolvem, e que inclusive  
20 tornam desarmônica a proposta que está colocada, mas acha que se for acolhida, ela indica uma  
21 tarefa a ser feita pela Universidade, pela Inova em especial, mas não só por ela, porque sem as  
22 pessoas não fazem nada, e precisam ir além daquelas pessoas que estão hoje em torno desse  
23 tema. Em alguns trechos, há a explicitação dessa tendência que a proposta indica, por exemplo  
24 o debate sobre propriedade intelectual. Todo debate colocado sobre propriedade intelectual está  
25 relacionado às garantias de benefícios inclusive financeiros que os inventores terão nesse  
26 sentido. Se pensarem no campo da economia solidária, o debate sobre propriedade intelectual  
27 é feito de uma maneira absolutamente diferente, e se pensarem no campo das políticas públicas  
28 da relação com o estado, ele também deverá ser feito de maneira absolutamente diferente. Então  
29 o que colocam é algo para indicar que, se vier a ser aprovado e se essas emendas vierem a ser  
30 aprovadas, há realmente um trabalho enorme pela frente para que possam equacionar isso, e  
31 por isso pedem também aos grupos de trabalho para conseguir identificar esses caminhos. Acha  
32 que a política precisaria de um glossário; há muitos projetos de lei que se iniciam com um  
33 glossário de termos que serão utilizados naquela legislação, porque as pessoas têm visões  
34 diferentes sobre o mesmo tema. Empreendedorismo é um termo, como o professor Sávio já  
35 indicou aqui, que possui uma plêiade de possibilidades de análise. Alguns entendem que isso  
36 está absolutamente de acordo com o que se faz na Universidade, outros entendem que não está.  
37 Se tivessem uma definição disso, e que não é uma definição de dicionário, mas uma definição  
38 que ajuda a entender a política, talvez pudessem diminuir esses equívocos. Além do trabalho  
39 do professor Frateschi, parabeniza também o trabalho do GT e da própria PG naquilo que foi  
40 possível fazer a respeito das legalidades envolvidas na proposta. Acha que uma parte do

1 imbróglio é que talvez esse modelo GT-PG-Consu não funcione para esse tipo de proposta.  
2 Lembra que a política de cotas teve suas três audiências públicas, pois se trata de uma decisão  
3 estratégica para a Universidade, de ideia do que ela é. Então lhe parece que isso possa ser um  
4 aprendizado também, porque considera que esse modelo não é o melhor. Sabem que as pessoas  
5 têm dificuldades de participação, na ADunicamp sabem muito bem disso, mas talvez um outro  
6 modelo possa ser pensado para tomarem essas decisões de caráter mais estratégico na  
7 Universidade. Observa que acha uma grande simplificação e um grande equívoco essa divisão  
8 entre áreas interessantes para o mercado, relacionadas às ciências duras, e áreas que não são  
9 interessantes para o mercado, que são relacionadas às humanidades e às artes, talvez. Isso é um  
10 enorme equívoco, pois todas as grandes invenções são multidisciplinares. Todo debate que se  
11 faz hoje no campo das redes sociais não sobreviveria se não houvesse sociólogos, antropólogos,  
12 cientistas da computação, engenheiros para pensar nisso, e essa é a grande força e riqueza da  
13 Universidade. Por isso o mercado não pode ser indutor das suas ações na Universidade, que  
14 precisa se proteger sempre, na sua autonomia, do poder político e do poder do mercado. Sempre  
15 irá se relacionar com esses poderes, mas acha que tem que estar no cerne de suas políticas e  
16 propostas o fortalecimento da Universidade, o fortalecimento da produção de conhecimento,  
17 livre, comprometido com uma realidade social, mas que mantém a sua capacidade de se  
18 autorregular. Então o mercado não pode ser o indutor total das ações que realizam na  
19 Universidade, e acha que a política precisa também prever isso. O que não quer dizer que ele  
20 não seja um elemento a ser considerado. Reforça a ideia que está presente na última linha da  
21 proposta, de “Estudar e avaliar os impactos resultantes da implementação dessa política”. Isso  
22 está bastante aberto, e a condução do senhor Reitor será importante para que o Conselho possa  
23 fazer essa votação da maneira o mais organizada possível. Sugere uma redação relacionada ao  
24 seguinte termo: acho que os impactos são muitos, mas eu acho que um que não pode deixar  
25 faltar é o seguinte: “Estudar e avaliar os impactos resultantes da implementação desta política,  
26 especialmente no trabalho docente, na manutenção do regime de dedicação integral à docência  
27 e à pesquisa como regime prioritário de trabalho na Universidade”. Acha que essa preocupação  
28 é extremamente importante porque, como várias falas colocaram aqui com muita clareza, vivem  
29 um momento de arrocho salarial, cujas perdas estão chegando já a 20% nos últimos quatro anos,  
30 e estão vendo colegas realmente saírem da Universidade porque já não há mais a força salarial.  
31 Isso para não dizer do teto salarial, que é uma outra grande questão. Infelizmente a Unicamp  
32 está com grande dificuldade de segurar os seus melhores quadros, e acho que é importante que  
33 a política também, talvez não seja hoje, acho que a proposta que o professor que me antecedeu  
34 colocou é importante, talvez não seja hoje, mas acho que isso precisa estar no nosso horizonte,  
35 com toda certeza. O Conselheiro ANGEL PONTIN GARCIA agradece ao professor Newton,  
36 que foi gentilmente tirar dúvidas na Faculdade de Engenharia Agrícola e explicou bastante.  
37 Também parabeniza o professor Romão pelas propostas, que acha que contemplam boa parte  
38 dos pontos que conversaram na reunião de diretores com o professor Newton. E é o que vai ao  
39 encontro do que pensam na Faculdade de Engenharia Agrícola. Concorde com o que a  
40 professora Teresa apontou: os itens 1 e 6 dos princípios abordam a transferência de tecnologia

1 para a sociedade, buscando sempre o maior benefício social, então acha que está bem  
2 explicitado que a política vai ao encontro do interesse social, que a Universidade busca sempre  
3 o melhor benefício para a sociedade. Mas é sempre bom esmiuçar e colocar de maneira mais  
4 clara, fortalecendo esses princípios. Concorde com o professor Romão que parte das inovações  
5 são geradas aqui de interesse de dentro para fora, não podem sempre trabalhar um direcional de  
6 fora para dentro. Glossário seria uma coisa bem interessante; em sua visão, empreendedorismo  
7 pode ser também um empreendedorismo social sem fins lucrativos que vai beneficiar  
8 unicamente a sociedade, e na reunião com os diretores o professor Newton relatou algumas  
9 ações da Inova que vão nessa direção, empresas de cunho inteiramente social. Isso o deixou  
10 bastante tranquilo, assim como à congregação da Feagri, que se manifestou bastante favorável  
11 ao texto proposto pela Inova. O Conselheiro SÉRGIO LUIZ MONTEIRO SALLES FILHO  
12 também agradece ao professor Newton, que foi ao Instituto de Geociências apresentar a política  
13 e discutir com a comunidade do IG. Lembra o alinhamento com o Marco Legal da Ciência e  
14 Tecnologia que essa política propõe, a própria discussão do marco legal foi feita amplamente  
15 no país, foi feita uma consulta pública, demorou bastante tempo para que ele fosse aprovado.  
16 Docentes da Unicamp participaram da elaboração e da proposição do marco legal. É claro que  
17 a Universidade tem de fazer a sua discussão própria, mas lembra que não estão começando essa  
18 discussão agora. A comunidade científica, tecnológica, já participou dessa discussão; dos itens  
19 que estão dispostos nessa política, muitos deles são transcrições dos itens do marco legal. Um  
20 segundo ponto é que as organizações públicas em geral, alguém mencionou aqui a Fiocruz,  
21 estão sim caminhando nessa mesma direção, praticamente todas elas. A própria Fiocruz tem  
22 dentro dela uma fábrica de vacinas, e alguns itens dela são produzidos com empresas  
23 multinacionais; ela tem o Farmanguinhos, que é uma fábrica de medicamentos, faz transferência  
24 de tecnologia, faz inovação. A Embrapa está fazendo agora seu novo plano estratégico,  
25 justamente incorporando esses mesmos mecanismos, assim como o Inpi, as universidades e  
26 assim por diante. Portanto, essa discussão também está ocorrendo em outros níveis, em  
27 instituições congêneres, que têm provavelmente questões semelhantes, mas que já passaram por  
28 isso e é bom saberem. Sobre o documento em si, faz coro com o que o professor Anderson  
29 colocou, sobre o item 2.3, da participação minoritária, que está tal e qual no marco legal, e sua  
30 proposta é que quando isso for regulamentado, como está dito aqui, que se coloque qual é a  
31 *rationale* por trás da participação da Universidade em capital social de empresa.  
32 Particularmente tem dúvidas, embora seja amplamente favorável a ter a política, essa interação.  
33 A Unicamp foi pioneira ao criar a Inova em 2003, vários docentes participaram da redação da  
34 primeira política de inovação, e esse realmente é o único ponto da política que o incomoda. É  
35 preciso explicitar por que a Universidade deve participar; não é pelo recurso que ela pode  
36 apropriar lá na frente, não pode ser só por isso. Assim também como não pode ser pela falta de  
37 interesse do mercado em investir em certas tecnologias que são desenvolvidas aqui, que poderão  
38 se perder ao serem engavetadas, os argumentos de falha de mercado não são bons argumentos  
39 para a Universidade entrar substituindo o mercado, ela não faz isso, não tem aptidão para isso  
40 e, na sua opinião, não deve fazer isso. Ela faz a transferência, participa do processo de inovação,

1 mas ela não é a empreendedora; apenas promove o empreendimento e o empreendedorismo.  
2 Portanto, solicita que se registre que, se caso aprovado, na época em que isso passar pelo Consu  
3 para regulamentação, que haja uma exposição de motivos do porquê e em que circunstâncias a  
4 Universidade deve participar disso. Sabe que as circunstâncias estão ditas aqui, que ela deve  
5 olhar para isso, mas o que não tem no documento é a *rationale*, o porquê a Universidade precisa  
6 participar do capital acionário de empresas, se é por uma razão de falha de mercado, se é por  
7 uma razão de concentração de mercado e desejam direcionar melhor o produto do conhecimento  
8 que sai daqui para pequenas empresas ou para os empreendedores. Em relação à participação  
9 dos docentes e funcionários, que também está prevista, o afastamento está previsto desde a lei  
10 de inovação de 2004. É claro que colocar na política reacende a discussão já feita na  
11 Universidade, mas lembra que nesses 15 anos, desde a lei de inovação, muito pouco aconteceu  
12 nesse sentido, muito pouco, apesar de existir uma legislação que já permite isso. O Conselheiro  
13 FRANCISCO HIDEO AOKI diz que não tiveram oportunidade de discutir o assunto de maneira  
14 organizada no âmbito da FCM, nem capilarizar essa discussão para o nível dos departamentos  
15 e áreas, e trata-se de uma área bastante grande, com potencialidades dos mais variados tipos em  
16 termos de inovação. Com base em tudo o que os colegas já disseram, há dúvidas em relação a  
17 alguns conhecimentos de alguns assuntos para poder entender e poder votar de uma maneira  
18 bastante consciente. Por exemplo, os professores disseram que as empresas filhas da Unicamp  
19 faturam em torno de R\$7 bilhões, R\$8 bilhões por ano. Pergunta qual o percentual recebido  
20 pela Unicamp tendo repassado essa tecnologia e esses indivíduos terem desenvolvido essas  
21 empresas; o que se recebe de *royalties*, ou de direitos, ou alguma coisa do tipo. Em relação a  
22 essa questão financeira, a gente fica com dúvida a respeito dessa movimentação de dinheiro, e  
23 que a Unicamp nesse caso poderia estar envolvida aí sempre de maneira legítima, sem dúvida  
24 nenhuma. Por exemplo, na questão da discussão da pós-graduação *lato sensu*, ouviram que  
25 como se mistura a questão da extensão, os cursos de especialização via extensão têm o  
26 movimento dos cursos de especialização de mais ou menos R\$20 milhões, R\$25 milhões por  
27 ano, por exemplo, e na área de serviços teriam uma quantidade 20 vezes maior que isso, de  
28 cerca de R\$400 milhões, dos quais não sabem como é feita essa utilização, certamente de  
29 maneira correta, devida etc., mas não possuem clareza a respeito da utilização desses recursos.  
30 Por exemplo, com a política vigente atualmente, quanto a Unicamp tem recebido, e qual seria  
31 mais ou menos a expectativa de potencial recebimento da Unicamp em produzindo essas  
32 inovações. São algumas perguntas para o professor Frateschi e para a própria Mesa, porque são  
33 coisas que possuem uma magnitude muito grande. Na discussão sobre o *lato sensu*, foi dito que  
34 60% dos alunos de pós-graduação não possuem financiamento. Pergunta se poderiam acoplar  
35 essa questão de inovação para ajudar no financiamento de alunos, por exemplo, de pós-  
36 graduação, mestrado, doutorado ou mestrado profissional, ou de qualquer outra ordem que seja.  
37 Pode ser ingenuidade achar que todo esse potencial de aquisição de recursos financeiros poderia  
38 ser direcionado para isso, mas talvez pensar em uma política que possa, de uma maneira  
39 equânime, contemplar áreas, como foi dito aqui, que tenham menor potencial de inovação,  
40 embora acredite que todas as áreas possuem todo potencial de inovação, de maneira

1 diferenciada. Então essa é uma pergunta que deixa para a Mesa ou o professor Frateschi, para  
2 terem um pouco mais de entendimento de como podem votar com mais certeza. A Conselheira  
3 CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS diz que, como o professor Sérgio já mencionou,  
4 não cabe à Unicamp ser empreendedora, e muito deste empreendedorismo é refletido em  
5 *ranking*, mas, pelo menos do ponto de vista das empresas filhas da Computação, elas têm  
6 correspondido enormemente, oferecendo bolsas para alunos de graduação e pós-graduação,  
7 ministrando cursos e participando de disciplinas, fornecendo treinamento nas suas empresas e  
8 reconhecem publicamente que isso é um retorno que estão dando à Universidade por tudo o que  
9 aprenderam aqui. O Conselheiro FRANCISCO HIDEO AOKI agradece à professora Claudia  
10 pelas colocações e solicita que o corrijam caso os números que citou não estejam corretos.  
11 Também faz coro com a sugestão de que, em sendo aprovada a proposta, os vários itens que  
12 foram colocados aqui talvez careçam de uma discussão, de uma regulamentação um pouco mais  
13 aprofundada de tal maneira que possam ter mais um espírito universal dentro da Universidade,  
14 de maneira que todas as áreas possam ser contempladas em nome da clareza, da transparência  
15 etc. O Conselheiro RENATO FALCÃO DANTAS diz que este tema é de extrema importância  
16 para a Faculdade de Tecnologia de Limeira, que tinha cooperação com muitas empresas.  
17 Coincidentemente, ministra uma disciplina na pós-graduação chamada “Inovação a  
18 transferência de tecnologia”, e coloca quase 100 alunos em sala, sempre. Na discussão, foi dito  
19 que a aprovação desse documento levaria a Universidade a ser influenciada, toda sua pesquisa  
20 e inovação, pelo mercado, pelas empresas, pelo mundo dos negócios. Esclarece que está  
21 havendo uma confusão de conceitos. Esse documento não modifica a pesquisa e o  
22 desenvolvimento na Faculdade, ele modifica a inovação. A inovação é quando se leva a  
23 pesquisa para o mercado, e a Inova os ajuda a fazer isso. E é por isso que a linguagem desse  
24 documento fala de empreendedorismo, de propriedade intelectual, de licença, uso  
25 compartilhado de laboratórios e de bolsas para inovação. O documento não modifica a missão  
26 da Universidade, tudo o que a Universidade faz. As pessoas vão continuar pedindo fomento na  
27 Fapesp, CNPq, fazendo suas pesquisas e relatórios. Esse documento simplesmente facilita as  
28 relações de quem já trabalha com as empresas, quem já coloca o produto no mercado, porque  
29 essa relação é difícil do ponto de vista burocrático; ela é desvantajosa para a Universidade e  
30 pouco atrativa para os professores. Então esse documento moderniza essas relações.  
31 Obviamente existem os pontos polêmicos, que os professores já levantaram aqui, mas o que  
32 está em discussão hoje não é que a Universidade se volte para servir o mercado, as empresas e  
33 as leis de mercado. É que quando alguma pesquisa da Unicamp vá para o mercado, que  
34 obrigatoriamente tem de ser feita através de empresas ou com empresas, seja feita de uma  
35 maneira moderna, fácil e justa, só isso. Portanto, é muito favorável a essa proposta. O Professor  
36 NEWTON CESÁRIO FRATESCHI diz que anotou alguns pontos e vai tentar responder a  
37 todos. Primeiro, acha que já ficou claro que na política de inovação não há qualquer tipo de  
38 flexibilização do RDIDP; a questão do afastamento, do licenciamento, tem regulamentação  
39 muito clara e ninguém está flexibilizando. Concorde com a sugestão do professor Romão de,  
40 no final, avaliar esse impacto, assim como terão de avaliar o impacto, por exemplo, de



1 aprovação de alguém que vai se afastar para o pós-doutorado, fazer uma pesquisa fora, ou que  
2 vai trabalhar em uma outra universidade, com prejuízo de vencimento também, na mesma  
3 situação. Tudo isso tem de ser olhado na Universidade como um todo. Agora, se acham  
4 importante na política incluir isso, não vê problema. Já há órgãos colegiados em que os colegas  
5 já possuem toda uma estrutura de como fazer, e acredita muito na instituição Unicamp, não é  
6 uma política que vai mudar. O que a política está fazendo é ajudando basicamente a  
7 regulamentar, a fomentar, auxiliar e apoiar muito mais essa interação entre Universidade e  
8 mundo fora da Universidade, para que ocorra de uma forma melhor. Uma parte é essa que estão  
9 mencionando, com as empresas, que não necessariamente são empresas privadas, podem ser  
10 empresas públicas. Apesar de não estarem explícitas algumas outras formas de interação, que  
11 considera muito válidas, e que tem buscado desde que assumiu a Inova. Inclusive a partir da  
12 aprovação dessa política e da criação do grupo de trabalho que o professor Wagner sugere, vão  
13 institucionalizar essa ação para trazer a Universidade de uma forma mais hegemônica, uma  
14 forma em que todos estão juntos. Portanto, vê isso muito mais como uma forma de aglutinação  
15 do que de rompimento, porque atende a Universidade como um todo. Na questão de propriedade  
16 intelectual, de fato, quando se fala de economia social, ela é distinta, mas já fazem isso. A  
17 prerrogativa de a propriedade intelectual ser da Unicamp é muito importante para a  
18 Universidade e o estado poderem se apropriar um pouco do que é criado. A política de  
19 propriedade intelectual hoje vigente já atende necessidades prementes da população; possuem,  
20 por exemplo, licenciamentos para várias tecnologias utilizadas no Hospital de Clínicas que são  
21 completamente gratuitas. Já possuem isso definido, mas é preciso aprovar no Consu. Ninguém  
22 está dizendo que estão protegendo uma coisa aqui e outra ali, essa comunicação direta pública  
23 ocorre o tempo inteiro, então não é nada novo. A propriedade intelectual nessa forma de  
24 interação em que publicamente deve ser empoderada pelas pessoas está prevista, mas quando  
25 isso envolve a titularidade, assim como envolve qualquer bem tangível da Universidade, isso  
26 tem que ser aprovado no Conselho Universitário. Podem tratar uma patente como um terreno  
27 da Unicamp; em princípio, a Unicamp poderia decidir doar um terreno para alguém fazer  
28 alguma coisa, e isso está previsto na política. Então, nada disso será retirado. Em relação ao  
29 compartilhamento de laboratórios, não é verdade que é tudo como já está; há coisas que são  
30 importantes regulamentar. Por exemplo, regulamentar a questão de serviço técnico e  
31 desenvolvimento tecnológico. Hoje a utilização dos laboratórios, que já acontece, não é  
32 regulamentada, então desejam regulamentar para proteger a Universidade e garantir como será  
33 feito um serviço técnico, que tem de ser muito bem precificado. Precisam garantir que a  
34 Universidade não está entrando como sócia no sentido do desenvolvimento daquele produto,  
35 porque senão a empresa está utilizando a Universidade para desenvolver coisas para ela, então  
36 precisam saber claramente o que podem fazer. A precificação, como se faz, como interfere nas  
37 unidades, é definida na congregação; possuem órgãos colegiados que sabem como fazer isso.  
38 Se não acreditarem nisso, não há qualquer política que possam fazer aqui. Então já está previsto  
39 como fazer. No caso de serviço de desenvolvimento tecnológico, a Universidade passa a ser  
40 colaboradora no desenvolvimento de alguma coisa, e seria injusto, seria irresponsabilidade com

1 recursos públicos que ela não pudesse ser parceira naquele desenvolvimento, de tal forma que  
2 aquele novo produto ou serviço desenvolvido não gere *royalties* para ela. Quando falam das  
3 carreiras, de como vão controlar, observa que acredita muito na CPDI e nos relatórios  
4 periódicos dos professores, ou seja, existe uma forma de olhar como o professor está cumprindo  
5 seus afazeres. Se a política prevê a possibilidade de solicitar um afastamento para algum tipo  
6 de ação, nesse caso alinhado com o marco legal, mas a unidade percebe que naquele momento  
7 isso será extremamente prejudicial para ela unidade, a congregação não é obrigada a aprovar.  
8 Não há nada que retire dos órgãos colegiados a decisão sobre o futuro. Do ponto de vista de  
9 pressa, há sim muitas ações que são impossibilitadas. Se hoje possuem uma tecnologia que será  
10 oferecida, a Universidade gostaria de poder pensar se é melhor criar uma nova empresa com  
11 base no local, com pessoas daqui, inclusive com participação de um inventor de dentro da  
12 Universidade, ou se simplesmente a tecnologia será entregue para uma empresa grande que vai  
13 ou não desenvolver, ou seja, ela simplesmente leva o conhecimento e a Universidade fica sem  
14 a possibilidade de participar de forma mais contundente na criação dessas empresas. Então,  
15 quando algo permite esse tipo de criação de novas empresas de uma forma muito mais forte,  
16 está sendo garantida a apropriação do estado de um pouco do que a Universidade cria.  
17 Respondendo sobre as empresas filhas e quanto dos R\$7,9 bilhões voltam para cá, se fizerem  
18 uma conta rápida verão que são 31.343 empregos, e 55% dessas empresas estão na cidade de  
19 Campinas. Juntando a Região Metropolitana de Campinas, chegam a 63%, 88% no estado de  
20 São Paulo, e devem pensar que cada emprego desse possivelmente leva a quatro outros  
21 empregos. Estão gerando empregos, movimentando a economia, gerando impostos que voltam  
22 para a Universidade. Só nesse aspecto já existe uma retribuição grande. Mais ainda, que é um  
23 ponto bastante importante que a professora Gláucia falou, é a colaboração deles, inclusive na  
24 incubadora, no parque tecnológico, nos eventos de cultura e empreendedorismo. Os inventores  
25 são as pessoas das empresas filhas. Esteve no Congresso Nacional para receber o prêmio que o  
26 Desafio Unicamp ganhou como ação mais importante em inovação e empreendedorismo no  
27 Brasil. Uma vez ficaram em segundo lugar mundial pela única razão de que não conseguiam  
28 repetir a ideia em outro lugar, porque não possuem esse grupo de empresas filhas trabalhando  
29 junto. Então, a importância disso então é muito alta. Do ponto de vista de quanto de *royalties*  
30 elas estão gerando, isso recai em um ponto bastante interessante: a decisão de terceirizar o  
31 desenvolvimento e entregar para uma empresa, ou participar da empresa de forma de fazer parte  
32 do capital acionário ou do capital social da empresa, ou seja, o estado apropriando-se de uma  
33 coisa que ele cria. Algumas empresas filhas têm *royalties* com a Universidade, mas não é a  
34 maior parte dos *royalties* da Unicamp. A Universidade tem recebido ao longo dos anos em torno  
35 de R\$1,8 milhões por ano de ganhos econômicos em função do que ela negocia. Parte disso  
36 vem das empresas filhas, mas não é a parte majoritária. Se tiverem uma política de inovação  
37 clara, que regulamente a forma de criar novas empresas, talvez tenham uma ligação muito  
38 maior. Com as empresas filhas gerando R\$7,9 bilhões, se a Universidade tivesse uma  
39 participação no capital social, por exemplo em uma empresa que gera R\$8 bilhões por ano,  
40 supondo que ela valha R\$10 bilhões, e tivessem uma participação de 10%, a Universidade teria

1 disponível o equivalente a três orçamentos. Sabe que o item relativo a essa participação é  
2 polêmico, e que o que está sendo colocado é a possibilidade de participação. Às vezes uma  
3 empresa é inviabilizada porque existe uma licença, e se forem disputar entre uma empresa que  
4 está sendo formada e uma grande empresa, a grande empresa pode oferecer mais. A Unicamp  
5 oferece a patente e em troca obtém uma participação social. O professor Sérgio corretamente  
6 disse, é um tópico importante a ser discutido, o professor Anderson falou aqui também, mas o  
7 que acha importante de ver nessa questão é verificar como está escrito ali, está dizendo que,  
8 segundo o marco legal, seria possível fazer isso. No item 2.3.2.3, consta que a regulamentação  
9 disso tem de ser aprovada no Conselho Universitário. Portanto, esse assunto vai voltar para o  
10 Consu. Nas ações estruturantes, item 3, consta que será criado um grupo de trabalho que vai  
11 discutir exatamente essa questão. Então já está previsto na política, porque sabem que isso  
12 precisa de um estudo muito mais profundo. O texto foi bastante estudado, discutiram muito,  
13 passou pela Procuradoria Geral. Preside um grupo de trabalho do Cruesp e estão todos  
14 convergindo nessa direção. A política de inovação não exclui a parte com impacto social, ou  
15 no impacto de políticas públicas, mas concorda com o professor Wagner que podem deixar isso  
16 explícito. Vê a aprovação dessa política como ela está como uma forma de unir a Universidade,  
17 porque agora sim, institucionalmente, estão atendendo uma parte da Universidade que trabalha  
18 mais nessa relação, com empresas, e a outra com questões de impacto social mais diretos.  
19 Lembra que todas elas têm impacto social, porque mais impacto social do que quase 32 mil  
20 empregos não consegue imaginar. Recentemente, foi feito um convênio da Unicamp com a  
21 Faculdade Zumbi dos Palmares para trabalhar o incentivo ao empreendedorismo afro. São  
22 coisas que fazem parte da missão da Universidade, e acha que a aprovação da política ajuda os  
23 mais ligados ao marco legal, mais na parte de empresas, tanto público quanto privadas. E não  
24 apenas em algumas áreas; todas as áreas da Universidade participam da inovação. É um grande  
25 engano achar que só áreas mais tecnológicas fazem parte disso, inclusive nas empresas filhas  
26 há empresas do IFCH, por exemplo, isso é bastante difundido porque justamente a inovação é  
27 possível quando se tem a formação geral, das coisas mais fundamentais até as coisas mais  
28 aplicadas. É isso o que precisam fazer e a Universidade tem de estar muito unida. De toda  
29 forma, acha que devem aprovar com a emenda do professor Wagner, e com isso terão uma visão  
30 de política de inovação bastante importante para a Universidade, que a atenda como um todo.  
31 Imediatamente após a aprovação, será criado um grupo de trabalho e depois voltará o assunto  
32 para discussão. O MAGNÍFICO REITOR diz que o professor Wagner comentou que talvez  
33 esse modo de discutir e trabalhar não funcione, mas observa que não funciona se de fato as  
34 pessoas não fizerem a sua lição de casa. Discutiram essa questão no Consu de 24 de setembro,  
35 e imediatamente os diretores deveriam ter encaminhado para seus departamentos para que todos  
36 os professores entrassem em contato com o assunto. Se não fizeram, foi uma falha. Aqui  
37 também, naturalmente, possuem grupos diferentes no Consu, há chapas que foram formadas.  
38 Na época em que era representante docente, reuniam-se para discutir os assuntos, trazer  
39 propostas, e isso é importante. Discussão elaborada é importante, por isso parabeniza a  
40 ADunicamp, em particular o professor Wagner, que se ocupou de fazer isso, trouxe uma

1 proposta que acredita ser consensual e trouxe também uma proposta específica para o final.  
2 Destaca que o RDIDP é o regime preferencial da Universidade Estadual de Campinas, e isso  
3 deve ser levado em consideração no momento de estudar e avaliar os impactos dessa política.  
4 Então, em vez de dizerem que não foi suficientemente discutido, deveriam fazer com que a  
5 discussão de fato ocorra. A ideia da proposta é propiciar um ambiente geral que não será  
6 implementado imediatamente, porque há vários itens que serão rediscutidos por grupos de  
7 trabalho. Então, no sentido do que foi apontado pelo professor Sávio, acha que isso já está  
8 contemplado com a criação dos diversos itens, incluindo os dois GTs propostos pelo professor  
9 Romão, criar grupos de trabalho para essas outras vertentes relacionadas a empreendedorismo  
10 ou inovações mais sociais, e a outra para relação de políticas públicas etc. E com relação  
11 inclusive aos itens 2.3, 2.4 também, para os quais serão constituídos GTs, será discutido e isso  
12 será retornado também para as unidades e aqui para o Consu. Compromete-se que o resultado  
13 e as propostas desses GTs, antes de virem ao Consu, sejam enviados aos diretores para uma  
14 discussão mais ampla. Sua proposta concreta é fazer a votação dessa política de inovação,  
15 adicionando os pontos trazidos pelo professor Wagner e também o ponto colocado aqui com  
16 relação ao cuidado do RDIDP, no último item, que define claramente: “Estudar e avaliar os  
17 impactos resultantes da implementação dessa política”. Como já disse a professora Heloíse, a  
18 política é um assunto difícil, complexo, e vão aprimorá-la ao longo do tempo, como tem  
19 acontecido com diversas políticas que têm a universidade em sua constituição. Solicita que o  
20 professor Wagner repita a sua proposta de redação. O Professor WAGNER DE MELO  
21 ROMÃO lê: “Estudar e avaliar os impactos resultantes da implementação desta política,  
22 especialmente quanto ao trabalho docente e à manutenção do RDIDP como regime preferencial  
23 de trabalho na Universidade”. O Conselheiro SÁVIO MACHADO CAVALCANTE pergunta  
24 se da forma como está sendo colocado, aceita-se esse documento com essa inserção, e depois  
25 será produzido um relatório pelo GT. O MAGNÍFICO REITOR responde que os GTs farão,  
26 como está escrito claramente, os instrumentos complementares. Essa política não pode ser  
27 imediatamente colocada em prática porque precisa de diversos instrumentos complementares,  
28 que serão ainda realizados. Nesses documentos serão discutidas todas essas questões. O  
29 Conselheiro SÁVIO MACHADO CAVALCANTE pergunta se pode manter sua proposta de  
30 que seja reapresentado no primeiro Consu de 2020, com todas essas discussões já feitas, já que  
31 nenhum grande acordo vai acontecer agora. O MAGNÍFICO REITOR diz que primeiro  
32 precisam votar a proposta, porque senão seria equivalente à retirada de pauta. O Conselheiro  
33 LEANDRO CAMARGO DE OLIVEIRA observa que houve outras sugestões, inclusive da  
34 APG. O MAGNÍFICO REITOR diz que as sugestões da APG se referem exatamente à  
35 aplicação, o que será discutido nos instrumentos complementares. Não se aplicam à proposta  
36 geral. O Conselheiro ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES pergunta se não há  
37 nenhuma possibilidade de votar a proposta com os destaques separados. O professor Sérgio  
38 colocou uma dúvida em relação à questão do investimento em empresas e o professor Anderson  
39 levantou que isso talvez pudesse ser mais discutido. Esse é um ponto que envolve mais polêmica  
40 do que pessoas favoráveis. O MAGNÍFICO REITOR diz que esse assunto retornará ao Consu

1 para ser discutido. O grupo deve ser formado por pessoas que tenham visões diferentes, que  
2 definirão que o assunto ocorrerá em casos muito excepcionais e específicos. Mas isso está  
3 seguindo especificamente a lei da inovação que está prevista. O Conselheiro LUCAS  
4 MARQUES DE ALMEIDA observa que se vai haver um GT que discutirá temas específicos,  
5 não tem muito sentido aprovar diretamente, se há dúvidas a respeito. Acha que poderia ser  
6 interessante votar separadamente os itens 2.3 e 2.4. O MAGNÍFICO REITOR diz que podem  
7 votar, mas claramente o último parágrafo da proposta coloca: “Para implementação desta  
8 política na Unicamp, serão tomadas as seguintes ações: elaborar e promulgar instrumentos  
9 complementares específicos a essa política, expedidos pela Unicamp, quanto aos previstos no  
10 item 2.2, 2.3 e 2.4; elaborar e promulgar instrumentos complementares específicos a esta  
11 política, expedidos pela Inova Unicamp quanto aos previstos nos itens 2.5, 2.6 e 2.7; constituir  
12 grupo de trabalho para estudo e análise dos modelos e possibilidades de participação da  
13 Unicamp em capital social de empresas, seja diretamente ou por meio de usufruto de cotas ou  
14 ações, atendendo aos objetivos da lei de inovação tecnológica.” Está aqui claramente colocado  
15 que só poderá ser implementado após aprovação pelo Consu, ou seja, esse assunto voltará, como  
16 foi dito aqui, muito mais discutido no âmbito da Universidade. A Conselheira ANNA  
17 CHRISTINA BENTES DA SILVA diz que possui uma sugestão de encaminhamento, porque  
18 acha que há dois encaminhamentos diferentes. O encaminhamento do professor Wagner foi  
19 para que se construísse um grupo de trabalho sobre a outra parte, se forem ficar em uma visão  
20 binária, das inovações tecnológicas, para pensarem no social, das várias maneiras que são  
21 necessárias. Os princípios do documento estão indo em uma direção de contemplar a relação  
22 sociedade/empresa, que tem a ver com o marco legal dessa relação, mas nos documentos gerais  
23 dos marcos legais das universidades públicas, também há outra parte contemplada. Nesse  
24 sentido, acha que precisariam ter uma discussão sobre o problema da outra parte. O  
25 MAGNÍFICO REITOR diz que no documento do professor Wagner há dois GTs previstos e foi  
26 o encaminhamento que propôs, de adicionar esses GTs nas ações estruturantes. O Conselheiro  
27 SÁVIO MACHADO CAVALCANTE diz que isso não elimina a possibilidade de votar com  
28 destaque. A Conselheira TERESA DIB ZAMBON ATVARS diz que fará uma sugestão de  
29 encaminhamento muito objetiva. A primeira ação seria incorporar os princípios apresentados  
30 pelo professor Wagner no conjunto de princípios que já está colocado na minuta. A segunda  
31 seria acrescentar às folhas 62 as duas ações estruturantes propostas no documento do professor  
32 Wagner. Seria bom que todos lessem o que está nas folhas 62, em que está indicado  
33 explicitamente que para os itens 2.2, 2.3 e 2.4, serão elaborados documentos específicos que,  
34 obviamente, poderão ou não contemplar as sugestões que foram aparecendo aqui. E faz a  
35 mesma coisa para os itens 2.5, 2.6 e 2.7. Então toda essa discussão e as sugestões feitas aqui  
36 serão inseridas, discutidas, rediscutidas ou indicadas, ou acrescentadas, coisas que não foram  
37 discutidas aqui, nesses itens 2.5, 2.6, 2.7. Está sendo proposto pela Mesa objetivamente acatar  
38 a proposta feita pelo professor Wagner, acrescentando no item dos princípios o que está  
39 colocado aqui, e no item final os dois GTs, que provavelmente discutirão outros assuntos, e isso  
40 poderá gerar modificações da decisão tomada hoje. O Conselheiro ANTÔNIO JOSÉ DE

1 ALMEIDA MEIRELLES pergunta se existe ou não a possibilidade de fazer destaque, votar  
2 separadamente o item 2.3. O Conselheiro ANDERSON DE REZENDE ROCHA esclarece que  
3 não solicitou destaque do item 2.3. O que mencionou é que tinham que discutir o item 2.3, e  
4 está colocado aqui no inciso I já no final. O Conselheiro SÉRGIO LUIZ MONTEIRO SALLES  
5 FILHO diz que também não solicitou destaque. Disse que é preciso que o GT criado para trazer  
6 a regulamentação coloque uma justificativa. O Conselheiro ALVARO GABRIEL BIANCHI  
7 MENDEZ diz que então solicita esse destaque. O Conselheiro SÁVIO MACHADO  
8 CAVALCANTE solicita destaque do item 2.10. O Conselheiro LUCAS MARQUES DE  
9 ALMEIDA solicita destaque do item 2.4. Não havendo mais observações, o MAGNÍFICO  
10 REITOR submete à votação a proposta, com exceção dos itens 2.3, 2.4 e 2.10, acrescentando  
11 as propostas do professor Wagner Romão e o texto final no item 4, sobre a questão do RDIDP,  
12 que é aprovada com 41 votos favoráveis, 18 votos contrários e 01 abstenção. Em seguida,  
13 submete à votação a manutenção do item 2.3, que é aprovada com 32 votos favoráveis, 22  
14 contrários e 06 abstenções. O Conselheiro ANTÔNIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES faz  
15 declaração de voto, dizendo que não é necessariamente contrário a isso, mas acha que é um  
16 tema suficientemente delicado para exigir maior discussão. Isso foi proposto e talvez não seja  
17 possível, infelizmente. O MAGNÍFICO REITOR diz que haverá um grupo de trabalho  
18 justamente para continuar essa discussão. Em seguida, submete à votação a manutenção do item  
19 2.4, que é aprovada com 36 votos favoráveis, 20 contrários e 04 abstenções. Passa à discussão  
20 do item 2.10. O Conselheiro SÁVIO MACHADO CAVALCANTE diz que, pelas razões que  
21 expôs e sua fala, a proposta seria retirar a expressão “educação empreendedora” do item 2.10.  
22 O MAGNÍFICO REITOR submete à votação a manutenção do texto como está, que recebe 27  
23 votos favoráveis, e em seguida a proposta do professor Sávio, que recebe 28 votos favoráveis;  
24 há 01 abstenção. Passa à discussão do item 05 – Proc. nº 01-P-15629/19 –, que trata da proposta  
25 de deliberação Consu que cria o Programa de projetos Estudantis Espontâneos PE<sup>2</sup>. Destaque  
26 da conselheira Patrícia. A Conselheira PATRÍCIA KAWAGUCHI CÉSAR solicita explicação  
27 do que seriam os projetos estudantis espontâneos. É mencionado que o laboratório pode ter  
28 recursos extraorçamentários advindos do oferecimento de cursos e de serviços à sociedade nos  
29 espaços do programa, então gostariam de entender melhor também como será esse oferecimento  
30 de cursos e de serviços, onde vai ser feita a regulamentação. Observa que no início é  
31 mencionada a possibilidade de haver projetos ligados a artes e a esportes, mas a partir da metade  
32 do documento há bastante foco em tecnologia e no que a Inova oferece. O MAGNÍFICO  
33 REITOR diz que é um projeto que ele próprio está coordenando, e a ideia é transformar um  
34 espaço que estava praticamente inutilizado no IFGW, o antigo Laboratório de Plasma, em um  
35 espaço para grupos estudantis. “Espontâneos” porque podem surgir de diversas maneiras, como  
36 a Liga das Atléticas, ou os grupos que trabalham fazendo carros nas engenharias, o pessoal do  
37 núcleo das empresas juniores, as empresas juniores, o pessoal da Enactus, os cursinhos  
38 comunitários, todo grupo estudantil que queira participar do espaço. O intuito é ter um espaço  
39 de *coworking*, de colaboração, de espaço para eventualmente guardar equipamentos e coisas  
40 que muitas vezes não existem na Universidade, assim como realizar eventos, reuniões,

1 planejamentos, palestras, cursos, ensaios, qualquer coisa que seja relacionada ao trabalho de  
2 estudantes. A ideia é deixar o mais livre possível dentro das regras e legislação da Unicamp, é  
3 quase como tentar encontrar uma maneira de autogestão dos estudantes e que, eventualmente,  
4 haja a possibilidade de com os próprios cursos e atividades que sejam realizadas ali, eles possam  
5 incrementar o espaço, manter mais pessoas, funcionários etc. Esse modelo funciona bem em  
6 vários lugares do mundo e a ainda não possuem esse espaço dentro da Unicamp. Há um grupo  
7 específico que também está organizado, que é a questão dos *fab labs*, laboratórios de mão na  
8 massa, então a ideia é ter também equipamentos que permitam fazer maquetes, que permitam  
9 fazer cortador a laser, que tenha aí impressora 3D para que os estudantes utilizem. Então é essa  
10 a ideia do projeto, e inventaram esse termo, não sabe se era o correto ou não, mas é para refletir  
11 a possibilidade de englobar qualquer grupo estudantil que queira se organizar. É uma  
12 experiência completamente nova, diferente, e espera que a ideia dê certo. O Conselheiro  
13 HARIAN PIRES BRAGA felicita a iniciativa, que agora com essa explicação ficou mais clara.  
14 Acompanha o que a PG menciona sobre a questão dos representantes do conselho, quando fala  
15 de um ex-discente da Unicamp, de graduação ou de pós-graduação, indicado pelos discentes, e  
16 que a PG sugere que seja por eleição, e não por indicação. Acha que talvez não caiba para esse  
17 documento, mas ficou em dúvida de como fazer esse processo de eleição de um egresso e o que  
18 é esse ex-aluno. Talvez seja um detalhe muito tranquilo de se corrigir, talvez não precise para  
19 esse documento, mas é uma política nova, e não possuem representação discente de egressos.  
20 Talvez pudessem construir um edital da eleição. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER  
21 MEDEIROS diz que o senhor Reitor falou em autogestão dos estudantes, mas está muito claro  
22 que haverá um conselho deliberativo que coordenará as atividades, e a composição também está  
23 definida. A segunda questão é que está sendo mencionada a possibilidade de cursos pagos, e  
24 esses recursos serão revertidos para a gestão do espaço; pergunta se seu entendimento está  
25 correto. O MAGNÍFICO REITOR responde que sim. O Conselheiro DIEGO MACHADO DE  
26 ASSIS diz que sua dúvida é em relação ao conselho deliberativo que está sendo proposto, que  
27 prevê que exista um coordenador executivo, que tem de ser necessariamente da carreira MS, e  
28 um coordenador associado. Pergunta se são cargos gratificados e se existe um levantamento  
29 dos custos do programa, inclusive considerando se esses cargos forem gratificados. O  
30 MAGNÍFICO REITOR responde que não estão previstas gratificações nesses cargos. Está  
31 mencionado no final que terão três meses a partir desta deliberação para fazer a certificação. A  
32 ideia é ter mesmo um espaço que possa ser gerenciado pelos próprios estudantes, então não traz  
33 nenhum custo extra para a Universidade. Não havendo mais observações, submete à votação o  
34 item 05, que é aprovado com 55 votos favoráveis e 03 abstenções. Em seguida, faz uma pausa  
35 para o almoço. Reiniciando a Sessão e nada mais havendo a tratar na Ordem do Dia, o  
36 MAGNÍFICO REITOR coloca para ciência o Expediente dos seguintes assuntos: A –  
37 Regimento Geral dos Cursos da Pós-Graduação – 01) Proc. nº 01-P-436/1970 – Proposta de  
38 alteração do Regimento Geral dos Cursos de Pós-Graduação, para ampla discussão na  
39 Universidade – Deliberação CCPG-84/19, Pareceres PG-1527/19, 1654/19, 1697/19, CLN-  
40 32/19 e Cepe-18/19. B – Manifestações da Associação de Pós-Graduação Central da Unicamp

1 – 02) a) Reestruturação nas bibliotecas das Unidades. b) Relatório do Grupo Estudantil Lato  
2 Sensu. c) Relatório do Grupo Estudantil sobre a Política Institucional de Inovação da Unicamp.  
3 C – Planejamento Estratégico – Planes – 03) Relatório de acompanhamento das atividades  
4 desenvolvidas dos Projetos Estratégicos – 2018-2019. D – Comissão de Orçamento e  
5 Patrimônio – Indicação de Membro – 04) Proc. nº 01-P-4124/1987 – Indicação de membro para  
6 compor a Comissão de Orçamento e Patrimônio, como segue: Diretores: Área de Ciências  
7 Humanas e Artes: Titular: André Martins Biancarelli. E – Relatórios Semestrais das Câmaras  
8 do Consu – 05) Relatórios Semestrais da Câmara de Administração e da Câmara de Ensino,  
9 Pesquisa e Extensão, referentes ao período de 1º.04.19 a 30.09.19, de acordo com o inciso IX  
10 do artigo 9º e inciso VI do artigo 10 do Regimento Interno do Consu. F – Prêmios Institucionais  
11 2019 – 06) – Prêmio de Reconhecimento Acadêmico “Zeferino Vaz” – FCM: Profa. Dra. Lucia  
12 Helena Simões da Costa Paiva; FE: Profa. Dra. Heloísa Helena Pimenta Rocha; FEA: Prof. Dr.  
13 Marcelo Cristianini; Feagri: Prof. Dr. José Teixeira Filho; FEC: Prof. Dr. Philippe Remy  
14 Bernard Devloo; Feec: Prof. Dr. Ricardo Ribeiro Gudwin; FEF: Profa. Dra. Mara Patrícia  
15 Traina Chacon-Mikahil; FEM: Prof. Dr. Denis José Schiozer; FEQ: Prof. Dr. Reginaldo  
16 Guirardello; FOP: Prof. Dr. Francisco Humberto Nociti Junior; FT: Profa. Dra. Luísa Andréia  
17 Gachet; IA: Prof. Dr. Matteo Bonfitto Júnior; IB: Prof. Dr. Alexandre Leite Rodrigues de  
18 Oliveira; IC: Prof. Dr. Ricardo da Silva Torres; IE: Prof. Dr. Antonio Marcio Buainain; IFCH:  
19 Prof. Dr. Ronaldo Romulo Machado de Almeida; IFGW: Prof. Dr. Douglas Soares Galvão;  
20 Imecc: Profa. Dra. Sandra Augusta Santos; IQ: Profa. Dra. Heloise de Oliveira Pastore. Prêmio  
21 de Reconhecimento Docente pela Dedicção ao Ensino de Graduação – FCM: Profa. Dra. Rita  
22 de Cássia letto Montilha; Feagri: Prof. Dr. David de Carvalho; Feec: Prof. Dr. Luiz César  
23 Martini; FEM: Prof. Dr. Rosley Anholon; FEQ: Profa. Dra. Ana Maria Frattini Fileti; FT: Prof.  
24 Dr. Vitor Rafael Coluci; IA: Profa. Dra. Verônica Fabrini Machado de Almeida; IB: Profa. Dra.  
25 Eneida de Paula; IC: Prof. Dr. Edmundo Roberto Mauro Madeira; IFCH: Profa. Dra. Susana  
26 Soares Branco Durão; IFGW: Prof. Dr. Varlei Rodrigues; Imecc: Profa. Dra. Hildete Prisco  
27 Pinheiro; IQ: Prof. Dr. Ronaldo Aloise Pilli. Prêmio Proec de Extensão Universitária – FCA:  
28 Prof. Dr. Luciano Allegretti Mercadante; FCM: Profa. Dra. Silvia Maria Santiago; Feagri: Prof.  
29 Dr. David de Carvalho; FEC: Prof. Dr. Orlando Fontes Lima Júnior; Feec: Prof. Dr. Michel  
30 Daoud Yacoub; FEF: Prof. Dr. Marco Antonio Coelho Bortoleto; FOP: Profa. Dra. Adriana de  
31 Jesus Soares; FT: Profa. Dra. Lubienska Cristina Lucas Jaquiê Ribeiro; IA: Prof. Dr. Edson do  
32 Prado Pfüthenreuter; IC: Prof. Dr. Edson Borin; IE: Prof. Dr. Miguel Juan Bacic; IFCH: Profa.  
33 Dra. Cristina Meneguello; IG: Prof. Dr. Ruy de Quadros Carvalho; Imecc: Profa. Dra. Laura  
34 Leticia Ramos Rifo; IQ: Profa. Dra. Adriana Vitorino Rossi. Prêmio de Reconhecimento  
35 Acadêmico para Pesquisadores da Carreira Pq – LUME: Dra. Ana Cristina Colla. Em seguida,  
36 passa a palavra aos inscitos no Expediente. A Conselheira PATRÍCIA KAWAGUCHI CÉSAR  
37 parabeniza toda a organização do Unicamp Afro, destacando principalmente as estudantes do  
38 Núcleo de Consciência Negra, que estão fazendo toda uma programação à parte no VII Quem  
39 Tem Coragem. Divulga que na próxima quinta-feira vai acontecer a Mesa “Epistemicídio e a  
40 Luta para Enegrecer a Ciência”, junto com a apresentação de um relatório elaborado pelo



1 Núcleo de Consciência Negra, e é muito importante que todos os professores, estudantes, pós-  
2 graduandos participem para ver os dados que eles trazem. Em segundo lugar, traz uma  
3 preocupação de diversos estudantes com relação à situação das cantinas da Unicamp. Tem sido  
4 uma preocupação constante as cantinas fechando, sempre com risco de uma nova cantina  
5 fechar. As pessoas estão perguntando se há editais para novas licitações, se há datas e prazos  
6 para as cantinas reabrirem. Também tem a antiga questão da praça de alimentação, que é um  
7 boato que corre desde que iniciou sua graduação, então pergunta se existe esse projeto mesmo,  
8 se é só boato, e se existe um plano também de trazer *food trucks* como alternativas às cantinas,  
9 algo que também já ouviram. Se existe previsão do fechamento de outras cantinas e eu também  
10 recebi um pedido para perguntar especificamente quanto a reitoria recebe por mês da cantina  
11 do DCE e se isso está guardado para quando o DCE resolver o problema do CNPJ para receber  
12 esse valor acumulado. Solicita a palavra ao acadêmico Matheus Albino, para que ele se  
13 manifeste a respeito da reestruturação das bibliotecas das unidades. O Acadêmico MATHEUS  
14 ALVES ALBINO manifesta preocupação com relação às diversas reestruturações propostas  
15 para as bibliotecas de unidades, que há muito tempo já sofrem com falta de funcionários e  
16 consequente redução de horário de funcionamento, sem que se faça um debate profundo  
17 envolvendo os seus usuários e a opinião dos técnicos. Destaca como exemplo dessas  
18 reestruturações a transferência de parte do acervo de periódicos da biblioteca da FCM, da  
19 biblioteca do CMU, da biblioteca do IA para a Biblioteca Central, bem como propostas de  
20 fundir bibliotecas de centros e núcleos. Bibliotecas não são um amontoado de livros, e os  
21 bibliotecários não servem só para guardar os livros. São acervos especializados, principalmente  
22 no caso dos centros e núcleos, em que os bibliotecários são responsáveis por uma série de  
23 atividades diárias de apoio ao pós-graduando, que podem ser prejudicadas, caso essas mudanças  
24 aconteçam. Algumas dessas atividades são a catalogação, classificação, auxílio do usuário na  
25 pesquisa, formatação, normalização de artigos, teses, dissertações e livros, além de reuniões em  
26 grupos de trabalho e reuniões com o SBU. Como usuário do Centro de Memória da Unicamp,  
27 e um dos usuários das bibliotecas especializadas em Demografia, uma das únicas no país,  
28 compreende que a distribuição de peças em diversas bibliotecas descaracterizaria  
29 completamente o conjunto de alguns acervos. Nesse contexto, acha lamentável que tenham de  
30 ouvir, como ouviram na última reunião da congregação do Instituto de Artes, que “aluno é  
31 aluno, eles não têm o que fazer e ficam fazendo fofoca. Dê coisas para eles fazerem para  
32 pararem de nos infernizar”. Esse tipo de declaração em nada contribui para o debate, e ofende  
33 não só parte da comunidade do Instituto de Artes, como todos os pós-graduandos e  
34 trabalhadores que querem o melhor para seus espaços de vivência e pesquisa, e estão  
35 preocupados com a mudança no acervo riquíssimo que possuem. Lembra que foi provocando a  
36 discussão sobre esse tema que sensibilizaram a Reitoria e a sociedade campineira para a  
37 situação do fechamento da biblioteca do Centro de Memória, por falta de funcionários. Pergunta  
38 o que diria o professor José Roberto do Amaral Lapa ao ver o seu projeto de vida para a história  
39 de Campinas fechado ao público ou armazenado sem nenhum zelo em um canto de uma enorme  
40 biblioteca. Diante disso, a Associação de Pós-Graduandas e Pós-Graduandos, contando com a

1 sensibilidade de todos, defende a ampliação da discussão sobre as bibliotecas e promoção de  
2 debates, alertando a Administração para entender melhor e, mais do que isso, respeitar a  
3 demanda de usuários e técnicos. A Conselheira DIRCE DJANIRA PACHECO E ZAN traz uma  
4 preocupação da Faculdade de Educação a respeito das escolas cívico-militares, projeto  
5 apresentado pelo governo federal através de decreto em setembro deste ano, e há pouco  
6 souberam pela imprensa da adesão do governo do estado de São Paulo e a manifestação do  
7 prefeito de Campinas sobre a intenção de também fazer adesão ao mesmo projeto. No último  
8 dia 21, o MEC anunciou que, a partir de 2020, 54 escolas em todo território nacional serão  
9 integradas a esse projeto, e no estado de São Paulo a cidade escolhida foi Campinas. A  
10 Faculdade de Educação está preocupada e mobilizada desde a divulgação desse projeto, em  
11 setembro, em razão de apresentar uma proposta educacional contrária aos princípios  
12 democráticos, aos princípios de cidadania, e isso inclusive está muito bem expresso no parecer  
13 que solicitaram ao professor Sílvio Galo, professor titular da Faculdade de Educação, e que está  
14 à disposição no site da Faculdade, e que pelo contrário, é um projeto que aproxima a escola de  
15 um projeto disciplinar pautado por princípios de fechamento, de controle, princípios esses da  
16 Polícia Militar. O projeto prevê a parceria com a Polícia Militar na gestão das escolas, a inserção  
17 de militares nas salas de aula como professores, ou seja, quebra completamente qualquer  
18 proposta pedagógica pautada pelos princípios que sempre defenderam todos aqueles que estão  
19 comprometidos com uma sociedade de fato democrática. Além disso, tem como objeto as  
20 escolas públicas em situações mais vulneráveis socialmente, ou seja, é um projeto explícito de  
21 controle e de disciplinarização das crianças e jovens negros. O Fórum Municipal de Campinas  
22 manifestou-se contrário ao projeto, assim como a Faculdade de Educação e tantos outros  
23 órgãos, e promoverão um debate no dia 2 de dezembro, no auditório da ADunicamp, para o  
24 qual convida todo o Conselho Universitário, conclamando as universidades, em especial a  
25 Unicamp, que tem uma histórica defesa pela democracia, para que se posicionem diante disso.  
26 O Conselheiro DIEGO MACHADO DE ASSIS diz que falará sobre um assunto que a princípio  
27 deveria constar da Ordem do Dia de hoje. Juntamente com o conselheiro Iuriatan, protocolaram  
28 um pedido para que um assunto entrasse na pauta, mas parece que o senhor Reitor não teve  
29 interesse, então lhe resta mencionar no Expediente. É sobre o processo de progressão da  
30 Carreira Paepe em 2019, que consideram de extrema importância que fosse debatido no  
31 Conselho Universitário, pois foi o tema que mais mobilizou a atenção dos funcionários nos  
32 últimos tempos. Inclusive todos os docentes devem ter acompanhado nas suas unidades a  
33 quantidade de debate que isso gerou, porque de fato foi um processo que causou bastante  
34 estranhamento e uma insatisfação na Universidade poucas vezes vista. Todos os processos  
35 anteriores de progressão e avaliação sempre foram bastante criticados, bastante ruins, mas no  
36 nível desse agora acha que nunca houve. Repudia o fato de o senhor Reitor, que diz não gostar  
37 de decidir as coisas na canetada, resolver unilateralmente que isso não entraria na pauta. Nem  
38 o documento que apresentaram entrou sequer no Expediente, então acha que não colocar nos  
39 documentos oficiais o que protocolam é bastante ruim. Esse processo gerou bastante  
40 insatisfação principalmente por conta do caráter subjetivo sobre o qual ele foi feito. Os

1 requisitos aprovados para serem encaminhados às unidades já direcionavam determinado perfil  
2 de servidor para ser contemplado, que levava em conta os cargos gerenciais dentro das  
3 unidades, mas além disso, dentro das próprias unidades, houve uma heterogeneidade de  
4 critérios adotados. Esses critérios não estavam claros; não estava explícito para os servidores o  
5 que eram os atributos considerados positivos para serem apresentados e que estavam de fato  
6 sendo avaliados. Isso gerou, além desse descontentamento, uma onda de questionamentos sobre  
7 a legitimidade desse processo, inclusive por via judicial, uma vez que vários servidores já  
8 entraram com processo contra essa progressão, denúncias no Ministério Público etc. A categoria  
9 encaminhou pelo pedido de anulação desse processo de progressão. Com a anulação, poderiam  
10 ser destinados os recursos previstos na proposta orçamentária de 2019 de maneira mais justa,  
11 distribuída nos pisos salariais como forma de avançar o processo da isonomia. Ele foi um  
12 processo realizado de modo subjetivo e que acabou direcionando um perfil de contemplado  
13 muito homogêneo dentro de um perfil de gratificados dentro da Universidade. Para se ter uma  
14 ideia, dos funcionários que recebem gratificação hoje na Universidade, que são cerca de 1074,  
15 25% foram contemplados nessa progressão da carreira. Entre os funcionários que não recebem  
16 gratificação, 6,6% foi contemplado. Ou isso é uma aberração estatística, ou então mostra que o  
17 processo já direcionado para garantir o beneficiamento de um determinado perfil de  
18 trabalhador. Não que não merecessem ganhar também, porque existe um congelamento, um  
19 gargalo muito grande pelo fato de estarem há tantos anos sem progressão na carreira, sem contar  
20 o arrocho salarial acumulado no salário, que só na gestão do professor Marcelo já passa dos  
21 10%. Esse processo beneficiou um perfil muito específico de funcionários e uma quantidade  
22 muito pequena de servidores, menos de 10% do quadro, depois de cinco anos sem nenhum  
23 processo de progressão. Há uma série de dados que levantaram sobre isso, traçando esse perfil,  
24 inclusive que a média salarial dos contemplados é 10% maior do que a média salarial dos não  
25 contemplados. Gostariam de ter trazido aqui esses dados, mas como o assunto não entrou na  
26 pauta, devem encaminhar na CAD para detalhar melhor a motivação desse pedido de anulação.  
27 Observa que há algumas coisas que estão bastante estranhas no processo também e que dão  
28 margem a questionamentos. Por exemplo, entre os contemplados havia uma servidora do nível  
29 superior que não consta na folha de pagamento da Unicamp, conforme verificou no portal da  
30 transparência; na folha dos últimos seis meses, que estão disponíveis, não consta essa servidora  
31 no quadro. Em relação à questão da verba, a proposta orçamentária de 2019 mencionava cerca  
32 de R\$9 milhões para progressão na carreira para serem distribuídos nos últimos seis meses do  
33 ano. No momento de dividir efetivamente a verba, foi feito o desconto de uma previsão de todos  
34 os encargos que estariam atrelados a essas promoções, que é um tratamento diferente do que  
35 verificam em outras promoções que ocorrem na Universidade, quando consideram só o valor  
36 do principal, ou mesmo planejamento. O programa que acabaram de aprovar agora, Projetos  
37 Estudantis Espontâneos, o professor Marcelo disse que não vai ter custo nenhum, pode não ter  
38 custo de implantação, mas pergunta desses custos que já estão em mente, de impressora 3D, de  
39 cortador a laser etc. São custos que estão atrelados ao projeto, mas no momento da implantação  
40 eles não são considerados. Diferente de agora, por exemplo, da carreira dos funcionários, em

1 que no momento da implantação já veem qualquer centavo possível que possa ser diminuído da  
2 verba. Também está estranha a questão da verba porque na própria apresentação que o professor  
3 Francisco fez para as CSAs, há poucos dias, ele mencionou que do valor que viria para  
4 progressão, que seriam esses R\$9 milhões, foi descontado o valor da progressão da Carreira de  
5 Procurador. Nos números apresentados, está colocado que para essa carreira teria sido destinado  
6 do montante de R\$9 milhões, R\$357.605,00. Quando fazem o cálculo da proporção disso sobre  
7 a folha de pagamento, verificam que o valor destinado para a Carreira de Procurador foi cerca  
8 de 3,9% do orçamento total das promoções. Uma carreira que hoje conta com 18 servidores  
9 ativos e 17 aptos, porque o doutor Octacílio já está no teto da carreira, teve 4% do orçamento  
10 total, que é o equivalente ao orçamento da FCM, que tem 254 servidores hoje na Carreira Paepe.  
11 Ou quase equivalente ao orçamento de toda CSA do HC de administrativo e operacional, que  
12 tem 320 servidores. Ou ainda, é o equivalente a quatro vezes o orçamento da Faculdade de  
13 Educação. Pergunta qual foi o critério, porque para a Carreira de Procurador, não se recorda de  
14 ter havido discussão na COP, na CAD, no Consu. Pergunta se o critério foi utilizar o que quiser  
15 para a Carreira de Procurador e o que sobrar vai para o restante dos servidores. Acha que é  
16 bastante temerário que as decisões sejam tomadas dessa forma pouco transparente, que  
17 direciona os ganhos de uma forma não impessoal. Foi a somatória de todos esses fatores que  
18 gerou esse processo ímpar de descontentamento, de insatisfação, de questionamentos, e que  
19 deve ainda gerar mais questionamentos, tanto no âmbito da Universidade quanto fora. Vão  
20 encaminhar esse relatório mais detalhado e gostaria que das próximas vezes os assuntos que  
21 propõem sejam discutidos no Consu, pois são de interesse de vários servidores. O Conselheiro  
22 IURIATAN FELIPE MUNIZ diz que o primeiro assunto é sobre a moção que a Secretaria Geral  
23 acabou de distribuir para os conselheiros, que traz um assunto muito importante e que está  
24 sendo tratado de uma forma muito desproporcional à sua importância. O governo do estado de  
25 São Paulo apresentou projetos legislativos acerca dos direitos previdenciários dos servidores  
26 públicos e essas mudanças estão sendo tratadas de uma maneira urgentíssima. A intenção é  
27 aprovar antes do fim do ano, e são mudanças que significarão, por exemplo, que em janeiro  
28 cada trabalhador da Universidade terá menos 3% de salário, porque haverá impacto na alíquota  
29 que pagam para a previdência. Devem manifestar uma preocupação do Consu a respeito desse  
30 rito de tramitação, inclusive porque não existe justificativa para essas mudanças, não existe  
31 apresentação de problemas, de quais objetivos se deseja, quais soluções, como se avalia.  
32 Precisam manifestar um posicionamento oficial da Universidade, pedindo que esse assunto seja  
33 tratado com a devida atenção, inclusive deve ser discutido mais, devem aprofundar nos  
34 impactos que isso vai causar na vida dos docentes, dos servidores públicos como um todo, mas  
35 especialmente aqui na Unicamp. Certamente muitos consideravam que era piada quando diziam  
36 que daqui a um tempo iriam pagar para trabalhar, mas fizeram uma campanha salarial para 3%,  
37 ganharam 1,5% e vão pagar mais 3% para um sistema de aposentadoria que já está limitado em  
38 teto, já é cada vez mais difícil acessar. Então solicita atenção dos conselheiros para essa moção  
39 e coloca-se à disposição para quaisquer esclarecimentos que possam fornecer. Outro assunto,  
40 ainda mais importante, é sobre a situação dos trabalhadores terceirizados, e um processo de

1 demissão sistemática que acontece, com especial atenção a uma demissão feita por justa causa,  
2 de uma maneira muito arbitrária, e que contradiz tudo que o conselho tentou manifestar com a  
3 Assembleia Universitária do dia 15 de outubro. Os trabalhadores da Funcamp, através de uma  
4 audiência pública, souberam que no fim do ano seriam demitidos 330 trabalhadores ligados ao  
5 contrato de nutrição. Isso não pode ser recebido de uma maneira tranquila por um trabalhador.  
6 Não houve discussão no Consu, nem estratégia, nem política institucional para lidar com isso.  
7 Na CPI, que foi tão criticada, um ex-membro do Conselho, professor João Batista de Miranda,  
8 disse que iriam demitir no fim do ano 330 pessoas. No entanto, a comunidade universitária não  
9 vai deixar de almoçar, não vai deixar de ter sua demanda nutricional. Alegam-se falhas no  
10 edital, construído pela Unicamp e pela Funcamp, a comunidade tem se mobilizado para exigir  
11 a garantia dos empregos e das condições de trabalho, o que pode tranquilamente ser feito na  
12 redação de um novo edital, mas até agora a Reitoria não se manifestou. No contexto da  
13 Assembleia Universitária, tinham sugerido que fosse feita uma convocação especial para os  
14 trabalhadores terceirizados, porque quando os funcionários são chamados a fazer uma defesa  
15 unitária da Universidade, é necessário que as suas posições sejam explicadas. Ou então não é  
16 unidade, é oportunismo. Os trabalhadores terceirizados são trabalhadores da Unicamp, mas são  
17 tratados como pessoas de segunda categoria, que não têm sequer lugar para descansar no  
18 almoço, não tem discussão sobre o nível de trabalho, que são remunerados pela Unicamp, os  
19 contratos de terceirização, eles são pagos com dinheiro da Universidade. Mas a solicitação de  
20 uma convocação especial também foi ignorada, portanto eles não puderam participar. Pela  
21 mobilização da comunidade relacionada a essa demissão, houve uma articulação, inclusive com  
22 apoio de DCE, ADunicamp, STU e APG para que houvesse a explicação desse problema  
23 durante a assembleia. Tentaram protocolar um pedido para que constasse na leitura prévia dos  
24 conselheiros, mas mais uma vez foi ignorado pela Reitoria, que não forneceu nem uma  
25 explicação sobre o porquê ou como pretende encaminhar essa discussão. Assim como foi feito  
26 com a proposta de discussão sobre a composição do Consu, sobre o contrato da Fazenda  
27 Argentina, a avaliação do processo Paepe. A democracia aqui é só uma pessoa falando, os  
28 outros não podem participar nem propor discussões para esta Casa. O assunto negligenciado  
29 precisou ter expressão naquela assembleia e isso foi feito por meio da manifestação de um  
30 trabalhador específico, que é o Sidney Silva, e que depois de fazer sua manifestação na  
31 assembleia recebeu uma demissão por justa causa. A alegação é de comportamento inadequado,  
32 insubordinação, e ainda que as opiniões dos trabalhadores da Funcamp nem sempre sejam  
33 iguais às do senhor Reitor, sendo uma assembleia universitária em defesa da Universidade, e  
34 era quase um consenso na Unicamp, as pessoas foram lá dizer o que entendem por defesa da  
35 Universidade, sendo que era bem simples entender o argumento dessas pessoas, porque estavam  
36 falando dos próprios empregos. Essa demissão, se não for revertida imediata e urgentemente,  
37 explicita um caráter muito oportunista para essa discussão de defesa da Universidade. Ela é  
38 para a categoria um problema de principal relevância. Sabem que muitos diretores de unidade  
39 possuem assento no conselho curador da Funcamp, que deve haver uma reunião próxima, e  
40 clamam para que esse assunto seja colocado e que seja garantido o emprego desse trabalhador.

1 Isso vai repercutir em uma avaliação muito diferente da que gostariam que fosse a avaliação da  
2 defesa conjunta da universidade pública, e isso vai ser contabilizado como uma contradição da  
3 reitoria da Unicamp, porque não existem esforços claros pela manutenção desse emprego antes  
4 de qualquer processo judicial, já que o trabalhador, que é cipeiro, não teve processo disciplinar,  
5 não teve o rito jurídico necessário para essa demissão, então isso também pode causar prejuízo  
6 para a imagem e para as finanças da Universidade. Então acha que precisariam envidar esforços  
7 para garantir esses empregos, especialmente reverter essa demissão que foi feita de forma  
8 autoritária e contraditória com o espírito da assembleia universitária, que é a demissão do  
9 funcionário Sidney Silva. Não querem que se aprofunde a negligência da Universidade com um  
10 trabalho terceirizado. Precisam rever essa postura da Reitoria de se colocar como não  
11 responsável por esses trabalhadores e passar a entendê-los como parte da comunidade. Isso é  
12 urgente e não têm tido apoio da Reitoria. Precisam trabalhar ideologicamente essas noções,  
13 porque são vergonhosas as condições de trabalho, de salário e autoritarismo a que eles estão  
14 submetidos, como a demissão do senhor Sidney deixa clara. Solicita que a Reitoria envie todos  
15 os esforços necessários e possíveis para garantir esse emprego, porque não conseguirão isentar  
16 o Consu, os diretores, o conselho curador da Funcamp, a Reitoria, dessa contradição. O  
17 Conselheiro ADILTON DORIVAL LEITE diz que falará brevemente sobre o processo de  
18 progressão, que está em fase de conclusão. Para isso, é preciso lembrar da Deliberação CAD-  
19 A-005/19 e 009/18, e tem que olhar o todo. Não participou de GT, portanto não participou da  
20 concepção desse modelo. Sua participação se deu enquanto membro da CIDEF, Consu e CAD,  
21 e fez isso durante toda a tramitação, não esperou sair o resultado para criticar o processo. A  
22 Deliberação CAD-A-009/18, quando faz a estrutura da Carreira Paepe em segmentos e depois  
23 os estratificou, deixando com três níveis no fundamental, quatro no médio e cinco no superior.  
24 Os números mostram que no segmento médio, dos 3.442 servidores, 3.097 estão no nível M1,  
25 inicial da carreira. No superior, dos 2.963 servidores, 2.528 estão no S1; no nível S2 do superior,  
26 são apenas 271 funcionários. A Universidade tem mais de 50 anos, portanto o número de  
27 funcionários não é pequeno, e o tempo na função é grande. Portanto, há algo de errado. Um  
28 desses motivos, que deve ser claro para todos, é a não conclusão da elevação dos pisos; já se  
29 referiu várias vezes a como se deu o desenho da proposta, o quanto foi feito e por que foi  
30 interrompido, e não repetirá aqui. Outro elemento é o IAC, que foi colocado em 2018. Haveria  
31 mais uns três fatores que poderia puxar do passado, que colaboram para que mesmo com um  
32 longo tempo de trabalho as pessoas estejam concentradas nos níveis iniciais da carreira. Na  
33 última campanha para sucessão à Reitoria, isso foi bastante abordado e foi chamado de  
34 achatamento. Se as pessoas estão achatadas, elas estão concentradas nos níveis iniciais da  
35 carreira, e que quando se monta a estrutura da carreira da forma como foi feita, com progressão  
36 apenas na vertical, onde se muda do nível 1 para o 2, está sendo desenhado um modelo para  
37 fazer o espalhamento, para tentar tirar um número grande de pessoas que estão concentradas no  
38 nível 1, passar para o 2, e assim sucessivamente. Entretanto, esse entendimento não é claro para  
39 muitas pessoas, e a Administração Central teve um discurso bastante tímido para dizer que era  
40 isso que foi combinado, que era isso que tentou ser feito. Agora em 2019, estabeleceu-se que a

1 avaliação se daria pelo relatório circunstanciado, e a avaliação desse relatório não era para fazer  
2 avaliação de desempenho, é uma outra coisa. Avaliação do relatório que se deu pelas comissões  
3 de avaliação passava por tentar identificar os GAPs, que é a diferença entre o enquadramento  
4 atual que o candidato tem e o que ele tentou demonstrar através da construção do relatório  
5 circunstanciado. A pessoa é nível 1 por conta desses elementos do passado, mas tenta  
6 demonstrar que deveria ser 2, e só pode ser 2 porque a progressão só se dá no nível  
7 imediatamente superior ao seu. Contemplando o conjunto das atividades que foram realizadas  
8 desde a última progressão ao ingresso na função, as pessoas detalhavam no seu relatório  
9 circunstanciado. Há aquelas que tenham contribuído para melhoria dos resultados da sua área  
10 de trabalho, da sua unidade ou órgão, de acordo com o que estava colocado no Anexo 3 da  
11 Deliberação CAD-A-009/18. Não sabe se essa confusão gerada foi tão grande assim, já que em  
12 todas as manifestações que se chama para falar desse assunto o número de manifestantes é  
13 pequeno, desde a tramitação. Acha que faltou o entendimento desses elementos que começou a  
14 abordar aqui. Não considera que avaliar relatório circunstanciado na Carreira Paepe seja  
15 adequado para toda a carreira, e já falou bastante disso durante a tramitação. São mais de 400  
16 funções, em três segmentos, fundamental, médio e superior, e o processo tratou de maneira  
17 idêntica com os que estão em função gratificada dos que não estão, e isso favorece quem está  
18 em função gratificada na medida em que no relatório constava a questão do conhecimento  
19 sistêmico, do grau de autonomia e das competências essenciais. Se a pessoa está em uma função  
20 gratificada e elenca em seu relatório quais são as atribuições relativas àquele cargo, e é avaliada  
21 da mesma forma que uma outra pessoa que não está em cargo, isso favorece, e a realidade  
22 mostra. Mas acha que basta ajustar o Anexo 3, fazendo uma diferenciação para quem está em  
23 função gratificada, por exemplo acrescentando um item “capacidade de gestão”, o que deixaria  
24 mais equilibrado. Quanto ao Anexo 3, que mostrava a estratificação, ele não tinha métrica,  
25 portanto não tinha parâmetro de mensuração, e no final do processo, qualquer que seja o  
26 instrumento utilizado, é preciso ranquear as pessoas, e para isso é necessário parâmetro para  
27 mensuração, atribuir os pontos que sempre foram bastante criticados. Portanto, se não havia, as  
28 comissões locais tiveram de criar os seus parâmetros de mensuração para conseguir estabelecer  
29 o ranqueamento. Diante desses pontos, que acha que devem ser rediscutidos para o ano que  
30 vem, a primeira ação que deve ser feita é mostrar os números para a comunidade. Na CIDEF,  
31 solicitou que o professor Francisco fizesse um relatório apontando, dentre os que concorreram  
32 – porque sabem que o número que não é pequeno nem concorreu, sequer apresentou seu  
33 relatório –, qual era o nível dele, para que nível ele foi, e estabelecer a separação das pessoas  
34 com e sem GR. Acha que o número vai mostrar basicamente o que colocou agora, mas a maior  
35 parte do que vão encontrar, nos cerca de 700 que serão contemplados, é um número grande de  
36 pessoas que eram do nível 1 e mudaram para o 2, até pela grande concentração nos níveis  
37 iniciais. Quanto à comparação de gratificados e não gratificados, acha que o número de não  
38 gratificados vai ficar um pouco menor. O tempo médio na função desses que mudaram de nível  
39 não deve ser pequeno, mas só o relatório poderá mostrar isso. Devem discutir se será mantido  
40 ou não o Anexo 3, com ou sem métrica, e considera que não é de todo ruim deixar sem métrica,

1 para que as comissões locais estabeleçam as métricas. Acredita que o erro tenha sido não  
2 informar antes à comunidade qual seria o parâmetro de mensuração e como ela se daria. Pensa  
3 que com essa informação poderiam ter evitado metade dos problemas. Bastaria antecipar o  
4 cronograma e esticar os prazos, para dar um tempo maior nessa fase, se resolver que vai deixar  
5 sem métrica, e que cada comissão vai trabalhar a sua. Em relação a haver interstício ou não  
6 durante a tramitação, no começo era contrário a ele, depois foi mudando de ideia e agora vai  
7 mudar de novo, até porque sabiam que só teriam clareza depois da primeira rodada. Um  
8 elemento importante que determina se haverá ou não o interstício é o volume de recursos. Se  
9 tivessem um volume de recurso que, por exemplo, contemplasse 30% do quadro, acha que não  
10 deveria haver interstício. Isso tem de ser discutido, mas a realidade mostrou que os  
11 contemplados serão em torno de 10%, não vai chegar a 700 pessoas, de modo que não sabe  
12 ainda qual é o volume de recurso que será estabelecido na proposta orçamentária do ano que  
13 vem. Se for próximo do que foi estabelecido em 2019, no ano que vem conseguirão contemplar  
14 em torno de 10% do quadro novamente, que é um número pequeno. Se essas 700 pessoas  
15 conseguiram demonstrar mérito, por isso foram contempladas agora, e no ano que vem não haja  
16 interstício, com o volume de recurso existente vai pegar de novo 10%. Essas 700 pessoas que  
17 demonstraram mérito agora não vão piorar no ano que vem, elas vão conseguir demonstrar  
18 mérito de novo. Se fosse um volume muito maior de recursos, até acha que o raciocínio seria o  
19 contrário. De todo modo, são esses elementos que têm de ser discutidos. Devem arrumar o  
20 Anexo 3, tratar de maneira diferenciada quem é chefia de não chefia, rever os elementos que  
21 estão colocados no Anexo 3 para o nível médio, pois não é adequado exigir conhecimento  
22 sistêmico da organização em grau de autonomia para nível médio, já que em boa parte essas  
23 pessoas ficam limitadas a fazer seu trabalho. A proposta é fazer o espalhamento e as pessoas  
24 estão concentradas aos milhares nos níveis iniciais da carreira; conseguiram mudar 700 pessoas  
25 de nível neste ano, e que no ano que vem mudem 700 pessoas diferentes, porque há certamente  
26 essa quantidade de pessoas com mérito para mudar de nível. O Conselheiro MARCO  
27 AURÉLIO ZEZZI informa que em decreto publicado no Diário Oficial de São Paulo no dia 11  
28 de outubro de 2019, o governador João Dória nomeou o professor Ronaldo Pilli, do Instituto de  
29 Química, para o cargo de vice-presidente da Fapesp, em vaga decorrente do término do mandato  
30 do professor Eduardo Krieger. O professor Pilli já era membro do conselho superior da Fapesp,  
31 agora se torna vice-presidente da agência. Deseja muito sucesso nessa nova fase de sua carreira  
32 e destaca que é muito gratificante para toda a comunidade da Unicamp e do IQ ter o professor  
33 Pilli nesse cargo. Informa também que recentemente o Instituto de Química recebeu acreditação  
34 pela Royal Society of Chemistry, o que significa que os diplomas dos cursos de bacharelado e  
35 tecnológicas em Química são reconhecidos pela Royal Society of Chemistry, no Reino Unido.  
36 Isso vem ao encontro da questão da internacionalização, bastante importante para a  
37 comunidade, portanto felicita a comunidade do IQ pelo esforço em receber a comitiva que veio  
38 da Royal Society, passou alguns dias no Instituto, e é uma notícia bastante bem-vinda para toda  
39 a comunidade. Faz eco aos colegas das universidades federais, que trabalham em laboratórios  
40 químicos, sobre a insatisfação com as declarações intempestivas do Ministro da Educação de



1 que há várias universidades que produzem dentro dessas instalações drogas, como  
2 metanfetamina. O Instituto de Química, desde a sua concepção, trabalha no sentido de coibir  
3 qualquer tipo de fraude, qualquer produção de drogas etc. Um exemplo de sua atuação é no  
4 controle de qualidade de combustível junto a órgãos como a Agência Nacional de Petróleo,  
5 Secretaria da Fazenda. Durante 20 anos o Instituto trabalhou junto à Receita Federal realizando  
6 análises físico-químicas e classificação de produtos no porto de Santos e em outros portos.  
7 Estão trabalhando junto com o Exército na questão dos reagentes controlados dentro da  
8 Universidade, e recentemente estão auxiliando a Receita Federal na caracterização de drogas  
9 no Aeroporto de Viracopos. Então é justamente o contrário daquilo que foi comentado pelo  
10 Ministro da Educação, por isso o IQ faz coro com os colegas das universidades federais. O  
11 Conselheiro LEANDRO CAMARGO DE OLIVEIRA diz que faz hoje sua despedida como  
12 representante discente. Primeiramente agradece a todos que votaram nele no ano de 2018 e  
13 também neste ano, foram 596 estudantes que depositaram a sua confiança em um programa  
14 apresentado pela chapa que encampava, a chapa Lula Livre. Agradece à sua família, seu pai e  
15 sua mãe, que sempre investiram muito em sua educação, sempre colocaram a universidade  
16 pública como um norte na sua vida. Se não fosse por eles, não estaria hoje na Unicamp.  
17 Especialmente hoje, que é aniversário do seu pai, que é professor e lhe deu aula na escola  
18 também, dedica todas as conquistas discentes de sua vida para ele, a quem ama muito. Hoje  
19 também faz três anos que se filiou ao Partido dos Trabalhadores, onde encontrou um eco  
20 político muito importante para sua vida, e um partido que resolveu assumir no programa do ano  
21 passado, quando foi eleito representante discente, um programa de um legado dos últimos anos  
22 na educação brasileira muito grande, sempre defendendo uma educação de cunho democrático,  
23 popular, gratuito, de qualidade, com diversos programas como Prouni e Fies para as  
24 universidades privadas, a reestruturação nas universidades federais e o dobro de vagas que  
25 foram criadas, a instituição das cotas, a reformulação do Enem, todo um arcabouço de políticas  
26 públicas que propiciou que muitas pessoas, inclusive ele, pudessem sonhar em um dia estar em  
27 uma universidade pública. Não é à toa que, pela primeira vez, o número de negros e negras nas  
28 universidades federais atingiu a maioria. É todo um escopo de uma luta anterior desses  
29 movimentos, e também dessas políticas públicas feitas pelo Partido dos Trabalhadores. Destaca  
30 a importância da autonomia universitária nessas políticas, porque sempre foram nomeados os  
31 primeiros colocados nas eleições para reitor das universidades federais, sempre foram  
32 valorizados os conselhos. Na Unicamp este ano houve uma luta muito importante em defesa  
33 dessa autonomia, em defesa da educação pública gratuita e de qualidade, por parte de todas as  
34 bancadas – estudantil, dos servidores, dos docentes – e da própria Reitoria. Em um ano em que,  
35 como já foi dito aqui, há no Ministério da Educação um verdadeiro projeto de desmonte, que  
36 acha que plantam maconha dentro da universidade, uma mentira deslavada e uma  
37 desqualificação que não faz jus a todo o arcabouço de qualidades que a universidade pública  
38 tem. E também um Ministério da Educação e um governo que atacam a educação básica, assim  
39 como incentivam a introdução das escolas militares; também não tem feito o debate sobre a  
40 renovação do Fundeb, que é o fundo da básica brasileira e que financia todo o escopo da

1 educação pública do país. Em relação à Reitoria, tiveram diversos momentos neste ano juntos  
2 em defesa da Universidade, mas também diversos momentos de atrito, seja na política de *lato*  
3 *sensu*, seja na política de inovação, seja na questão do salário dos professores. Mas o importante  
4 é que em alguns momentos conseguiram se unir e pontuar essas críticas sem causar maiores  
5 atritos. Mas também uma contradição, que já foi apontada pelos conselheiros Diego e Iuriatan,  
6 no sentido de que a defesa da autonomia universitária passa por garantir que todos os atores da  
7 comunidade acadêmica tenham voz e vez, e isso infelizmente não aconteceu com o servidor  
8 Sidney, cuja recontratação é sim uma questão de defesa da autonomia universitária, e é um  
9 apelo que deixa a todos os diretores que fazem parte do conselho da Funcamp, que pensem  
10 nisso com muito carinho. Sobre as cantinas, da última vez que perguntou foi informado que  
11 existia um GT para tratar do assunto, contando talvez com uma ampliação da feira de  
12 alimentação, a ideia da praça de alimentação e das renovações de licitação. Pergunta como está  
13 o andamento disso. Também solicita, como já fez diversas vezes este ano, que a Reitoria se  
14 manifeste sobre o que achou do relatório final da CPI e como ocorreu esse processo final da  
15 CPI das universidades. O Professor WAGNER DE MELO ROMÃO reforça o convite já feito  
16 pela professora Dirce a respeito desse debate sobre as escolas cívico militares. Infelizmente, é  
17 provável que tenham em Campinas dessas escolas. Reforça o convite para o debate e para as  
18 duas mesas que vão ocorrer na ADunicamp no dia 2 de dezembro. Reforça ainda a solicitação  
19 extremamente oportuna da moção feita pelo conselheiro Iuriatan, a quem parabeniza pela  
20 iniciativa. Está havendo neste momento um ato em frente à Assembleia Legislativa, alguns  
21 colegas funcionários e docentes estão lá presentes, assim como as entidades do Fórum das Seis,  
22 os companheiros e companheiras da Apeoesp, e de outras categorias do funcionalismo público  
23 do estado de São Paulo. Os dois projetos enviados pelo governo Dória para a Assembleia  
24 Legislativa, nesse regime de urgência urgentíssima, conseguem ainda ser piores do que aquela  
25 que já foi aprovada pelo governo federal no Congresso Nacional. Além disso, a própria  
26 categoria dos docentes da rede estadual, da educação básica portanto, ainda está sofrendo um  
27 ataque feroz contra a sua própria carreira, porque devem perder uma série de itens da sua  
28 carreira, como gratificações, quinquênio, sexta parte, e precisam ficar muito atentos, porque  
29 isso não é algo que vai acontecer na rede estadual e vai parar. Às vezes ficam aqui na  
30 Universidade como se estivessem a salvo de uma série de derrotas que vêm sendo infligidas  
31 contra o funcionalismo público do Brasil, mas como lembrou o conselheiro Iuriatan, se não  
32 derrotarem esse projeto, já terão descontos no próximo ano, vão demorar muito mais tempo  
33 para se aposentar e assim por diante. Sobre o caso do funcionário Sidney Silva, considera muito  
34 importante que a Unicamp e o Conselho Universitário compreendam que não é possível  
35 considerar a Funcamp como algo externo à Universidade. Para determinados assuntos a  
36 Funcamp é uma coisa interna, para outros assuntos é uma coisa externa. Também já foi  
37 mencionada a questão dos 330 terceirizados, para a qual acredita que a Universidade está em  
38 busca de uma solução para que eles permaneçam. Na histórica assembleia universitária que  
39 ocorreu no dia 15 de outubro, houve a manifestação do senhor Sidney na defesa exatamente da  
40 sua categoria. Sabem que os terceirizados na prática não têm direito à sua organização sindical,

1 e o Sidney ali vocalizou exatamente essa questão dos 330 ameaçados de demissão, e foi  
2 demitido no dia 18. Uma demissão por justa causa, uma demissão sem processo administrativo  
3 disciplinar, sem garantia da ampla defesa e do devido processo legal. A ADunicamp pôde  
4 participar, no dia 21, de um ato em frente à Funcamp, uma reunião com o professor Miranda,  
5 diretor executivo da Funcamp. No dia 4 estiveram conversando com a Reitoria, com outras  
6 entidades, com o professor Gontijo, professor Francisco, e no dia 6 de novembro encaminharam  
7 à Funcamp e à Coordenadoria Geral da Universidade, que preside o conselho curador da  
8 Funcamp, um recurso contra a demissão do servidor Sidney e em vista da sua readmissão. O  
9 conselho curador da Funcamp tem na sua composição os pró-reitores e pró-reitoras e os  
10 diretores e diretoras das unidades, e entre suas competências está deliberar, em grau de recurso,  
11 sobre atos da diretoria executiva da Funcamp. Não tiveram nenhuma resposta ao ofício, mas  
12 querem crer que isso estará na pauta da próxima reunião do conselho curador, em dezembro.  
13 Conclama aos diretores, diretoras, pró-reitores e pró-reitoras, e à Coordenadoria Geral da  
14 Universidade que revertam essa injustiça. Se por acaso o senhor Sidney cometeu alguma falta,  
15 parece-lhes que a penalização com a sua exclusão dos quadros da Funcamp é absolutamente  
16 desproporcional e macula todo um processo de construção extremamente bonito, que foi a  
17 construção da assembleia universitária no dia 15 de outubro. Esperam que esse pleito seja  
18 acolhido, porque não é só um pleito da ADunicamp, é um pleito do STU, do DCE, da APG, e  
19 tem certeza de que também de uma série de colegas que estão presentes neste Conselho. O  
20 Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA diz que durante a negociação da campanha salarial, o  
21 Cruesp propôs uma comissão de política salarial. Já houve duas reuniões, uma em setembro e  
22 a outra em outubro, e têm avançado para uma discussão de política salarial em relação à data-  
23 base para tentar ter um norte de uma política, acho que é de comum acordo com a posição do  
24 presidente do Cruesp, professor Marcelo, que manifestou essa intenção, inclusive acha que é  
25 positivo nesse aspecto. Um ponto polêmico que está colocado no momento é a questão de que  
26 não haja mais perda salarial; desde 2015, existe uma perda reconhecida, significativa, do  
27 salário, e a intenção é não deixar que o poder aquisitivo continue caindo. Outra reunião deve  
28 ser agendada para o final de novembro. Em relação à arrecadação, há um fato novo, que é o  
29 programa de parcelamento de dívidas feito pelo governo do estado, com previsão de arrecadar  
30 R\$650 milhões no pagamento à vista e R\$3,1 bilhões no pagamento parcelado. Diante desse  
31 fato novo, na última reunião do Fórum das Seis propuseram uma reunião do Cruesp, pelo menos  
32 em janeiro, já que o programa vai de 7 de novembro a 15 de dezembro, e o pagamento da  
33 primeira parcela é até dia 20 de dezembro. Isso significa que pode entrar algum recurso extra,  
34 não previsto, se não este ano no início do ano que vem, porque se o pagamento vai ser feito até  
35 dezembro, não sabe de que forma a Secretaria da Fazenda vai transferir esse recurso da parte  
36 que cabe à Universidade. Então, o Fórum das Seis vai propor essa reunião com o Cruesp, para  
37 que haja uma negociação. Em relação à própria arrecadação, setembro iniciou uma pequena  
38 recuperação, um crescimento nominal de 5,64% sobre setembro do ano passado. Outubro foi  
39 5,82%, então está havendo um pequeno acréscimo na arrecadação. Não sabe se atingirão aquela  
40 previsão inicial da Secretaria da Fazenda, que era crescer 8% em relação ao ano passado, que

1 era R\$108,2 sobre R\$100,5 bilhões. O crescimento até outubro está com 5,31%, então  
2 provavelmente não atingirão a previsão da Secretaria da Fazenda, mas havendo esse recurso  
3 novo, há essa tentativa de uma busca de uma política salarial, algum acréscimo, para contemplar  
4 pelo menos a inflação do período, visto que tiveram na última data-base 2,2%. A inflação  
5 durante o ano, pela Fipe, está 2,5%, então não cobre sequer a inflação do que vai acontecer até  
6 o final do ano. Além disso, sobre a discussão com o governo do estado, é interessante colocarem  
7 a falta de investimento da Universidade. Na discussão sobre a política de inovação feita aqui  
8 hoje, apareceu o dado dos R\$8 bilhões de faturamento das empresas filhas da Unicamp. Com  
9 os 34% de impostos, que representam a carga tributária do Brasil, o estado recebeu ao longo do  
10 ano mais do que ele repassa para a Universidade. Não há o reconhecimento por parte do governo  
11 do estado, já que na CPI viram que eles não quiseram nem ouvir falar em mais nenhum centavo  
12 às universidades. No final do relatório da CPI, vários deputados que tentam manchar a imagem  
13 da Universidade com declarações como a do Ministro da Educação foram enfáticos nesse  
14 sentido. Acha que a Universidade tem de fazer a contrapropaganda em relação a isso, inclusive  
15 com várias pesquisas que podem gerar esse apelo popular, como uma da USP de Ribeirão Preto  
16 relativa ao câncer. Se houver uma ação de alavancar uma pesquisa daquele potencial, e ampliar  
17 para a sociedade paulista e brasileira, certamente conseguirão contrapor essa ideia que tenta  
18 manchar a imagem da Universidade no senso comum, com afirmações que não refletem a  
19 verdade, mas que têm uma capacidade, por conta das redes sociais, de colocar as pessoas contra  
20 a universidade pública. Em relação tanto à questão salarial quanto da defesa da Universidade,  
21 foi importante a realização da assembleia universitária, e como conselheiro e também membro  
22 do sindicato, participou da discussão da readmissão do servidor Sidney. O professor Miranda  
23 mostrou-se irredutível nas duas reuniões com as entidades. Acha que ele não possibilitou o  
24 direito da defesa, portanto o conselho curador pode alterar essa questão, porque com as  
25 entidades ele disse que foi tomada essa decisão em função de parte da fala do funcionário na  
26 assembleia universitária. É importante a reversão dessa demissão, ou no mínimo que se conceda  
27 o amplo direito de defesa. Em relação ao contrato da Funcamp do setor de nutrição, fizeram  
28 uma reunião com os professores Gontijo e Francisco e foi informado que houve prorrogação do  
29 contrato por um ano, até que se realize a licitação. O professor Miranda, nas duas reuniões,  
30 manifestou interesse em estar participando da licitação, e para isso precisaria haver por parte  
31 da administração e da Funcamp uma discussão em torno da construção do edital. As entidades  
32 propuseram-se a ajudar nessa discussão no sentido da manutenção dos empregos desses  
33 trabalhadores. Portanto, nesse aspecto, houve um avanço na reunião da reitoria com as  
34 entidades, com a prorrogação do contrato, e esperam que isso evolua, podendo a Funcamp  
35 participar dessa discussão do edital. No que diz respeito à carreira, o sindicato já na época da  
36 votação da Deliberação CAD-A-009/2018 convocou uma paralisação porque já eram contrários  
37 a essa carreira, e porque o sindicato não foi convidado em momento nenhum para a discussão  
38 referente a ela. Os representantes que estavam na CIDF representavam as unidades, não o  
39 sindicato. O sindicato tem uma proposta de carreira que já foi implementada em vários locais,  
40 inclusive no município de Campinas em 2004, mas que depois foi sendo desconstruída. Então,

1 o sindicato tem um projeto completo. Na reunião, o professor Francisco admitiu os problemas  
2 com essa nova carreira, e quando foi aprovada, disseram que não era nova, era um remendo da  
3 outra. Se fosse nova, deveria haver um enquadramento e as pessoas não migrariam para essa  
4 nova carreira, elas teriam o direito de opção, o que foi apontado pelo sindicato já na discussão  
5 em 2018. Não foi permitida essa migração por opção, todos foram migrados, inclusive cerca de  
6 500 servidores foram rebaixados de segmento, e vários casos não tiveram respondidos até agora  
7 os recursos, como alguns do Instituto de Artes que desde 10 de setembro têm protocolos sem  
8 resposta. Uma série de funcionários que eram excelentes hoje estão desanimados, pois essa  
9 carreira criou uma desmotivação sem precedentes nos servidores. Em muitas festas de final de  
10 ano, não haverá participação de funcionários, que estão descontentes com o processo.  
11 Provavelmente não era esse o objetivo que a Reitoria queria atingir. Uma carreira tem de  
12 motivar as pessoas e não criar essa desmotivação; chegou ao ponto de vários servidores  
13 adoecerem em diversas unidades com problemas na avaliação. Até a DGRH, que deveria ser o  
14 exemplo, foi rejeitada pela instância superior. Há uma falta de critérios objetivos e inclusive o  
15 sindicato apontou ilegalidades que a carreira cometeu e estão acompanhando todo esse  
16 processo. A posição do sindicato na primeira assembleia foi pela suspensão do processo. Ao  
17 contrário do que o conselheiro Adilton mencionou, na reunião do sindicato havia mais de 20  
18 CSAs presentes, que relataram diversos problemas, e duas CSAs que defenderam o processo.  
19 Por conta de essas CSAs terem defendido o processo, propôs uma nova assembleia para que  
20 essas pessoas que estavam defendendo o processo pudessem defender a manutenção do  
21 processo. Fizeram uma nova assembleia, que manteve essa posição de suspensão de anulação  
22 do processo e distribuição da maneira que o conselheiro Diego colocou aqui, distribuindo nos  
23 pisos, o que atingiria cerca de 5.200 funcionários. Essa quantidade de recurso não é pequena, e  
24 se fosse aplicado o mesmo percentual que foi aplicado no IAC, de evolução de 5% do salário  
25 de cada um, atingiria cerca de 3.500 funcionários, o dobro da quantidade de contemplados no  
26 IAC. Se aplicassem 5% no máximo no salto da progressão, atingiriam cerca de 50% do quadro.  
27 É claro que com o processo concluído, isso gerou expectativa naqueles servidores que estão  
28 contemplados, por isso a dificuldade de reversão é muito grande. Mas é preciso haver um  
29 calendário para discutir o projeto que o sindicato tem de carreira. Considera importante que  
30 discutam esse projeto e que tenham uma carreira que estimule os trabalhadores da Universidade,  
31 e não que não desestimule, que é o que está acontecendo com esse processo que acabou de ser  
32 concluído. Em relação à reforma da previdência, defende a moção apresentada pelo conselheiro  
33 Iuriatan, pois é importante que todos os que tiverem contato com deputados estaduais se  
34 manifestem em relação a isso. Outro assunto é que este ano, segundo o senhor Gilmar, da  
35 DGRH, houve 460 servidores que aposentaram, e com isso uma economia em relação ao  
36 pagamento do auxílio-alimentação. Este ano, na data-base, não houve reajuste do valor do  
37 auxílio, e acha que essa é uma questão que também poderia ser levada em consideração, vendo  
38 o que foi economizado ao longo do ano. Na data-base, discutiram a questão do fretado dos  
39 plantões, foi feito um acordo com a Reitoria, mas já está na PG há cinco meses e ainda não foi  
40 implementado o pagamento pelos plantonistas por plantão, que é o que foi acordado. Chegaram

1 a conversar com o professor Gontijo, que ficou de fazer uma reunião em relação a isso. É  
2 importante dar encaminhamento, porque foi uma questão que foi negociada, e foi o único item  
3 da pauta específica que tinha peso econômico. Observa também que chegou uma demanda ao  
4 sindicato de que a linha 66, de Mogi Mirim para cá, vai ser extinta no ano que vem. A alegação  
5 é de que fracassou a licitação, mas pela lei 8.666, se a licitação fracassar três vezes, pode ser  
6 feita contratação direta. O sindicato encaminhou um ofício solicitando que essa linha continue,  
7 inclusive porque um dos usuários é um funcionário deficiente físico. O Conselheiro ANTÔNIO  
8 JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES diz que foi colocada na pauta do expediente o assunto dos  
9 cursos *lato sensu*. Houve preliminarmente algumas reuniões da bancada docente, imagina que  
10 com vários outros membros do Consu, e uma sugestão foi de que esse tópico não entrasse  
11 diretamente para discussão no Conselho Universitário. Acha que esse procedimento talvez  
12 tenha a virtude de permitir que o assunto amadureça mais nas unidades. É uma discussão  
13 importante que os diretores e representantes façam em suas unidades. Um tópico bastante  
14 importante é relativo à cobrança, e dentro da Universidade há uma perspectiva bastante variada  
15 em relação a isso, inclusive em função das experiências de cada local. Por exemplo, esteve  
16 envolvido na FEA nos cursos de extensão e há alguma similaridade desses cursos com os cursos  
17 de especialização. Acabam fornecendo esses cursos para tipos variados de pessoas, há o que  
18 chamam de extensão social, que está vinculada à pequena propriedade, aos assentamentos, aos  
19 pequenos empreendimentos, e há os cursos que às vezes são fornecidos para empresas, para  
20 escolas particulares, para fundações, e às vezes para indivíduos que têm parte desses custos  
21 pagos pelas empresas. Então acha importante que discutam e que o conjunto das áreas notem  
22 que há essa diversidade, e que a questão da cobrança está vinculada ao tipo de público que  
23 recebe essa formação. Essa discussão é importante inclusive para que cada unidade consiga  
24 olhar o problema não só a partir da sua ótica, mas também das outras áreas da Universidade.  
25 Uma segunda questão que lhe parece relevante no assunto, e que deveria ser um ponto  
26 importante de discussão, é que se trataria nessa nova versão de cursos de pós-graduação. Então  
27 quem deve estar responsável por isso, tanto do ponto de vista da gestão acadêmica como da  
28 gestão financeira, é a estrutura da pós-graduação. Na proposta atual, existe um  
29 compartilhamento disso, para o qual não vê necessidade. Isso inclusive poderia permitir a  
30 reversão de recursos eventualmente arrecadados para isso para a própria estrutura de pós-  
31 graduação. Portanto, considera que foi positivo colocar isso no Expediente, e acha que existem  
32 alguns tópicos que permitiriam montar uma estrutura que contemplasse mais a diversidade de  
33 opiniões que existem na Universidade. O MAGNÍFICO REITOR diz que se esqueceu de  
34 mencionar, isso consta no Expediente, mas essa questão foi discutida e retirada de pauta, e é  
35 importante essa discussão no âmbito das unidades. Nessa discussão, falta uma questão que é  
36 muito clara para a Administração: a Reitoria não possui posicionamento, ao contrário do que  
37 dizem manifestações colocadas na rede, a favor ou contra a cobrança. A preocupação é acertar  
38 uma questão equivocada dentro da Universidade, que é o fato de denominar cursos de extensão  
39 como cursos de especialização. Na realidade, eles não são cursos de especialização. A  
40 Administração não deseja influenciar nessa questão, ela considera que a proposta colocada é

1 boa e interessante. Mas vai sugerir chamar curso de extensão de “extensão”, curso de  
2 especialização de “especialização”, como rege a lei. E os cursos de especialização têm de estar  
3 colocados na pós-graduação, passar por diversas instâncias, ter certos critérios de qualidade  
4 atestados pela Universidade. Nessa discussão que será feita nas unidades, precisa estar muito  
5 clara essa questão. O Conselheiro LUCAS MARQUES DE ALMEIDA reforça o tema da  
6 iminente demissão dos trabalhadores da alimentação da Funcamp, como as pessoas que o  
7 antecederam já colocaram muito bem. Reafirma a posição em defesa dos empregos desses  
8 trabalhadores, e da possibilidade que a própria Unicamp têm de formular um edital que garanta  
9 isso. Isso já aconteceu em outros casos, então é possível garantir. Sobre o tema do funcionário  
10 Sidney, em específico, é importante um elemento que não foi apresentado aqui, que é o fato de  
11 que ele foi eleito para a Cipa, que é a comissão de saúde e segurança no trabalho. Então, além  
12 da perseguição política, trata-se da demissão sumária de um trabalhador da Cipa. Destaca a  
13 gravidade desse tema e faz um apelo para os membros do conselho curador da Funcamp  
14 presentes aqui, que pensem com muita seriedade a respeito do recurso que foi apresentado pelo  
15 advogado do senhor Sidney, para ser avaliado na próxima reunião. Considera um tema de suma  
16 importância, levando-se em conta a hostilidade em termos de ameaça à legalidade democrática  
17 colocada hoje. Sobre isso, também seria importante haver uma manifestação deste Conselho a  
18 respeito de uma recente declaração no mínimo indecorosa do ministro da economia, Paulo  
19 Guedes, sobre a possibilidade de edição de um novo AI-5, e uma manifestação semelhante foi  
20 feita já anteriormente pelo filho do presidente, Eduardo Bolsonaro, em um contexto não muito  
21 diferente. Portanto, seria importante ter uma posição da Universidade a respeito de um ataque  
22 tão grave, que afetou tão fortemente as universidades públicas no Brasil, os movimentos de  
23 trabalhadores, estudantes e docentes das universidades, enfim, coibindo de fato a produção de  
24 conhecimento, de livre pensamento, uma ameaça gravíssima que está colocada no Brasil hoje  
25 com a escalada desse discurso autoritário. O MAGNÍFICO REITOR passa a palavra aos pró-  
26 reitores. A Conselheira NANCY LOPES GARCIA diz que sua fala vai na mesma linha da do  
27 professor Antonio Meirelles. Estenderam as discussões sobre a mudança no regimento da pós-  
28 graduação, e volta a colocar-se à disposição dos diretores para ir às unidades e discutir. Em  
29 algumas unidades, participou das reuniões de congregação, está aberta para discutir com os  
30 docentes, discentes e funcionários que quiserem debater o assunto. Basta enviar um e-mail. Nas  
31 últimas discussões, principalmente nessa última semana, tem havido uma confusão de vários  
32 assuntos por causa da mudança no regimento. Essa mudança possui apenas dois pontos: a partir  
33 da decisão do STF, permitiriam a cobrança dos cursos *lato sensu*, e basicamente a mudança da  
34 composição do corpo docente para esses cursos. Se isso não for aprovado, não há por que  
35 discutir outros assuntos; se for, existem vários outros pontos, assim como na política de  
36 inovação, que tem de ser regulamentados. Estão criando um cronograma para que essas outras  
37 discussões possam ser feitas. Por exemplo, o que acarretaria a decisão da mudança do regimento  
38 da pós-graduação nas regras do RDIDP, e o que mudaria, por exemplo, no regimento da  
39 extensão. Entrando esse assunto no Consu de março, colocarão os outros pontos paulatinamente  
40 nas próximas reuniões do Consu. Informa que há duas semanas esteve na reunião do Fórum de

1 Pró-Reitores de Pós-Graduação, que ocorreu no Rio de Janeiro, e um assunto bastante pautado  
2 foi a nova ficha de avaliação. Haverá uma reunião com os coordenadores de pós-graduação no  
3 dia 11 de dezembro para que possam ter um diagnóstico do que é necessário para que façam  
4 bem o preenchimento da plataforma Sucupira dentro dessa nova ideia da avaliação. Há várias  
5 discussões, que vão acarretar talvez em treinamento de funcionários das secretarias e outras  
6 ações desse tipo. O Conselheiro FERNANDO AUGUSTO DE ALMEIDA HASHIMOTO  
7 agradece o envolvimento dos diretores e representantes do Consu em várias reuniões que  
8 fizeram a respeito da mudança do *lato sensu*, que é uma mudança na pós-graduação, mas que  
9 na Unicamp rebate claramente na extensão e na política de extensão que tem sido adotada há  
10 muito tempo na Universidade. Essa saída de colocar no Expediente, dando mais tempo para  
11 discussão na Universidade, possibilitará que tenham uma proposta mais aprimorada, com  
12 certeza, em março. Mas ficou evidente que é necessário limpar um pouco essas discussões,  
13 especificamente da mudança do *lato sensu*, que são aquelas que estão correlatas, ou seja, em  
14 relação à CPDI, o que vai envolver isso no regimento da extensão. Estabeleceram que passem  
15 até maio todas as alterações; passando ou não passando a mudança do *lato sensu* sobre a  
16 possibilidade de cobrança em alguns cursos que as unidades queiram, essa alteração rebate de  
17 qualquer maneira nos cursos de extensão. Então, serão feitas discussões separadas, logo na  
18 sequência dessa decisão, para ficar mais claro o assunto. Muitos docentes têm perguntado dos  
19 dados, e estão à disposição para fornecê-los, pois apesar de serem públicos é difícil encontrar  
20 nos sites. Estão também fazendo um esforço muito grande de visitar todas as unidades. Em  
21 seguida, informa que a Diretoria de Cultura está com dois programas muito interessantes e  
22 ambiciosos, do ponto de vista do que representa essa política de cultura aprovada na  
23 Universidade: “Otras Latinoaméricas”, que começou ontem, no qual terão a visita de oito  
24 artistas da Colômbia, e no site da ProEC é possível ver a riqueza das atividades culturais que  
25 eles trarão para a Universidade. Esse programa estende-se até abril de 2021, até o final da  
26 gestão, e todos os meses receberão um representante de uma etnia de algum país. Um dos  
27 objetivos é trazer esses saberes que não estão consagrados na academia para o ambiente  
28 acadêmico. Da mesma maneira que o Brasil possui várias etnias, esses países também têm, e  
29 estão focados claramente na política cultural que o Consu aprovou em relação à diversidade. O  
30 programa está baseado em duas linhas, os afroamericanos, que são esses primeiros que vêm da  
31 Colômbia, e uma linha que vai tratar de etnias indígenas de alguns países. Primeiramente  
32 buscaram um caminho pelas embaixadas e depois viram que era interessante construir a relação  
33 academicamente também. Na Colômbia, procuraram pesquisadores da Universidade de  
34 Antioquia, que têm relação com a cultura, e ao mesmo tempo construíram um caminho  
35 acadêmico para ser pavimentado daqui para frente, de intercâmbio em pesquisas  
36 especificamente que tratam da cultura. Esse projeto foi caminhando de uma maneira que  
37 integrasse outros projetos, como o edital de artistas residentes via Santander, que é muito  
38 interessante e convida todos a olharem e divulgarem. Políticas estavam sendo feitas no  
39 Observatório Latino-Americano, a Deri também tem participado e foi muito importante  
40 estrategicamente para fazer o contato com essas universidades da América Latina, assim como



1 a Secretaria de Direitos Humanos, todas elas que tinham ações conjuntas a Diretoria de Cultura  
2 conseguiram congregar e fazer com que o projeto se espalhasse de maneira mais uniforme na  
3 Universidade, ou seja, não replicar ações, e sim somar ações a esse projeto. Convida todos a  
4 participarem, estimularem, divulgarem. Ainda não está havendo tanta replicação a partir das  
5 secretarias e diretorias das unidades, mas é uma oportunidade especial, neste momento em que  
6 possuem um ataque a todo tipo de manifestação artística, uma repressão cultural imensa, de  
7 melhorar esse ambiente, que na Unicamp não está sendo fácil. Possuem um ambiente  
8 profissional, de trabalho laboral difícil, e acha que a cultura, como meio transversal, assim como  
9 a extensão, é um dos caminhos para terem um ambiente um pouco melhor. Outro projeto é o  
10 “Funciona Cultura”, que desde o início da gestão buscavam como realizar. Ele se inicia dia 17  
11 de dezembro, e todos os diretores e representantes dos órgãos receberam convite para um café  
12 da manhã, às 8h30, no Centro de Convenções. Solicita aos diretores que não puderem ir, que  
13 enviem diretor associado, ou o ATU, porque se trata de um projeto especificamente para  
14 funcionários. Sua visão pessoal é de que o ambiente laboral desse setor na Universidade é o  
15 pior, e acha que a cultura cumpre um papel importante na melhoria do ambiente. Uniram  
16 esforços, e esse projeto tem apoio do GGBS. Tentaram incorporar os funcionários da Funcamp,  
17 não foi possível, mas ele é um projeto aberto também para esses funcionários. Seguirá até abril  
18 de 2021, e é um projeto muito ambicioso. Dividiram uma série de atividades por eixos, que  
19 entenderam que seriam representativos, áreas de manifestação cultural, que vai desde artes  
20 visuais, cinema, literatura, teatro, música, dança, culinária, artesanato, utilizando tanto o que  
21 acontece já entre os funcionários, a produção artística cultural que eles têm, como também  
22 promover oficinas e estimular que essa produção seja percorrida pela Universidade. Ela vai ser  
23 fomentada interunidades, procurando levar funcionários de uma unidade para outra, para que  
24 tenham contato com outro ambiente de trabalho, conheçam uma outra situação de trabalho que  
25 talvez não conheçam. Serão 236 oficinas oferecidas ao longo de um ano, ou seja, é um projeto  
26 do tamanho de um projeto de cidade. É um projeto que talvez Campinas nunca tenha tido, mas  
27 outras cidades têm, como Curitiba e outras um pouco maiores do que Campinas. É desse nível,  
28 e tem uma complexidade muito grande de execução; para o sucesso desse evento, é necessária  
29 a participação dos diretores e dos supervisores de seção ligados diretamente aos funcionários.  
30 Todas as atividades serão feitas no horário de trabalho, no ambiente de trabalho, não vão criar  
31 espaços fora, ou horários que não sejam horário de trabalho. Vão explicar isso detalhadamente,  
32 em visitas às unidades, e acha que é possível um pacto com os diretores, pois é um projeto que  
33 vale a pena, pelo menos ter uma tentativa inicial. Mas ele depende de flexibilidade de horários  
34 e da cessão de espaços onde serão realizadas as atividades. Acaba de receber mensagem, após  
35 reunião com a Educorp, informando que todas essas oficinas serão certificadas e entrarão como  
36 validação para o desenvolvimento profissional dos funcionários. Estão tentando unir todas as  
37 ações que já ocorrem, de gestão de pessoas, utilizando a cultura como um fator transformador  
38 do ambiente. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO parabeniza a Administração por ter  
39 colocado o assunto do regimento da pós-graduação no Expediente, porque de fato é um tema  
40 complicado, e acha que a forma como essa discussão foi apresentada inicialmente gerou muitas

1 confusões e ainda suscita muitas dúvidas. Na verdade, estão colocando, nessa nova proposta de  
2 mestrado *lato sensu*, uma mudança do modelo de ensino da pós-graduação da Unicamp. A PG  
3 tem algumas convicções, mas acha que precisam fazer o esforço de chegar a alguns consensos,  
4 e nesse sentido vê essa inserção do assunto no Expediente e uma ampliação do prazo como  
5 muito positivas. Mas pergunta se existe um cronograma, não apenas de explanação da proposta,  
6 como a professora Nancy já se dispôs a ir às congregações, reuniões etc., mas também para  
7 absorção de eventuais sugestões, para aperfeiçoamentos, porque vê possibilidade disso. O  
8 MAGNÍFICO REITOR diz que se houver, a professora Nancy está à disposição para conversar  
9 com pessoas do Consu, com entidades, e naturalmente receber subsídios ou manifestações,  
10 ideias, que possam aprimorar a proposta, e se elas forem efetivamente de consenso, conseguem  
11 incorporar à proposta. Certamente a discussão contempla essas questões, e o cronograma é  
12 colocar a discussão no primeiro Conselho Universitário de 2020. O Conselheiro FERNANDO  
13 AUGUSTO DE ALMEIDA HASHIMOTO diz que esse processo está sendo discutido desde a  
14 CCPG, onde foi aprovado há algum tempo. Têm ido às unidades mas não têm recebido  
15 sugestões de mudanças efetivas. Até março, a professora Nancy e ele farão um cronograma que  
16 contemple as unidades para que todos possam ler antes do Consu. Até o momento, há sugestões  
17 para os procedimentos correlatos, por exemplo a criação de um possível fundo da CCPG, como  
18 a movimentação do dinheiro não ser pela Extencamp, ser de alguma maneira pela pós-  
19 graduação. Ou seja, são sugestões correlatas, não especificamente o que está lá na mudança,  
20 porque a mudança, apesar de ser profunda, é simples do ponto de vista do texto. Acha que a  
21 partir do momento em que estabelecerem o prazo para entrar no Consu de março, essas  
22 propostas surgirão e serão disponibilizadas para os conselheiros antes da discussão que vai ser  
23 feita aqui. A Conselheira ELIANA MARTORANO AMARAL chama a atenção para um evento  
24 que ocorrerá na próxima quinta-feira, no auditório do GGBS, dentro do escopo de uma  
25 iniciativa internacional, que é uma rede para discutir acesso à educação superior, a iniquidade  
26 no acesso e o sucesso no ensino superior, do ponto de vista da inclusão e os bons resultados.  
27 No ano passado, participaram do dia mundial de acesso ao ensino superior, e este ano  
28 participarão de uma série de apresentações sobre dados internos e externos para discutir o  
29 acesso ao ensino superior. Falarão do ponto de vista da escolaridade dos jovens, dos 18 aos 24  
30 anos, apresentando alguns resultados, depois o responsável estatístico na Comvest fará a  
31 comparação de evolução, por exemplo, de CR entre alunos que têm filhos e os que não têm,  
32 também sobre a evolução dos alunos do ProFis, as taxas de conclusão e como isso se alinha no  
33 cenário internacional. Haverá também uma apresentação a respeito dos dados do IBGE, e  
34 terminarão com um debate. Será como um seminário de pesquisas sobre esse tema, para motivar  
35 a discussão de como a Unicamp está, contrastando um pouco com a literatura. Informa também  
36 que está em fase de finalização o relatório da PRG sobre avaliação institucional, e é muito  
37 interessante ver como as ações apareceram e foram reconhecidas. Também chama a atenção  
38 para um dos projetos estratégicos da PRG, “Assessora Grad”, que precisava de uma organização  
39 e agora a Educorp está auxiliando, que é uma trilha de formação para os profissionais que  
40 trabalham nas secretarias de graduação. Esse é um pacote de formação que está começando

1 agora, e que vai precisar de ajuda dos diretores e dos coordenadores para liberar as pessoas.  
2 Sobre a recepção aos ingressantes 2020, apesar de as festas e férias estarem chegando, para eles  
3 é uma fase de começar a acelerar o processo. Haverá uma reunião na semana que vem  
4 especificamente para discutir a recepção aos novos alunos indígenas, que agora serão 100, há  
5 mais unidades envolvidas, e buscar trazer junto todas as iniciativas de apoio que têm tido,  
6 lembrando que a Unicamp só pode fazer um investimento a partir do momento em que o aluno  
7 está matriculado. A chegada deles será quinta-feira pós-carnaval, e a recepção dos demais  
8 estudantes é na segunda e terça seguintes. Qualquer ideia, contribuição que queiram manifestar  
9 pode ser enviada para a professora Daniela Gatti, assessora da PRG, está mais à frente dessa  
10 organização. O professor Zezzi já falou sobre a experiência do Royal College no IQ e reforça  
11 que foi bastante interessante. Foi chamada para conversar com os avaliadores e foi muito  
12 interessante poder discutir a diferença de percepção dos avaliadores externos a respeito de  
13 algumas questões educacionais, pedagógicas e particularmente do processo de avaliação dos  
14 estudantes, e acha que foi um grande estímulo para o IQ partir para essa discussão. O  
15 aprimoramento dessas discussões a respeito do processo de avaliação dos estudantes é uma das  
16 metas para 2020. O Conselheiro FRANCISCO DE ASSIS MAGALHÃES GOMES NETO diz  
17 que como a progressão na Carreira Paepe foi aqui mencionada, informa que das 53 CSARHs,  
18 que são as comissões setoriais em torno das quais os servidores estão distribuídos, 47 tiveram  
19 suas propostas de progressão aprovadas na CIDF recentemente. Seis não tiveram, por motivos  
20 variados: três não tiveram aprovação na congregação ou instância equivalente; em uma a  
21 reunião da congregação não teve quórum; uma solicitou um valor superior ao que havia sido  
22 concedido; e uma não forneceu todas as informações que a CIDF julgou necessárias. Lembra  
23 que os critérios de progressão foram definidos pela CIDF ao longo do ano passado e deste ano,  
24 foram aprovados na CAD, portanto estão seguindo de forma mais ou menos rigorosa as  
25 determinações da Universidade para esse processo de progressão. Dentre as decisões que foram  
26 tomadas na CIDF e homologadas pela CAD, está a possibilidade de que unidades diferentes  
27 tenham julgamentos diferentes em função das decisões tomadas no âmbito das comissões de  
28 avaliação. Então essa heterogeneidade que vem sendo criticada, quando foi posta em discussão  
29 dentro da CIDF, foi julgada meritória, porque justamente há uma heterogeneidade muito grande  
30 da Universidade, e querer enquadrar situações muito diferentes dentro de um mesmo modelo  
31 parecia à época uma ideia ruim. Agora, hoje isso vem sendo questionado, mas essa decisão não  
32 foi tomada de forma impensada; pelo contrário, isso foi considerado um ponto positivo. Alguns  
33 questionamentos foram feitos, inclusive foram mencionados aqui, e vêm sendo respondidos  
34 com base nas normas estabelecidas. Aproximadamente 10% dos servidores da Universidade  
35 serão contemplados, quando o processo se encerrar, incluindo as seis unidades que ainda não  
36 tiveram seus relatórios aprovados na CIDF. A expectativa é de que cerca de 680 servidores  
37 recebam a progressão. A fórmula de cálculo da verba de distribuição dos recursos foi divulgada  
38 em uma reunião com os presidentes de CSAs e os membros da CIDF para discutir os  
39 indicadores relacionados à progressão, e a fórmula está à disposição de todos. Essa fórmula  
40 seguiu a metodologia adotada no ano passado, então não há absolutamente nada de inovador

1 nisso. O conselheiro Adilton comentou alguns dados; fez uma reunião apresentando alguns  
2 dados, o senhor Adilton nessa reunião solicitou dados adicionais, os quais foram entregues,  
3 foram enviados aos membros da CIDF antes mesmo da reunião na qual foi decidida a  
4 progressão dessas 47 CSAs. Depois, na própria reunião da CIDF, foram feitas algumas  
5 solicitações de informações referentes ao tempo de serviço na Unicamp, ao gênero e à cor dos  
6 contemplados, em comparação com os solicitantes. Isso já está pronto e pode ser enviado aos  
7 membros. Qualquer outro tipo de dado referente a isso pode ser fornecido, sem nenhuma  
8 dificuldade; todos os dados são absolutamente abertos e estão disponíveis. Com relação, por  
9 exemplo, ao tempo de casa, entre os que tiveram a inscrição deferida, ele é, em média, 14,8, e  
10 entre os que receberam a progressão, 14,5; uma diferença pequena entre esses dois grupos.  
11 Como em todo processo novo, naturalmente esse processo de progressão pode ser aperfeiçoado,  
12 e esse aperfeiçoamento terá de passar pela CIDF, não há outra alternativa, e depois ele terá de  
13 ser aprovado pela CAD. Para que possam promover um aperfeiçoamento do processo, estão  
14 coletando propostas de alteração. Solicitou aos presidentes de CSA que enviassem propostas  
15 de aperfeiçoamento dos critérios de progressão, e já estão fazendo isso. Depois que tiver uma  
16 quantidade suficientemente grande e conseguir agrupar essas sugestões por assunto, isso será  
17 divulgado em particular para os membros da CIDF, mas de uma forma geral, para todos os  
18 interessados. A Conselheira TERESA DIB ZAMBON ATVARS informa que a CGU  
19 disponibilizou um pequeno relatório na pauta do Expediente de todas as atividades relacionadas  
20 ao planejamento estratégico e as próximas ações que deverão ser feitas ao longo do ano que  
21 vem. Dois assuntos recorrentes são o do ex-servidor da Funcamp, Sidney Silva, que obviamente  
22 constará da pauta da reunião do conselho curador, por se tratar de um assunto específico da  
23 Funcamp. Lá terão oportunidade de contar a história inteira, porque nos relatos que surgiram  
24 aqui no Consu foram contadas as partes convenientes do processo. Sobre a questão de  
25 bibliotecas, vai se limitar a tratar de fatos: Biblioteca da FCM, não tem a menor ideia do que se  
26 trata, pois nunca foi discutida no âmbito da CGU; Biblioteca do CMU está sendo tratada há  
27 dois anos com a direção do CMU e nenhuma decisão ainda foi tomada. Em relação à Biblioteca  
28 do IA, estão começando a discutir algumas alternativas. Esteve na congregação do IA, deu as  
29 explicações necessárias e está discutindo o assunto com a direção da unidade. De outras  
30 bibliotecas, não tem a menor ideia do que se trata e nem do tipo de assunto que está pautado.  
31 Tem por prática discutir os assuntos com as direções dos órgãos e, no momento oportuno, levar  
32 as decisões, ou os pareceres, ou as sugestões, ou o que seja, para os órgãos colegiados. E é isso  
33 o que está fazendo. Assunto que estão nas redes sociais, fofocas etc. não serão tratados. Não  
34 tem esclarecimentos a fornecer porque não há nenhuma decisão tomada, todos os assuntos estão  
35 sendo discutidos com as direções dos órgãos, que estão levando para os seus órgãos colegiados  
36 internamente, e nenhuma decisão ainda nem sequer foi pautada, quanto menos discutida. O  
37 CMU tem um problema seríssimo de instalações, que lhes foi colocado na primeira semana de  
38 gestão e para o qual estão buscando alternativas. Propuseram algumas coisas que não deram  
39 certo e agora estão discutindo outra, que parece que está em um bom caminho. Quando houver  
40 uma decisão, será elaborada uma proposta de comum acordo com a direção do órgão, a Depi

1 fará o estudo do espaço, da conveniência, da adequação, da necessidade de reforma, e uma vez  
2 acertado com a direção do órgão, levam para a Copei avaliar. E é assim que tem sido feito com  
3 todas as distribuições de espaço que estão ocorrendo no âmbito da Universidade, e será assim  
4 com todos os outros casos. O MAGNÍFICO REITOR solicita que a professora Cláudia comente  
5 sobre a questão das cantinas, *food trucks*, questionadas por alguns conselheiros. A Professora  
6 CLÁUDIA REGINA CAVAGLIERI diz que neste ano existem vários GTs trabalhando na  
7 tentativa de aumentar a diversidade de oferta de possibilidades de alimentação dentro do  
8 *campus*. A questão do *food truck* está em negociação com a PG. O edital está pronto, há uma  
9 reunião marcada para sexta-feira para discutirem como vai ser feito esse encaminhamento.  
10 Existe um GT sobre permissionários, que é um tema recorrente nos pareceres do Tribunal de  
11 Contas, e os fechamentos são, na realidade, para regularização dos vários problemas apontados  
12 nas cantinas do modelo anterior, e isso normalmente ocorre em virtude de problemas de  
13 pagamento, refinanciamento, de não quitação, o que impede, pelas questões legais, de se manter  
14 esse contrato. A situação hoje está em ordem, em termos da regulamentação do  
15 acompanhamento desses espaços, mas há um GT em fase de finalização e apresentação para a  
16 Reitoria de várias possibilidades. Inclusive alguém aqui apontou a possibilidade de terem, além  
17 de *food trucks*, as feiras, uma praça de alimentação, e isso vai ser trabalhado provavelmente em  
18 2020. É uma proposta do GT, que está colocando de antemão, uma possibilidade de trabalharem  
19 nessa perspectiva de iniciar uma discussão de como implementar isso. Portanto, existem muitas  
20 possibilidades novas, mas logicamente se deparam com questões e marcos legais que precisam  
21 adequar. Entendem a dificuldade por que estão passando momentaneamente, mas em relação a  
22 esse modelo de cantinas que possuem estão inclusive tentando, junto com o Sebrae, fazer um  
23 convênio para ajudar os permissionários desses espaços, nesses modelos de negócio, porque  
24 também para a Universidade é importante que esse seja um modelo que funcione e que atenda  
25 às necessidades da comunidade. O Conselheiro ÁLVARO GABRIEL BIANCHI MENDEZ diz  
26 que um dos problemas que enfrentam no IFCH a respeito disso é que tinham uma cantina que  
27 necessitava de obras, isso implicaria um investimento inicial por parte do permissionário, se  
28 deve ao fato de que a Procuradoria Geral não permite fazer contratos superiores a cinco anos.  
29 Com essa restrição, a possibilidade de um permissionário fazer um investimento razoável na  
30 cantina se torna nula. Ou seja, isso inviabiliza o próprio processo. Não entende e não acredita  
31 que existam muitos argumentos para justificar isso. Pergunta por que não são possíveis  
32 contratos extensos, como os de concessões de serviços públicos, que possuem contratos de 20,  
33 30, 40 anos. Acha que revisar a extensão da concessão é vital para conseguirem resolver de  
34 uma maneira mais estável o problema das cantinas na Universidade. O MAGNÍFICO REITOR  
35 solicita que a doutora Fernanda responda. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT  
36 SILVADO esclarece que a Universidade chegou a ter contratos com prazo maior, mas sofreram  
37 uma ação e perderam, e isso teve de ser adequado ao prazo de cinco anos, como é hoje. Está na  
38 lei 8.666 também. O Conselheiro ÁLVARO GABRIEL BIANCHI MENDEZ pergunta se as  
39 concessões estaduais são de prazos maiores. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT  
40 SILVADO diz que nesse caso é concessão, não é permissão; é outra natureza. O MAGNÍFICO

1 REITOR diz que possuem muitas restrições, inclusive um histórico complicado ocorrido no  
2 IEL, onde houve um grande investimento por parte de um permissionário que depois de um  
3 tempo foi retirado, sofrendo prejuízo. Há também um histórico de não cumprimento de contrato,  
4 em que permissionários eventualmente têm medo de investir etc. Precisam de fato repensar o  
5 modelo, e isso estão fazendo nos grupos de trabalho, buscando alternativas adequadas. Há um  
6 caso específico que está nas redes sociais, e destaca que particularmente tem às vezes de tomar  
7 decisões que são difíceis e tristes. É usuário e fã da cantina de sucos em frente ao IFGW, no  
8 CB, é amigo do dono, mas é um assunto que vem se estendendo desde 1996, é um espaço que  
9 não teve nunca uma licitação, não houve nenhum processo adequado, tem sido colocado em  
10 todos os questionamentos do Tribunal de Contas, e já existe uma reintegração de posse. É algo  
11 complicadíssimo, não há saída do ponto de vista jurídico, a não ser a que foi colocada. É difícil  
12 muitas vezes, mas é parte do sistema e precisam cumprir. Estão buscando alternativas, há uma  
13 preocupação e a ideia de possibilitar a entrada de *food trucks*, mas sobre praça de alimentação  
14 não possui conhecimento dessa ideia. Até poderia ser uma alternativa, mas que exigiria um  
15 investimento grande. Sobre bibliotecas, a professora Teresa já comentou. Em relação ao que foi  
16 mencionado pelos conselheiros Diego e Iuriatan de que não teve interesse em colocar assuntos  
17 em pauta, ou que deu uma canetada e não colocou no Conselho Universitário, sabem que não  
18 faz esse tipo de ação. Assim que recebeu o ofício enviado pelos conselheiros, imediatamente  
19 repassou à Secretaria Geral para análise e eventual inserção na pauta do Conselho Universitário.  
20 A Secretaria Geral, por sua vez, enviou para a Procuradoria Geral, que emitiu parecer contrário  
21 à inclusão desses processos no Consu. Depois não teve mais acesso a essa documentação, mas  
22 podem depois enviar uma cópia da resposta da Procuradoria Geral. No caso da progressão,  
23 observa que o processo ainda não acabou e as discussões colocadas eram extremamente  
24 genéricas. Têm de ser colocados os pontos onde esse processo eventualmente não caberia ou  
25 estaria inadequado. Sobre a demissão do funcionário Funcamp, ao contrário do que o professor  
26 Wagner disse, está claríssimo, e ela é uma fundação privada sem fins lucrativos, independente  
27 da Universidade. Como Reitor, não decide quem é mandado embora, assim como não decide  
28 quem é contratado, não teria o mínimo sentido. É uma fundação privada, sem fins lucrativos,  
29 tem como missão o apoio às atividades da Universidade, mas ela é independente da  
30 Universidade e assim atua. Em seguida, agradece o acadêmico Leandro pela sua atividade aqui  
31 no Conselho Universitário. A questão da discussão e dos enfrentamentos é o que faz a  
32 Universidade ser o que é, é a sua própria riqueza e é justamente nesse ambiente que precisam  
33 construir e trabalhar as questões. Possuem algumas divergências, mas também muitas questões  
34 que são comuns, principalmente a defesa da universidade pública como primeiro momento e  
35 movimento fundamental. Tem certeza de que o acadêmico Leandro continuará nos movimentos  
36 estudantis, que são fundamentais para o crescimento e aprimoramento da Universidade. Sobre  
37 a CPI, o relatório final não trouxe nenhuma novidade específica que já não tenha sido  
38 eventualmente apontada por algum órgão de controle, Ministério Público, Tribunal de Contas  
39 etc. O relatório foi construído de uma maneira estranha, porque foram feitas sub-relatorias que  
40 não foram depois unificadas. Então há ali comentários que são únicos, de um relator, que

1 naturalmente sabe quem é, ou outro relator, mas eles não entraram nas considerações finais, por  
2 exemplo, essa questão tão falada de cobrança de mensalidade, o sub-relator menciona, mas não  
3 houve nenhum movimento em relação à autonomia, nem à cobrança de mensalidades, nem  
4 outro tipo de situação. Foi colocada como sugestão geral a criação de um novo órgão de  
5 controle, o que não diz respeito à Unicamp, porque esse é o papel do Tribunal de Contas, e o  
6 que tem dito nas entrevistas é que o Tribunal de Contas tem cumprido o seu papel  
7 adequadamente. Não vê necessidade de se criar um outro órgão de controle. O Conselheiro  
8 JOSÉ LUIS PIO ROMERA pergunta se já foi publicado o relatório, porque há polêmica no que  
9 vai sair. O MAGNÍFICO REITOR responde que ainda não foi e inclusive não sabe como será  
10 publicado, porque o relatório tem gráficos, e não sabe como eles vão fazer isso no Diário  
11 Oficial. De qualquer maneira, esse assunto lhes deu muito trabalho este ano, foi muito difícil.  
12 Mas, de uma maneira geral, acabou de forma bastante tranquila. Não passará pelo Plenário nem  
13 nada, só será publicado e eventualmente encaminhado para os outros órgãos. Não vê nenhuma  
14 questão que lhes preocupe efetivamente, como era de esperar. Sobre a política salarial, apesar  
15 do otimismo relatado pelo senhor José Luis, até agora o ICMS não cresceu. O que tem  
16 acontecido é abaixo da expectativa e uma política que o próprio senhor José Luis comentou,  
17 uma política perigosa de isenção de ICMS para alguns setores; por exemplo, o governo está  
18 anunciando a isenção de ICMS do setor de calçados. Com menos ICMS há menos recursos para  
19 a Universidade. Então, o assunto é complicado, e é mais do que evidente que qualquer política  
20 do governo de aumentar a arrecadação, como o Refis, é temporária, não se sustenta. Haverá um  
21 mês de pico de arrecadação e depois acaba, portanto não há como fazer uma política salarial  
22 baseada em algo temporário. E lembra que ainda, infelizmente, estão com déficit. A linha de  
23 Mogi Mirim é um assunto que envolve uma série de questões complexas, como o preço máximo  
24 que o governo permite contratar, previsto no Cadtec, e no sentido de pressionar o aumento do  
25 preço, colocam um preço maior. Então a licitação é feita diversas vezes e ninguém aparece ou  
26 coloca um preço acima do previsto do Cadtec. Até podem contratar depois de três licitações,  
27 mas há um limite do Cadtec, a empresa não aceita. Então existe um impasse. Além disso, a  
28 legislação interna permite somente o transporte até 55 quilômetros em cidades contíguas à  
29 cidade de Campinas, que não é o caso específico da cidade de Mogi Mirim. Estão estudando  
30 alternativas para cobrir essa situação, mas há limitações relacionadas com o engessamento  
31 burocrático. Informa que fecharam um acordo muito interessante com a Universidade Federal  
32 do Pará esta semana, terão 20 indígenas, quilombolas e ribeirinhos da Amazônia, vindo aqui  
33 nas férias, participando do programa Ciência e Arte dos Povos Indígenas. Adaptaram o  
34 programa Ciência e Arte nas Férias, e na próxima oportunidade desejam fazer o inverso, enviar  
35 estudantes daqui para a Universidade Federal do Pará, então aumentar esse intercâmbio, que  
36 considera muito importante e interessante. Não tiveram ainda muitas adesões ao programa,  
37 poucas pessoas se colocaram à disposição para receber esses estudantes, mas tem certeza de  
38 que crescerá com o passar do tempo e com a evolução do próprio programa. Propõe votos de  
39 pesar à família do professor Hugo Sabatino, docente aposentado da FCM, que faleceu no dia  
40 18 de novembro. Ele era argentino e amigo pessoal de sua família desde que ela chegou ao

1 Brasil. Em seguida, pergunta se alguém tem algum comentário sobre a proposta de moção  
2 apresentada pelo conselheiro Iuriatan para ser votada no Conselho Universitário. A Conselheira  
3 CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS diz que seu comentário é só para o professor  
4 Hashimoto, para cumprimentar pelas ações conjuntas dos museus, e também pelas ações do  
5 Museu Exploratório de Ciência, que estão atraindo milhares de jovens para a Unicamp,  
6 mostrando o valor da ciência. Não havendo manifestações sobre a moção, o MAGNÍFICO  
7 REITOR submete à votação a moção apresentada pelo conselheiro Iuriatan, que será a moção  
8 do Conselho Universitário com relação à questão das mudanças na aposentadoria no âmbito  
9 estadual, que é aprovada com 02 abstenções. Nada mais havendo a tratar, o MAGNÍFICO  
10 REITOR declara encerrada a Sessão e, para constar, eu, Ângela de Noronha Bignami, Secretária  
11 Geral, lavrei a presente Ata e solicitei a Aline Marques que a digitasse para ser submetida à  
12 aprovação do Conselho Universitário. Campinas, 26 de novembro de 2019.

*NOTA DA SG: A presente Ata foi aprovada na **165ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO**, realizada em 31 de março de 2020, sem alterações.*